



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 57

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 21 de Abril de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído durante a sessão pelo Deputado José Lima) e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados e lida a correspondência, passou-se, ao abrigo do artigo 71º do Regimento da ALRAA, ao **período de tratamento de assuntos políticos**, sendo apresentados os seguintes votos:

Voto de Saudação pelo “25.º Aniversário da Associação Filarmónica, Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo”, apresentado pelo PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*). O voto registou a aprovação por unanimidade.

Voto de Congratulação pelas “Bodas de Ouro do Águia Clube dos Arrifes”, apresentado pelo PSD.

O voto foi lido pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*) e aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação pelo “50.º Aniversário do Águia Clube Desportivo”, apresentado pelo PS.

Após a apresentação, feita pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, (*PS*), o voto registou a aprovação por unanimidade.

Voto de Congratulação pelos “175 Anos do Açoriano Oriental”, apresentado pelo PSD.

O voto foi lido pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*) e aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação pelos “175 Anos do Açoriano Oriental”, apresentado pelo PS.

Após a apresentação, feita pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*), o voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação ao “Santa Cruz Sport Clube”, apresentado pelo PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Vera Bettencourt (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado João Costa (*PSD*). O voto registou a aprovação por unanimidade.

Voto de Saudação relativo à efeméride do “25 de Abril”, subscrito por todas as bancadas parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Lido pelo Sr. Presidente da Assembleia, o voto foi aprovado por unanimidade.

No **período dedicado a declarações políticas**, proferiram declarações os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*). Na sequência das declarações proferidas, usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*) e Pedro Gomes (*PSD*), e ainda os Srs. Secretários Regionais da Presidência (*André Bradford*), da Saúde (*Miguel Correia*) e do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

Seguidamente, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado José Ávila (*PS*), na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados João Costa (*PSD*) e Vera Bettencourt (*PS*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010 – “Aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas”.

No debate da Proposta, apresentada pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), usaram da palavra os Srs. Deputados Carla Bretão (*PSD*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

2. Projecto de Resolução n.º 5/2010 – “Criação de um serviço de ambiente sediado na Ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

No debate do Projecto, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bárbara Chaves (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Luís Garcia (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*), e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

3. Reapreciação do Decreto n.º 8/2010 – “Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às Organizações Não Governamentais de Ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS)”.

No debate da Reapreciação do Decreto, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Carla Bretão (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Isabel Rodrigues (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Apresentou uma declaração de voto o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

4. Apresentação do Relatório referente à audição do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal SA., efectuada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-

Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

No debate do Relatório, apresentado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues (PS), usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (PSD), Hernâni Jorge (PS), Luís Silveira (CDS/PP), Zuraida Soares (BE), Paulo Estêvão (PPM) e Aníbal Pires (PCP), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (André Bradford).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje, agradeceia que ocupassem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

Lizuarte Manuel Machado

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Rogério Paulo Nogueira e Sousa

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Maria Silva Gonçalves

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Passamos agora à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre o “Pedido de autorização para o Deputado José de Sousa Rego prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo disciplinar n.º DRE/01.09/2009 que corre termos na Inspeção Regional da Educação”.

Secretário (Cláudio Lopes): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório sobre a “Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009 – Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)”.

Presidente: Lida a correspondência, passamos aos votos.

Temos um **Voto de Saudação pelo “25.º Aniversário da Associação Filarmónica, Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo”**.

Dou a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para apresentar o voto.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25º Aniversário da Associação Filarmónica, Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo

Nascida do sonho de muitos jovens músicos, num ido Verão de 1983 começou a gizar-se o projecto de formação duma filarmónica na freguesia da Fonte do Bastardo.

A 26 de Novembro de 1983 tiveram lugar as primeiras reuniões para se procurar pôr em prática esta ideia e, passadas algumas semanas, foi formada aquela que seria a sua primeira direcção, liderada por Francisco da Rocha Coelho.

Esta direcção começou de imediato a estabelecer contactos no sentido de se proceder ao ensino do solfejo aos jovens da freguesia, num entusiasmo que resultou na confirmação da primeira escola de música da freguesia, e foi capaz de envolver de forma alargada a população. Tendo, mais tarde, iniciado o ensino de instrumentos, quando os ensaios passaram a decorrer na Cooperativa de Consumo da freguesia.

Fundada num Domingo de Páscoa, 7 de Abril de 1985, a Associação Filarmónica, Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo nasceu da determinação e da tenacidade dos seus 38 jovens músicos fundadores que se empenharam na concretização deste projecto.

A 6 de Junho de 1985 actuavam pela primeira vez fora da freguesia e desde então abrilhantaram eventos por toda a ilha e fora dela, destacando-se as deslocações à Ilha da Madeira e à Ilha Graciosa.

A 7 de Abril de 1990 a sede da Filarmónica passou da Cooperativa para o salão de festas da Junta de Freguesia, tendo desde então sofrido diversas obras de ampliação e melhoramentos. No passado dia 4 de Abril a Associação celebrou as suas Bodas de Prata em que foi lançada uma medalha alusiva.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação pela passagem do 25º Aniversário da Associação Filarmónica, Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo, assente no que esta instituição significa para o desenvolvimento cultural da freguesia e da Ilha Terceira, extensivo a todos quantos, ao longo deste quarto de século, contribuíram com o seu empenho, abnegação e disponibilidade para a reconhecida qualidade e sucesso desta Filarmónica.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha, José Gaspar Lima, Rogério Sousa e António Toste.*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

O Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto apresentado pelos 25 anos da Sociedade Filarmónica da Fonte do Bastardo, pela qualidade desta associação, por aquilo que tem desempenhado em prol da cultura da Ilha Terceira, em especial e muito concretamente da freguesia da Fonte do Bastardo, e pelo facto de, nestes 25 anos, ter mantido sempre um nível que a aproximou de outras filarmónicas mais antigas. A este nível há sempre esta ideia de que uma filarmónica jovem leva algum tempo a chegar ao nível das filarmónicas mais antigas e esta filarmónica marcou logo diferença por aí. Pelo número de músicos e pela qualidade da sua actividade, sempre se equiparou a todas as outras.

Por isso, também manifestamos esta nossa posição, considerando a sua integração na freguesia da Fonte do Bastardo, uma freguesia que, nos últimos anos, tem crescido em termos cívicos, em termos associativos, em termos desportivos, em

termos culturais, com exemplos concretos desde logo na Associação de Jovens da Fonte do Bastardo e com exemplo concreto nas várias manifestações culturais de carnaval que têm origem nesta freguesia. Tudo isto revela a vida da freguesia da Fonte do Bastardo, que tem nesta sociedade filarmónica um dos seus expoentes máximos e uma das marcas desta riqueza e desta dinâmica, que também identifica os Açores.

Pelo contributo que esta associação dá aos Açores, o PSD associa-se ao voto apresentado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um **Voto de Congratulação** apresentado pelo PSD, sobre as “**Bodas de Ouro do Águia Clube dos Arrifes**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação **Bodas de Ouro do Águia Clube dos Arrifes**

O Águia Clube dos Arrifes, inicialmente denominado de Clube Desportivo de Nossa Senhora dos Milagres e filiado no INATEL desde de 1960, sempre gerou grande entusiasmo na população de toda a freguesia dos Arrifes, graças ao papel dos seus mentores, os Padres Manuel Falcão e Adriano Mendonça.

Em 20 de Maio de 1972, o Clube filiou-se na Associação de Futebol de Ponta Delgada, destacando-se a acção de Manuel Cabral, que chefiou um vasto grupo de cidadãos orgulhosos do prestígio alcançado pelo Águia Clube dos Arrifes.

Esta equipa, uma das mais representativas de S. Miguel, conheceu momentos de glória, designadamente na época de 1971/72, quando ganhou o Campeonato de S.

Miguel, sem registar nenhuma derrota. Foi ainda campeão de S. Miguel, da 1ª Divisão, nos anos de 1986 e 2001.

Do seu brilhante palmarés, ao longo destes 50 anos de existência, refere-se a conquista da Taça de Honra da Associação de Futebol de Ponta Delgada, em 1976, 1986 e 2001, bem como da Taça de S. Miguel, nos anos de 1980, 1994, 1997 e 2001, o que demonstra bem o rico historial do Águia Clube dos Arrifes e o seu papel em prol da dinamização desportiva.

Trata-se de um dos Clubes que mais atletas movimenta, designadamente camadas jovens, que participam nas selecções de S. Miguel.

Por tudo isso, o Águia Clube dos Arrifes, merece a consideração e o apreço públicos, em reconhecimento do trabalho desenvolvido, em prol do associativismo desportivo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa um voto de congratulação pelas bodas de ouro do Águia Clube dos Arrifes, que honra o Concelho de Ponta Delgada e a Ilha de S. Miguel.

Horta, 21 de Abril de 2010.

O Grupo Parlamentar do PSD, *António Marinho e António Pedro Costa*.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o presente voto por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida para um **Voto de Congratulação sobre o mesmo tema, “50.º Aniversário do Águia Clube Desportivo”**, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A comemoração do 50º (quincuagésimo) aniversário do Águia Clube Desportivo é motivo de particular satisfação para todos os seus associados, dirigentes, técnicos e atletas que por este clube passaram, e participaram de algum modo na sua existência, mas também é de enorme satisfação para todos relacionados com a vida desportiva na região, sempre numa atitude de respeito pela instituição em aquilo que ela representa em benefício de uma sociedade melhor, indo além da freguesia dos Arrifes e do concelho de Ponta Delgada.

Os tempos de hoje são de enorme dificuldade no que concerne a actividade associativa, e aqui importa valorizar os seus dirigentes ao longo destes 50 anos, que deram certamente o melhor de si, para alcançarem os objectivos no âmbito social e desportivo deste clube.

A colectividade dos Arrifes comemorou as suas Bodas de Ouro no passado dia 18 do corrente mês. Fundado a 18 de Abril de 1960, com meio século de trabalho em prol da juventude da freguesia dos Arrifes no que concerne o desenvolvimento e a prática desportiva. Com sede na Rua do Outeiro nº 26, nos Arrifes, e com o Campo do Outeiro, agora Campo de Jogos dos Arrifes, actualmente com condições adequadas à prática do futebol. O Águia Clube Desportivo desenvolveu, inicialmente e actualmente, na sua maioria, a sua actividade desportiva na área do futebol, não impedindo que o clube actuasse e promovesse outras modalidades, como é o caso do atletismo e a natação, abrangendo equipas de ambos sexos.

Entre as glórias do passado sobressai o Sr. Manuel Falcão, único dos sócios fundadores vivo e que também fez parte da comissão instaladora que procedeu à filiação do Águia na Associação de Futebol de Ponta Delgada, a 20 de Maio de 1972, passando do futebol de Inatel para o movimento federado. Os outros membros que constituíram a comissão instaladora foram Manuel Eduardo Cabral, Durval Arruda, Daciel Cabral, Vasco Costa Melo, Manuel Paulino, Durval Falcão, Manuel Frisado e Carlos Duarte Luís. O primeiro Presidente do clube, Manuel Eduardo Cabral, que, além de dirigente do clube, também era atleta do clube.

O concelho de Ponta Delgada, e a Freguesia dos Arrifes devem congratular-se, tal como o Governo Regional, pelo contributo que este clube tem dado no desenvolvimento desportivo da freguesia, e da Região, criando ao longo dos anos condições apropriadas para a prática desportiva continuada dos jovens locais.

Ao celebrar-se esta efeméride é, também, momento para honrar a memória de todos aqueles que contribuíram, de forma desinteressada, com o seu esforço e dedicação, para a longevidade do clube e eficácia nos objectivos da sua existência.

No seu palmarés, de realçar alguns títulos obtidos ao longo dos anos pelo Águia Clube Desportivo:

1979: 1º grande título do clube, vencendo a Taça de S. Miguel;

1982/1983: Venceu o primeiro Campeonato de S. Miguel e o Campeonato dos Açores, subindo pela primeira vez à 3ª Divisão Nacional;

1994/1995: Venceu o Campeonato de S. Miguel e subiu à III Divisão Série Açores;

2000/2001: Campeão de S. Miguel, subindo novamente à III Divisão Série Açores; Taça de Honra; Taça de S. Miguel e Supertaça Norberto Pacheco;

2003/2004, 2005/2006: Supertaça Norberto Pacheco;

2004/2005: Campeão de S. Miguel em Futsal no escalão juniores;

2004/2005: Taça de S. Miguel Futebol Feminino no escalão Juniores;

Importa salientar que, no atletismo, o clube tem conseguido também alguns resultados de algum mérito, prestigiando a Região com a sua participação.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pela ocorrência dos 50 anos do Águia Clube Desportivo, dando conhecimento, além do clube, à Associação de Futebol de Ponta Delgada, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto na freguesia dos Arrifes e do concelho de Ponta Delgada e respectiva Região.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Carlos Mendonça, Isabel Rodrigues, Ricardo Cabral, Piedade Lalanda, José Rego e José San-Bento.*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação**, apresentado pelo PSD, a respeito dos “**175 Anos do Açoriano Oriental**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa, para apresentar o voto.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Em 18 de Abril de 1835, quatro meses depois de ter sido homologada a primeira lei de liberdade de imprensa em Portugal, foi fundado em Ponta Delgada o “Açoriano Oriental”, numa época áurea do jornalismo a nível nacional e internacional.

Foi seu fundador Manuel António de Vasconcelos, uma personalidade em que o político e o jornalista apareciam associados e confundidos numa mesma vocação de serviço público e comunitário.

Nascido no Pilar da Bretanha, no Solar dos Vasconcelos, a 5 de Fevereiro de 1786, Manuel António de Vasconcelos notabilizou-se como Deputado às Cortes pelos Círculos eleitorais dos Açores e de Cabo Verde, além de ser poeta e escritor. Foi ainda fundador do Jornal “O Tempo”.

Faleceu em Rabo de Peixe, no dia 10 de Outubro de 1844, onde vivia em casa de seu avô materno, Morgado Maurício Arruda da Câmara e Melo e jaz no cemitério daquela Vila.

Conjuntamente com seu irmão, José Maria da Câmara Vasconcelos, que foi o primeiro editor daquele jornal, era um liberal e um vigoroso defensor dos seus princípios e a fundação do Açoriano Oriental era resultado da sua estratégia nas lutas que travava a nível nacional. Este jornal constituiu-se em porta-voz das reivindicações de S. Miguel e do seu povo.

O “Açoriano Oriental”, ao longo dos seus 175 anos de vida, passou por várias vicissitudes e teve diversas orientações, mas a todas sobreviveu. Adquirido pela “Impraçor”, em 1 de Janeiro de 1979, passou a jornal diário e é, neste momento, pertença do grupo Açormédia. Trata-se de um jornal de referência, que mantém uma linha editorial de liberdade, rigor e isenção política, continuando como trave mestra da sua orientação “a livre administração dos Açores pelos açorianos”, na defesa de uma ampla autonomia político-administrativa.

Aquele que é considerado o mais antigo jornal português e um dos dez mais antigos de todo o mundo em publicação contínua e regular, tem sido ao longo dos tempos honrado, influente e respeitado. O Estado Português concedeu-lhe em 1989 o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique, em reconhecimento da sua credibilidade e do seu papel como jornal diário de informação regional, regido por critérios de rigor e criatividade editorial, independente de poderes ideológicos, políticos ou económicos.

O Açoriano Oriental tem desempenhado um papel altamente relevante, não só na Região, mas também na informação e contributo para a manutenção dos laços que nos ligam às diversas comunidades de emigrantes dispersas pelo Mundo, cumprindo, acima de tudo, uma importante função cultural e política de consolidação do regime político-administrativo dos Açores. Em 2003, foi distinguido com o título de melhor jornal regional do país e, em 2008, recebeu a insígnia autonómica de mérito cívico.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelos 175 anos de publicação do mais antigo jornal português – o Açoriano Oriental, transmitindo ao seu Director, jornalistas e demais colaboradores o conteúdo deste voto.

Horta, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados, *António Marinho, António Pedro Costa e Jorge Macedo.*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um **Voto de Congratulação**, do Partido Socialista, também referente aos **“175 Anos do Açoriano Oriental”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O jornal “Açoriano Oriental” foi fundado em 18 de Abril de 1835 por Manuel António de Vasconcelos, uma personalidade que marcou a sua vida pública por um alto sentido de serviço público e comunitário.

Num momento áureo do jornalismo nacional e internacional, os Açores assistiram, à época, ao nascimento de um jornal que foi sempre um esteio e veio transmissor dos princípios constitucionais mais avançados, sem nunca descurar a missão de dar voz aos anseios e reivindicações da sua terra.

Pouco antes do aparecimento do “Açoriano Oriental” foi promulgada a primeira Lei de Imprensa no país. Manuel António de Vasconcelos deixou, no primeiro número, impresso um legado e uma responsabilidade jornalística e social que os seus vários sucessores teimaram em honrar. Trata-se do que, actualmente, se convencionou designar por Estatuto Editorial, que se mantém actual, apesar da evolução que o jornalismo sofreu desde então.

Merece, ainda, destaque a linha editorial assente em valores como a liberdade, o rigor, a isenção e a independência dos vários poderes, assim como a orientação que sempre pautou pela defesa de uma ampla autonomia política e administrativa assente na máxima: “A Livre Administração dos Açores pelos Açorianos”.

Honra, também, os Açores o título do mais antigo jornal português e um dos dez mais antigos de todo o mundo em publicação contínua e regular com o mesmo nome. Este estatuto foi, aliás, reconhecido pelo Estado, que decidiu, em 1989, atribuir ao “Açoriano Oriental” o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

O jornal “Açoriano Oriental” conseguiu, ao longo dos seus 175 anos, acompanhar as evoluções sociais e tecnológicas que se foram sucedendo, provando que as barreiras geográficas impostas pela condição arquipelágica não são impedimento ao desenvolvimento de um jornalismo de missão, assente em ideias e no dever de informar os cidadãos.

As páginas do Jornal “Açoriano Oriental” confundem-se com a história dos Açores nos últimos 175 anos, período fundamental da afirmação política e constitucional do Arquipélago no país e no mundo.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida na cidade da Horta, a 21 de Abril, nos termos regimentais, deverá aprovar um voto de congratulação pelos 175 anos de vida do Jornal “Açoriano Oriental”.

Obrigado.

Horta, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Catarina Furtado e Francisco César.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Partido Socialista, relativo ao “**Santa Cruz Sport Clube**”.

Dou a palavra à Sra. Deputada Vera Bettencourt.

Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Santa Cruz Sport Club foi fundado a 20 de Agosto de 1924. Desde o início deu acolhimento às actividades desportivas como práticas a incrementar e a dinamizar.

Durante os últimos 25 anos, o Santa Cruz Sport Club desenvolveu um trabalho notável de persistência e divulgação desportiva numa modalidade que tradicionalmente não era das mais populares, o Voleibol.

A aposta nas camadas jovens, fruto do empenho, vontade e determinação dos dirigentes, equipas técnicas e atletas desta colectividade, culminou em diversos títulos, que se passam a enumerar:

- Em 1988, foi vencedor da 1ª edição da Taça Açores em seniores femininos de Voleibol;
- Em 1991, foi campeão regional de Voleibol, em iniciados masculinos;
- Em 1992, foi campeão regional de Voleibol, em iniciados femininos;
- Em 2000, foi campeão regional de Voleibol, em iniciados masculinos e representante dos Açores no nacional;
- Em 2001, foi campeão regional de Voleibol, em iniciados masculinos, tendo atingido o 3º lugar no nacional;
- Em 2002, foi campeão regional de Voleibol, em iniciados masculinos, sendo representante da Região no nacional do escalão.

Na presente época 2009/2010, a equipa de Voleibol do Santa Cruz Sport Club em Seniores Femininos é consagrada Campeã da Série Açores da Divisão Nacional A2. Com um percurso marcado só por vitórias, deve-se enaltecer a entrega, o esforço e a dedicação demonstrados por todas as atletas, pois estas na sua maioria assumem este compromisso com o desporto sem recolherem outra gratificação que não seja o brio de conseguirem ir mais longe, dignificando o desporto açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta um voto de congratulação pelo facto do Santa Cruz Sport Club ter alcançado o estatuto de Campeão da Série Açores da Divisão de Voleibol Sénior Feminino, que constitui um feito inédito desta colectividade, desejando as maiores felicidades na Fase Final da Divisão A2, que se realizará no próximo mês, em Cascais e que permite o acesso à Divisão A1 do Campeonato Nacional.

Este voto deverá ser remetido à direcção do Santa Cruz Sport Club e à Associação dos Desportos da Ilha Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: *Helder Silva, José Ávila e Vera Bettencourt.*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, naturalmente, associa-se a este voto, ainda para mais sendo um clube da segunda ilha mais pequena dos Açores a conquistar este título, numa actividade que cada vez é mais competitiva e com atletas, na sua grande maioria, e como se diz no voto, amadoras, que mais não ganham do que seja o prazer pela prática do desporto e por representarem o seu clube.

É realmente um feito terem conseguido este título e por isso, naturalmente, associamo-nos a este voto.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida, vou ler um **Voto de Saudação relativo à efeméride do “25 de Abril”**, que é subscrito por todas as bancadas.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um movimento de militares, com a determinação e a coragem que os anseios de um povo lhes conferiam, derrubou o regime de ditadura que, durante quase meio século, oprimiu o povo português e isolou o país do resto do Mundo.

Vivia-se, então, num País detentor de uma das mais antigas ditaduras da Europa Ocidental.

Um País isolado e obscuro, que levava os portugueses ao exílio e que forçava à emigração. Um País onde havia repressão policial, que censurava e que alimentava uma guerra inútil e sem sentido.

Um País que permitia tribunais especiais e prisões políticas. Um País que cortava o pensamento, que limitava as garantias e que amputava os direitos.

Recordar estes tempos nunca poderá ser um acto ultrapassado ou repetitivo. Constitui, sim, um dever de consciência, que realça o caminho de Democracia e do Desenvolvimento que Portugal percorreu nos últimos 36 anos.

Há sempre motivos para festejar a Liberdade. Há sempre pretexto para se celebrar Abril.

Festejar esta data é, como bem poetizou Sophia de Mello Breyner Andresen, o acto de celebrar o momento em que “emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo”.

Recordar o 25 de Abril de 1974 representa, para todos os Açorianos, um momento também de celebração da Autonomia Regional dos Açores, que materializou as aspirações e anseios centenários de um povo insular.

Por estas razões,

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, saúda a passagem do 36º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, como forma de exaltação dos valores universais da Liberdade e da Democracia.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 2010.

Os Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,
Francisco Coelho, Helder Silva, António Marinho, Artur Lima, Zuraida Soares,
Aníbal Pires e Paulo Estêvão.

Presidente: Está aberta a discussão.

Não havendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a outro ponto da nossa ordem de trabalhos, às declarações políticas.

Para a apresentação de uma declaração política, dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realizou-se nos passados dias 9, 10 e 11 o XXXIII Congresso Nacional do Partido Social Democrata, onde foi aprovada a estratégia política do partido para os próximos dois anos e eleitos os diversos órgãos que compõem a estrutura nacional do PSD.

Em eleições directas, que tiveram lugar no passado dia 26 de Março, foi eleito, por larga maioria, o novo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho. O Partido Social Democrata ganhou um novo alento.

Existe um novo fôlego para libertar a anémica sociedade portuguesa. Sabemos que não é uma tarefa fácil. Há que cortar com os vícios criados junto das elites portuguesas. Há que saber conviver com as agruras que o Programa de Estabilidade e Crescimento impõe à classe média portuguesa, ameaçando demolir a coesão social. O PSD assume esse desafio.

O PSD é um partido de pessoas livres. Sempre soube colocar em primeiro plano os interesses do País. Os anseios do PSD são hoje o que sempre foram. Contribuir, através da acção política, para a construção de um Portugal mais próspero e mais justo. Maior desenvolvimento humano e económico, de que todos possam aproveitar, é o permanente anseio do PSD.

Por isso, o XXXIII Congresso Nacional do PSD foi um congresso decisivo para o partido, para Portugal e para os portugueses. Iniciou-se uma nova etapa.

O PSD, através do seu novo líder, apresentou aos portugueses soluções que respondem ao desgoverno a que temos assistido em Portugal. Começou um novo ciclo político, que trará uma onda de esperança para o nosso país e que apresentará soluções para os graves problemas que a sociedade portuguesa enfrenta. Os tempos que se avizinham não são fáceis. Todavia, sente-se uma lufada de esperança.

A eleição de Pedro Passos Coelho para Presidente do PSD trouxe uma nova esperança à política portuguesa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: A esperança de uma oposição forte e coesa. Uma oposição sem pressa de chegar ao poder, mas que quer contribuir com propostas sérias para melhorar a situação económica e social do país e, assim, devolver a esperança aos portugueses.

Uma oposição que aposta no diálogo. Um diálogo que não pode ser uma camuflagem para a arrogância. Nas palavras de Pedro Passos Coelho, “não podemos fazer de conta que ouvimos os outros. Não podemos ter as nossas conclusões escritas antes de termos feito o ritual de ouvir aqueles que queremos chamar ao pé de nós”. O PSD está aberto às boas ideias, independentemente daqueles que as possam trazer. O que interessa ao PSD é Portugal. Não nos preocupamos com o rótulo de quem nos trás as boas ideias.

O PSD, com fortes raízes Sociais e Democratas, vai ter como missão iniciar um processo profundo de reforma do papel do Estado na nossa sociedade. Esta mudança permitirá voltar a contar com os portugueses para que deles dependa, cada vez mais, o seu próprio futuro.

Hoje em dia, o Estado intervém em quase todos os sectores de actividade económica e social. A rede criada à sua volta adultera as regras de concorrência saudável, restringe a capacidade de obtenção de sucesso baseada no mérito e adormece a sociedade que, com a percepção de estar protegida pelo Estado em qualquer circunstância, compete menos, esforça-se menos, acomodando-se e reduzindo de forma acentuada os seus índices de produtividade e, por consequência, de competitividade.

Num mundo globalizado, uma sociedade capaz mas pouco produtiva, sem padrões elevados de exigência, é uma sociedade condenada ao insucesso. Existem caminhos que apoiarão a inversão desta tendência, recolocando o país em rota de crescimento. É por isso que o PSD se assume como a esperança que os portugueses necessitam.

O PSD, contudo, não tem qualquer pressa em assumir funções de Governo. Somos, por enquanto, um partido da oposição. O maior partido da oposição, actuando responsabilmente, porque o que nos move é, exclusivamente, servir Portugal. Apoiaremos o que, a nosso ver, for bom para o país. Rejeitaremos tenazmente o que for mau para Portugal. No contraponto que fizermos, nas diferenças que mostrarmos, os portugueses irão descortinar o que nos separa do actual poder.

É nesta postura que queremos reforçar a credibilidade perante os portugueses. Seremos sérios na análise e convincentes nas propostas. Com sentido ético, com sentido de Estado, com o sentido de responsabilidade que caracteriza as organizações maduras, com o exemplo do que fomos capazes de fazer bem no passado, com tolerância, o PSD quer merecer, quer ganhar, a confiança dos portugueses.

Deputados Cláudio Almeida e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo líder do PSD apresentou um caminho claro para a sociedade portuguesa. Um caminho que tem como suportes a despartidarização da Administração, a desgovernamentalização do país e a desestatização da sociedade. O PSD aprovou uma estratégia política que visa retirar o Estado da economia, revalorizar o “terceiro sector” face à provisão social estatizada e exigir trabalho voluntário em troca do subsídio solidário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vindo ao clube.

O Orador: Um caminho que faz sentido, num contexto em que o Estado precisa de poupar e a sociedade necessita de retomar hábitos de trabalho e de auto-suficiência. O PSD apresenta-se como um partido alternativo de poder, gerando esperanças e expectativas. Um partido social-democrata com propostas social-democratas. Um partido que descola em relação às soluções estatizantes na busca da solidariedade, dando uma ampla margem à iniciativa privada.

O Presidente do PSD foi claro para com os portugueses. Disse para onde quer ir. Sem dogmas, aberto ao diálogo e à concertação de esforços. E avançou com propostas. Propostas como o novo formato para a eleição de deputados, com o

objectivo de os aproximar dos eleitores, a nomeação de pessoas para cargos políticos ser escrutinada por elevados padrões de ética e competência, o voluntariado obrigatório daqueles que recebem solidariedade de todos nós, a transparência e independência da regulação do Estado e a dinamização do seu peso na economia, a aposta no crescimento da economia e não apenas na sua estabilidade, a exigência na educação, a igualdade de tratamento na justiça e na saúde.

Para o PSD, é necessário promover a liberdade de aprender e de ensinar, por intermédio da iniciativa pública, particular e cooperativa, que entre si devem colaborar na manutenção de uma rede equilibrada e actualizada de ofertas educativas ao longo da vida, cobrindo, com qualidade, as necessidades de toda a população.

Para o PSD, é prioritário colocar a Saúde ao serviço das pessoas e não das instituições, assegurando a liberdade de escolha dos cidadãos quanto aos cuidados de saúde. Entendemos que são três os princípios fundamentais que expressam a nossa visão sobre a política de Saúde: o princípio da Igualdade, o princípio da Liberdade e o princípio da Excelência ou Competência. A dinamização das políticas de acção social no nosso país carece, como em outras áreas, de uma revisão da atitude que o Estado tem revelado.

Em concreto, quando já existam organizações de solidariedade social em campo, o Estado deve remeter-se às funções de regulamentação, financiamento, apoio técnico especializado e de fiscalização. Para o novo líder do PSD, “é da iniciativa dos cidadãos, das empresas que eles constituam como cidadãos livres, que nós esperamos o progresso e a iniciativa em novas apostas”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo Presidente do PSD tem pergaminhos no que à defesa da Autonomia diz respeito. É de longa data o empenho de Pedro Passos Coelho na consolidação da Autonomia Regional. Na Moção Estratégica aprovada no XXXIII Congresso do PSD, o presidente eleito defende que a “a Autonomia Regional é um conceito evolutivo”. Assim, o PSD proporá, na próxima revisão da Constituição, “as alterações necessárias à efectiva concretização do princípio da unidade

diferenciada, o que significa que as instituições do Estado e da Regiões ficam habilitadas a melhor assegurarem soluções adequadas às especificidades próprias dos Açores e da Madeira”.

O PSD/Açores, através da sua Presidente, já demonstrou o seu empenho na revisão da Constituição, tendo em vista o reforço da Autonomia e o fortalecimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Transformando-a numa lei de valor reforçado, ser-lhe-á dada mais estabilidade e maturidade. Evita-se, deste modo, que maiorias conjunturais possam produzir alterações ao sabor das conveniências partidárias e de ocasião, contribuindo, ainda, para um quadro de maior estabilidade na relação entre a República e as Regiões Autónomas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Como aquela que houve há pouco tempo!

O Orador: Para os portugueses em geral, e para os açorianos em particular, há uma nova esperança que desperta no horizonte. Feita de realismo. Com propostas concretas e sérias. Há uma alternativa segura e consistente ao actual estado da coisa pública em Portugal. Como há uma nos Açores, que se tem vindo a afirmar no dia a dia junto dos Açorianos. Lá como cá, o PSD está em condições para apresentar uma alternativa credível de governação do País e da Região.

Os açorianos sabem que podem contar com o PSD. À frente dos destinos de Portugal e dos Açores. Com lideranças credíveis e responsáveis.

Deputados Cláudio Almeida e Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O nosso projecto de social-democracia para o País e para a Região ganha novo fôlego. É merecedor de uma nova esperança. Somos a genuína alternativa de poder.

Estivemos na oposição com toda a humildade democrática.

Deputado Manuel Herberto Rosa (*PS*): Estiveram, estão e continuarão.

O Orador: Sabemos bem o que sentem os portugueses em geral, e os Açorianos em particular. Conhecemos as necessidades de mais e melhor desenvolvimento, quer para os Açores, quer para o País. Os cidadãos saberão ajuizar e escolher.

Não vale a pena fazer ilusionismo político, porque a verdade vem sempre ao de cima, hoje ou amanhã. Não vale a pena fazer de conta. Os portugueses e os

Açorianos sabem quem é o verdadeiro responsável pelo mau estado que se encontra a governação da coisa pública. Não vale a pena fazer da política um jogo sem regras. Todos já se aperceberam com clareza que aquilo que hoje se rejeita – porque foi uma proposta da oposição – vai ser amanhã apresentado pomposamente, como uma grande medida renovadora. Não vale a pena mudar o rótulo se o prazo de validade já está ultrapassado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD, aqui, nesta casa, e por todas as nove ilhas açorianas, estará a dar a cara pelas propostas que apresenta. É uma cara que não necessita do ilusionismo dos biombos do poder para se afirmar. Os Açorianos podem contar com o PSD!

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

O Sr. Deputado Helder Silva tem a palavra.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra de felicitação para o PSD, na eleição de mais este líder nacional, o quarto que consigo recordar ao longo da última pouco mais de meia dúzia de anos. Espero, naturalmente, pela importância que a oposição tem na construção, também, do nosso país, que consiga agora o PSD, através desta sua nova liderança, garantir a estabilidade deste que é o maior partido da oposição e que, por isso mesmo, tem responsabilidades maiores na oposição, ao nível do país que vamos construindo.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado António Marinho, que fiquei um pouco surpreendido por o Sr. Deputado não ter escolhido algum outro deputado na sua bancada para fazer essa declaração política. Designadamente, contava que fosse o Sr. Deputado Pedro Gomes, com as responsabilidades que teve na eleição deste

novo líder, o deputado escolhido para, em nome e representação do PSD, aqui vir congratular-se pela eleição do líder Pedro Passos Coelho.

A verdade, a que tivemos oportunidade de assistir na nossa região, foi que o PSD foi muito pouco claro, para não dizer algo obscuro, na forma como resolveu dividir os seus apoios pelos diversos candidatos do PSD, sendo certo que a última palavra, a última pessoa, no seio do PSD a quem, naturalmente, podemos dirigir uma palavra de felicitação por esta eleição é, como todos sabemos, à Dra. Berta Cabral, uma vez que, na qualidade de líder regional do PSD, não teve a clareza e, digo eu também, a hombridade de junto dos seus, apoiar um candidato do PSD à liderança nacional do partido.

A Dra. Berta Cabral optou pelo “nim”, justificando-se dizendo que achava que não devia influenciar o seu partido na região e que o faria, certamente, se, com clareza, viesse apresentar o nome do seu candidato. Nós sabemos que a Dra. Berta Cabral se inclinava para outro líder, para a manutenção do *status quo* no PSD, mas também não o fez com enorme clareza e depois acabou naturalmente por, como é seu hábito e apanágio, se aproximar desta nova liderança. E fá-lo, mais uma vez, pela voz do Sr. Deputado António Marinho, que aqui veio regozijar-se com a eleição do seu novo líder.

O Sr. Deputado António Marinho veio aqui fazer-nos uma declaração política, onde também aproveitou para nos dirigir muitas palavras bonitas de intenção do PSD e desta liderança para o país, adiantando algumas ideias. Poucas, digo eu, mas também não se espera que, no início do seu novo cargo e destas novas responsabilidades de líder nacional do PSD, nos trouxesse um enorme leque de ideias e objectivos para o país. Daí não vem nenhum mal ao mundo.

O Sr. Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, tem algum tempo para definir aquilo que pretende para o país e para o PSD, enquanto partido da oposição, com pretensões, pelo que percebemos, de ser governo, alternativa de poder. Se entendi bem, com pretensões de ser alternativa de poder. Aliás, fiquei na dúvida se o Sr. Deputado António Marinho estava a dirigir essas palavras para nós, ou se estaria, porventura, a dirigi-las para o PP, que se encontra aqui também entre nós.

A verdade é que, do pouco que nós conseguimos ouvir das intervenções do Sr. Pedro Passos Coelho, não foi algo que nos deixasse grande esperança nesta nova liderança. É verdade, Pedro Passos Coelho veio logo, em primeira linha, no primeiro dia, falar da necessidade de se fazer uma revisão da Constituição. O que nós não percebemos foi... Até percebemos os objectivos desta revisão. Não percebi os objectivos que aqui foram explanados pelo Sr. Deputado António Marinho, mas percebi outros. Percebi a necessidade de rever a Constituição para se alterar o sistema de justiça a nível nacional.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Percebi também, Sr. Deputado, a intenção de privatizar os sistemas de educação e de saúde no país, o que só pode ser feito por via de uma revisão desta Constituição.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Percebeu mal!

O Orador: Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que esse não é o nosso objectivo.

Aliás, este nosso país tem sofrido deste mal, de sistemática e ciclicamente ter governos que tendem para a privatização daquilo que são sectores importantíssimos na afirmação do todo nacional. Sistemáticamente, o PSD vem desleixando o sector da educação, desleixando o sector da saúde, recorrendo a estes expedientes de privatização para responder àquilo que são as necessidades do país. Não é este o nosso objectivo de revisão da Constituição.

Deputado Rui Ramos (PSD): É preciso ter lata! Que grande lata!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe que nós partilhamos convosco a necessidade de revisão da Constituição, mas a revisão da Constituição com o objectivo maior de salvaguardar aquilo que são os nossos interesses, aquilo que é o reforço da nossa autonomia.

O Sr. Deputado vem aqui dizer-nos que é preciso, agora está muito em voga nestas palavras utilizadas, nesta nova nomenclatura do PSD, utilizar o termo blindagem da autonomia, que é mais ou menos assim: isto agora, para vocês conseguirem afirmar e sustentar a autonomia na região, temos de rever tudo, temos de blindar tudo, porque senão nós juntamo-nos a todos os outros partidos e tudo pomos em causa. Foi o que vimos, relativamente à Lei de Finanças Regionais. Foi o esforço

que vimos o PSD tentar, relativamente também ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tinha previsto realizar uma intervenção no âmbito da discussão que está em causa, mas a intervenção do Sr. Deputado Helder Silva leva-me a ter de intervir.

Numa intervenção, que foi bastante atabalhoada, de resposta à do líder parlamentar do PSD, eu notei algo que é indesculpável: a falta de referência a uma vontade que foi perfeitamente manifestada pelo Dr. Passos Coelho, que foi o reforço das autonomias. Nesse campo, o Sr. Deputado não podia de forma nenhuma, como líder parlamentar do Partido Socialista e tendo, até, o Presidente do Governo Regional e líder do seu partido referido que acompanha essa vontade, em termos da revisão da Constituição, no sentido de o Estatuto poder, então, passar a ter uma contextualização constitucional que lhe permita a sua aprovação integral...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Foi isso que foi dito, Sr. Secretário. Eu estava lá, foi isso que ouvi.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor não estava lá.

O Orador: Estava, eu estava lá! Ouvi esse discurso...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor já tinha saído.

O Orador: Bem, o Sr. Secretário já terá a oportunidade de intervir.

Aliás, então vamos clarificar este assunto rapidamente. É ou não verdade que o Presidente do Governo Regional referiu que estava disponível e que considerava fundamental a revisão...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não!

O Orador: Deixe-me terminar!

...constitucional no que diz respeito às competências...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não! O Presidente do Governo Regional não disse que acompanhava o Dr. Passos Coelho na revisão!

O Orador: ...que foram truncadas, pelo Tribunal Constitucional, do nosso Estatuto? É ou não verdade isto? Eu ouvi isto. Portanto, foi isto. É ou não verdade? Com certeza que é!

O PPM teve oportunidade, também, em resposta ao desafio lançado pelo Dr. Passos Coelho...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: O PPM teve oportunidade de afirmar, logo após a intervenção do Dr. Passos Coelho, que estava disponível para, no âmbito daquilo que são as suas competências, no âmbito daquilo que podemos fazer no actual sistema político, rever a Constituição em todos os artigos do Estatuto que foram considerados inconstitucionais. Portanto, a posição é muito clara.

E eu ouvi, do Sr. Presidente do Governo Regional, até que os senhores provem o contrário, a mesma disposição. Essa é a verdade e é essa verdade e é esse assunto, do ponto de vista político muito importante, que o Sr. Deputado Helder Silva esqueceu. E eu, aqui, tenho de assinalar este esquecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como calcula, Sr. Deputado António Marinho, o Governo não tem particular opinião sobre o congresso nacional do PSD. Não é nesse âmbito que deve ser entendida esta nossa intervenção no debate, mas sim no que diz respeito à componente do seu discurso que se refere às intenções no novo Presidente do PSD a nível nacional, sobre as autonomias e sobre o processo de revisão constitucional.

Eu não gostava, a esse propósito também, de cometer a injustiça de transformar esta nossa intervenção num debate da declaração política do PSD, numa resposta

ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas aproveito a dúvida levantada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão para o esclarecer, também, a este propósito.

Diz o Sr. Deputado António Marinho que o novo Presidente do PSD tem um ideário, um programa, muito claro em relação às autonomias e que isso passa, em primeiro lugar, por consagrar o que chama o princípio da unidade diferenciada. Bom, sem mais explicação, é difícil perceber o que quer dizer o princípio da unidade diferenciada. O senhor não deu mais explicação, o novo líder do PSD a nível nacional não deu mais explicação e eu pensei, a mim parece-me, que é a mesma coisa que se chamar a Portugal um Estado unitário regional. É o que ele já é e, portanto, não vejo aqui nada de particularmente excitante, do ponto de vista intelectual e político.

Mas vamos à outra questão de fundo, a questão da revisão constitucional, para *blindar* a Lei das Finanças Regionais, para *blindar* os instrumentos de consagração da autonomia, contra as perigosas – disse o Sr. Deputado, não disse perigosas, mas disse o que vou dizer agora a seguir – maiorias conjunturais. Pois, disso, os senhores sabem bem. De maiorias conjunturais que atacam a autonomia e que atacam, no Parlamento, a consagração do justo tratamento dos Açores sabem os senhores bem.

Deputado António Marinho (PSD): Mas quem é que mudou?

O Orador: Isso não é um princípio político, Sr. Deputado António Marinho, isso são remorsos. São os remorsos que resultam do que aconteceu, há muito pouco tempo, em relação à Lei das Finanças Regionais.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que os senhores querem fazer agora é blindar para o futuro aquilo que os senhores aproveitaram para atacar. O que os senhores querem fazer agora é evitar que outros, no futuro, façam o mesmo que os senhores fizeram, há pouco tempo, à Lei das Finanças Regionais, prejudicando as verbas para os Açores, prejudicando os Açores em relação à Madeira!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Não há, em Portugal, e não há, nos Açores, outro partido mais habilitado a saber do que fala que não seja o PSD, que já o praticou e que, como ex-praticante, é capaz de saber qual é a melhor técnica para o futuro.

Só mais uma questão, para clarificar o que aqui foi dito sobre o que teria dito o Presidente do Governo. Em primeiro lugar, não foi o Presidente do Governo, foi o Presidente do PS Açores. Em segundo lugar, o que foi dito foi – e eu vou citar, para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que estava lá mas parece que não percebeu bem, possa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Percebi muito bem!

O Orador: ... ter alguma ideia –: “O que precisamos que o PS defenda, aberto um processo de revisão constitucional...”, ou seja, aberto um processo de revisão constitucional, não é o PS que o abre, “...é, de novo, o que defendeu na revisão do nosso Estatuto...”

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Ouça, Sr. Deputado! Assim não sabe, assim não vai perceber outra vez! É a segunda vez que vai ouvir e vai ficar sem perceber!

“...que o PS defenda, de novo, o que defendeu na revisão do nosso Estatuto, não necessitando de ser mais ou menos autonomista do que aquilo que já foi”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi isso que eu disse!

O Orador: Porque o PS já o fez aquando da revisão do Estatuto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então o que é que eu disse?

O Orador: ...depois foi confrontado, por iniciativa do PSD, mais uma vez por iniciativa do PSD, com interpretações restritivas do que estava no Estatuto, interpretações centralistas da tradição jurisprudencial...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: ...e agora, se vão abrir um processo constitucional, então que se clarifique, de uma vez por todas, o que está consagrado no Estatuto, fazendo-o através da Constituição. Foi isso que foi dito, nem mais, nem menos.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dois comentários à intervenção, à declaração política proferida pelo Deputado António Marinho em nome do PSD.

Uma das questões, que pelos vistos é emblemática da nova liderança do PSD, tem a ver com o facto de quer os desempregados, quer os beneficiários do Rendimento Social de Inserção poderem vir a trabalhar voluntariamente, ou de uma qualquer outra maneira, para compensar, digamos, os custos que a acção social e a protecção social têm sobre essas pessoas. Pois bem, eu, relativamente a esta questão, gostaria de dizer o seguinte: deve haver aqui alguma confusão, porque se há trabalho para essas pessoas, então empreguem-nas! Empreguem-nas e dêem-lhes justas remunerações. Não me parece é que esse seja um caminho para resolver o que quer que seja, a não ser escravizar as pessoas. E, de facto, depois de termos aprovado um voto sobre o 25 de Abril, que, enfim, libertou o país de algum bafio que se prolongou ao longo de 48 anos, esta ideia digamos que é um bocado bafienta.

Relativamente à questão da revisão constitucional e naquilo que concerne às autonomias...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Viva Cuba!

O Orador: Viva, viva!

Força, diga outra vez, que eu repito. Aliás, pode ser que se consiga pôr o Plenário a gritar viva!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isso é fácil: viva o 25 de Abril, viva os Açores!

O Orador: Viva os Açores!

Vozes de deputados da bancada do PS: Viva os Açores! Viva!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Relativamente às questões da revisão da Constituição, naquilo que concerne às questões da autonomia regional, pois bem, eu gostaria de dizer o seguinte:

A terceira revisão do Estatuto está em vigor há pouco mais de um ano. A revisão do Estatuto trouxe, em conformidade com a revisão constitucional de 2004, amplas competências legislativas à Região Autónoma dos Açores. Houve o histórico que todos nós sabemos à volta da aprovação do Estatuto, todo o histórico em volta dos engulhos que o Sr. Presidente da República colocou à sua publicação, mas a verdade é esta: ainda não passou o tempo suficiente, sequer, para que a Região e para que na Região todos nós dêmos corpo àquilo que são as novas competências legislativas da Região Autónoma dos Açores.

Temos, quer na região, quer no país, problemas graves para resolver. Portanto, pôr esta questão como prioridade é descentrar a discussão política da resolução dos problemas da região e do país. De facto, lamento e, da parte do novo líder do PSD, aquilo que posso dizer é que é mais uma personalidade que vai desfilar, até uma qualquer próxima ocasião em que haja necessidade de a substituir, por outro dos muitos putativos candidatos à liderança do PSD, uma vez que o Dr. Passos Coelho nada traz de novo, apenas velhas ideias, com uma nova roupagem.

Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Não tendo, neste momento, mais inscrições, para encerrar o debate dou a palavra ao declarante, portanto ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por pegar em algo que o Sr. Deputado Helder Silva disse, sensivelmente a meio da sua intervenção: “A nova liderança do PSD não nos trouxe...”, não nos trouxe, foi como o senhor utilizou as palavras, “...grande esperança”. É perfeitamente natural que aquilo que é a eleição do Dr. Pedro Passos Coelho para Presidente do PSD, a vitória clara que obteve dentro do partido, superior a 60%, e a renovação que trouxe e as novas ideias que trouxe, dêem muito pouca esperança ao Partido Socialista. Agora, dão muita esperança aos portugueses e isso é aquilo

que nós queremos, aquilo em que estamos todos unidos, no sentido de que essa esperança seja restituída. Relativamente à esperança para o Partido Socialista, realmente deve ser nula.

Também quanto às considerações que fez relativamente às opções, que estão presentes designadamente na moção de estratégia aprovada e que se contrapõem relativamente a outras opções, que são as vossas, as vossas opções e respectivos resultados estão perfeitamente à vista, naquilo que constitui actualmente o pântano em que está metido este país. Por isso, teremos tempo para discutir todas as opções, de uns ou de outros. Seguramente, estamos abertos para essa discussão.

Quanto ao Sr. Secretário Regional da Presidência, para compreender totalmente as questões que aflorou, designadamente em relação ao aprofundamento da autonomia e de todas as questões que referiu, eu dir-lhe-ia que, para total compreensão, despido de qualquer vontade de guerrilha política, lesse efectivamente a moção de estratégia, porque vai compreender e retirar conclusões que seguramente não são tão ligeiras quanto aquelas que o senhor tirou.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais lhe digo: aquilo que foi anunciado pelo Presidente do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho, relativamente à revisão da Constituição, não é qualquer coisa que se atire para o ar para não ser trabalhada. Já esta semana decorreu a primeira reunião da comissão que vai discutir e debater essa revisão constitucional, já foram definidos prazos e, sensivelmente a meio do ano, efectivamente, portanto daqui por dois ou três meses, terá a oportunidade de verificar, em relação a todos esses conceitos, a sua extensão e a forma como ficarão tipificados em termos de artigos finais. Portanto, recomendo-lhe que espere dois ou três meses, para ter tudo perfeitamente definido, e que leia a moção, já agora, que seguramente vai ser importante para a compreensão do fenómeno.

Quanto às maiorias conjunturais, Sr. Secretário Regional da Presidência, eu lembro-lhe que em 2007 foi uma maioria conjuntural que alterou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, votada exclusivamente pelo Partido Socialista, porque tinha, nessa altura, uma maioria absoluta!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para bem da região!
Ninguém a alterou para mal!

O Orador: Voltando agora ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vou dizer-lhe que começou bem, começou com a elegância que se exige nestas alturas, cumprimentando. Quando temos os momentos altos, que são os nossos congressos, acho que devemos cumprimentar os adversários. Começou bem, mas logo descambou para a politiquice, porque logo começou a fazer altos vaticínios do que fulano apoiava, sicrano apoiava, o outro não apoiava e apoiava todos.

Deputado Helder Silva (*PS*): Não, politiquice foi a que os senhores fizeram internamente!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, pode continuar.

O Orador: Isso são os exercícios que os senhores, e o senhor em particular, gostam de fazer, quando, pura e simplesmente, têm problemas. Quando tem problemas faz esses exercícios, faz essas manobras de diversão.

Pois eu vou dizer-lhe, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que nós temos, efectivamente, um projecto. Temos um projecto para os Açores, temos um projecto para Portugal. Temos quem lidere esses projectos, temos duas lideranças, a nível nacional e a nível regional, perfeitamente credíveis e perfeitamente aceites pela generalidade do partido. As soluções, nós temos! Temos um candidato, por exemplo, um candidato a Presidente da República, que está perfeitamente definido.

Deputado Francisco César (*PS*): Que orgulhoso está desse candidato!

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Esse não é amigo dos Açores!

O Orador: Temos um candidato a Presidente da República, que parece que é algo em que os senhores andam metidos no meio de mais uma confusão. Ou seja: temos a casa arrumada. Nós temos a casa arrumada.

Deputado Francisco César (*PS*): Mal arrumada!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Por isso, compreendemos o desespero de quem não a tem arrumada. Sabemos que os senhores, neste momento, correm atrás do prejuízo e fazem um esforço notável

para tentar parecer aquilo que não são. Por isso lhe vou dizer, recorrendo à linguagem futebolística: há quem, efectivamente, já só esteja a jogar com jogadores em fim de carreira, que se arrastam pelo campo, em que não existe um distribuidor de jogo, em que não existe um patrão da equipa, isto é, em que os espectadores vêem perfeitamente que o jogo está a correr mal...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que é um jogo inconsistente e que, por isso, é uma equipa que demonstrou que já não consegue ganhar, aqui e lá.

Deputado Ricardo Cabral (PS): O problema é que estamos ganhando sempre!

O Orador: Há outros, e é o nosso caso: temos equipa, temos jogadores que estão na sua máxima força, estão com força, estão com garra e estão motivados para marcar golos e contrariar a onda de jogo do adversário. É isso que nos diferencia: os senhores andam à procura da rolha, nós temos a rolha perfeitamente encontrada.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de trinta minutos, regressamos às 11 horas e 55 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12:00 horas)

Presidente: Para uma declaração política do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A juventude é bela, plena de esperança, sadia, animada, cheia de confiança. Tudo é novo; tudo está começando; tudo tem solução, nem que seja mais tarde.

A velhice representa exactamente o contrário: o tempo esgota-se, a beleza física desaparece, a confiança esmorece e, pior de tudo, a saúde fica débil e começa a aparecer a doença e, com ela, não raras vezes o sofrimento, físico mas também psicológico e social.

É facto comprovado que o envelhecimento começa em idade cronológica variada. Temos idosos de 60 anos e jovens prazenteiros de 80, comprovando que a velhice depende, não só da parte física, mas, em boa medida, da parte espiritual.

Estamos também todos de acordo que a população idosa é a que mais cresce no Mundo e, igualmente, na nossa Região, fruto com certeza de melhores condições socioeconómicas, mas também dos avanços da medicina.

E é justamente essa população que vive mais – em boa parte devido aos progressos da medicina – mas que acaba, infelizmente, em muitas situações, por ser vítima de um sistema de saúde frio, economicista e desumanizado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Interessa pois perceber por que o serviço de saúde é distante, pouco acolhedor e, em certa medida, lesivo da dignidade do doente, particularmente do enfermo idoso. E o primeiro elo dessa corrente humanizada começa na relação médico/doente. Uma relação que deve ser baseada na confiança, na honestidade profissional, na delicadeza no trato, na compreensão e no humanismo.

Disso depende, muitas vezes, o sucesso do tratamento que levaria a uma necessária mudança de paradigma na prestação de cuidados de saúde, em que o doente seja tratado como pessoa e não como o portador de uma doença. Trata-se pois de tratar a pessoa doente e não apenas a doença.

A importância do aspecto humano no relacionamento médico/paciente é inquestionável, mas amiúde descuidada no nosso Serviço Regional de Saúde.

A profissão médica, não sendo um sacerdócio, deve ser condignamente remunerada, não deve ser materialista e apenas ou quase só visando a vertente financeira, como paradoxalmente acontece num serviço público como é o nosso.

A este propósito, a revista da American Medical Association, no final da década de noventa, referia em manifesto assinado por um conjunto de eminentes médicos que: “... *A medicina é acima de tudo, um contrato de confiança. Hoje esse contrato está ameaçado internamente pelos interesses materialistas dos médicos e externamente pelos sistemas de saúde interessados apenas em lucros ou em resultados estatísticos e que pela sua natureza e tradição é uma actividade humana especial que não pode ser adequadamente exercida sem as virtudes da humildade, da honestidade, integridade intelectual, compaixão e contenção de uma ambição excessiva*”.

E a verdade, como também dizia um célebre professor de anatomia humana, é que para se ser médico é preciso, primeiro, ser gente e para se ter sucesso na clínica é preciso gostar de gente.

A postura imprópria dos profissionais de saúde tem muitas facetas, mas uma das mais nefastas é a arrogância e a sobrançeria com que trata o seu doente, o qual desconhece obviamente as questões técnicas da medicina.

A falta de humanidade do médico cria um fosso enorme entre o próprio e o paciente e deixa o doente numa posição de inferioridade que, pura e simplesmente, lhe agrava o desânimo que a doença se encarregou previamente de instalar.

A pessoa doente precisa de carinho e de amparo e não de uma comunicação hermética, altiva e de soberba superioridade. Orientá-la com serenidade e firmeza é ajuda preciosa no tratamento, pois, como lembra William Osler, “*não há nada na medicina que seja tão esotérico que não possa ser explicado e entendido por um leigo*”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Talvez valha a pena deixar aqui para reflexão duas histórias, verídicas, vividas por dois famosos médicos, um, famoso cirurgião e outro, um distinto cancerologista.

Alguns dos presentes já terão naturalmente visto o extraordinário filme, “*A taste of my own medicine*”, numa magistral interpretação de William Hurt, no papel do cirurgião que adoece e, ao ser tratado pelo sistema como mais um paciente, desespera com a burocracia hospitalar e a frieza dos colegas, precisamente a mesma com que, para sua amarga constatação, tratava os seus doentes.

A doença serve para mergulhá-lo num penoso processo de autoconhecimento, ao fim do qual sairá purificado da arrogância, descobrindo a gratificação da humildade e da compaixão, antes pulverizadas pelas badalações sociais e pela esterilidade da sua antiga vida clínica.

História idêntica levou o médico especialista em cancro a narrar em livro os próprios e atrozes sofrimentos causados pelo diagnóstico errado e que quase lhe causava a morte. A sua passagem pelo hospital e as reflexões feitas durante a convalescença, confessa no seu livro, tornaram-no mais humano e, principalmente, ensinaram-no a escutar os seus pacientes com uma atenção que jamais lhes dispensara.

A conclusão a que talvez possamos chegar é que pelo menos alguns médicos deveriam ficar doentes de vez em quando e que a experiência de adoecer pode ser muito reveladora, quando são tratados como o comum dos mortais, de modo a sentirem na pele a dor semelhante à dos seus pacientes e o desconforto dos hospitais e de um sistema onde eles próprios têm grande responsabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como cidadão e como deputado, não posso ouvir e silenciar as vozes que me chegam de algumas pessoas doentes ou com familiares doentes, sobretudo idosos, que são tratados desumanamente no Serviço Regional de Saúde.

Não posso aceitar a angústia e o sofrimento de um doente e da sua família à espera tempos infinitos por um diagnóstico de cancro provável, porque o médico foi de férias ou a um congresso;

Não posso aceitar que se corram os idosos do hospital por razões economicistas;

Não posso aceitar que não se ajude uma família que é obrigada a ter o seu idoso gravemente doente em casa.

Tudo isto é inaceitável! O Governo, não sendo obviamente o principal culpado, é com certeza o primeiro responsável. Tem, pois, o dever e a obrigação de quebrar esta corrente desumana no Serviço Regional de Saúde.

O Governo tinha a obrigação de, em pleno século XXI, já ter implementado e em pleno funcionamento uma Rede de Cuidados Continuados e Paliativos. Seria um passo rumo à humanização do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra.

(*) Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A saúde nos Açores tem tido resultados muito positivos nas faixas etárias mais baixas, nos adultos, nos adolescentes, mas também na faixa etária dos idosos.

A implementação da rede de cuidados continuados é uma realidade na Região Autónoma dos Açores. A Dra. Margarida Moura, a coordenar brilhantemente este programa, já tem a sua estrutura montada e está numa fase de implementação.

Todos nós sabemos que a compaixão, a humanização, o carinho e o amparo têm sido dados por todos os profissionais – pode haver algumas excepções, mas por todos os profissionais – da nossa região, profissionais de saúde que trabalham nas nossas instituições. Há histórias, há sempre alguém que não está bem e há sempre alguém em todas as profissões, nem todos são excelentes, há sempre uns menos bons e, a esses menos bons, temos de estar atentos. E o Governo Regional está atento, para arranjar forma de melhorar o seu modo de proceder, de melhorar e de aumentar a qualidade de vida dos nossos habitantes da região.

Como dizia, a compaixão e humanização é sempre necessário tê-las presentes nas nossas instituições e nos nossos profissionais de saúde. Não é por acaso que o grau de satisfação dos utentes na Região Autónoma dos Açores é muito positivo. As pessoas que frequentam as instituições da nossa região responderam ao inquérito do Instituto Nacional de Estatística, Ricardo Jorge, que mais...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é Instituto Nacional de Estatística, Sr. Deputado, é o Instituto Ricardo Jorge!

O Orador: São os dois, exactamente. Muito obrigado pela correcção.

Este inquérito deu-nos um resultado muito positivo e muito satisfatório, porque mais de 70% dizem que os serviços têm um serviço de bom e muito bom; vinte e

tal, razoável; e há uma percentagem diminuta de mau e muito mau. Nós, açorianos responsáveis pela saúde, temos o dever de pensar nesta percentagem de mau e muito mau, porque nós temos de progredir. E temos progredido nos últimos anos, basta ver as estatísticas das consultas, dos tratamentos, dos meios de diagnóstico, da forma da acreditação dos hospitais, que trouxe grandes benefícios para a nossa saúde. Há ganhos substanciais na Região Autónoma dos Açores. Há situações de grande inovação aqui, projectos de grande inovação, aqui na Região Autónoma dos Açores que, futuramente, vão ser implementados no continente, quando acharem que deve ser, e é necessário ter isto em conta.

Nós, Partido Socialista, Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Governo Regional, temos tido sempre a preocupação de, para além de fazer prevenção, tratar seguramente os nossos pacientes, e também temos de ter o cuidado de fazer um tratamento de reabilitação das pessoas mais idosas. É isso que nós temos. Nós temos, na nossa região, a rede de cuidados continuados e também temos serviços de reabilitação; temos serviços ao domicílio, para pessoas...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Diga, Sr. Deputado? Se quiser, posso responder-lhe.

Temos aqui um serviço de prestação de cuidados ao domicílio, que é de louvar; temos uma rede de transporte de doentes, também bem estruturada; a deslocação dos doentes ao continente e inter-ilhas está sendo subsidiada de forma correcta, para que todos tenham igualdade de tratamento...

Deputado Rui Ramos (PSD): E os médicos de família?

O Orador: ...e estamos também a implementar o vale de saúde e ajudas às famílias.

Para concluir, o Governo Regional está atento, tem implementado muitas, muitas medidas que, de certeza, vão elevar a qualidade de saúde dos nossos pacientes e a qualidade de vida de todos nós, que vivemos aqui nos Açores, sendo açorianos ou então os que optaram por viver aqui nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um comentário à declaração política do Sr. Deputado Artur Lima e dizer que, felizmente, a maioria dos médicos que eu conheço e que tenho a oportunidade de conhecer, ao serviço das unidades de saúde, não é assim. Não é desumana, nem faz parte de uma corrente desumana. Acho que os doentes também sentem isso.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: E não têm sido poucos os elogios que tenho recebido, de doentes que terminam o seu internamento e que elogiam, precisamente, a dedicação dos médicos.

Deputado João Costa (PSD): Devem ter sido poucas as críticas!

O Orador: Portanto, acho que temos de relativizar isto um pouco. Não podemos generalizar e dizer que este comportamento se estende a toda a classe médica. Acho que é perigoso entrar por aí.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não percebeu aquilo que eu disse!

O Orador: Relativamente à rede de cuidados continuados e paliativos, é de facto um objectivo do Governo e tem havido uma consolidação desta rede. Nós temos agora um acordo com, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, para mais quinze camas de cuidados continuados, sendo que cinco serão, de acordo com a nossa proposta, de cuidados paliativos. Nós, também, em todas as unidades de saúde e nos centros de saúde das ilhas que não têm hospital, temos internamentos que são, na verdade, cuidados continuados, não são internamentos nos centros de saúde. Portanto, nós estamos a fazer cuidados continuados nas nossas unidades de saúde.

Por outro lado, gostaria de dizer que as situações que descreveu aqui não são só inaceitáveis para si, são também inaceitáveis para o Governo. Portanto, eu pedia-lhe o favor de me remeter essas situações, para que possam ser corrigidas.

Obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Eu remeti-lhe uma e o senhor não respondeu!

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Em boa hora o CDS/PP trouxe a este Parlamento o tema da saúde nesta sessão plenária.

Digo em boa hora, porque o tema da saúde foi, também, tema abordado pelo Presidente do Governo Regional, na sua função de líder partidário, durante o Congresso do Partido Socialista no último fim-de-semana. Quero recordar aqui palavras do Sr. Presidente do Governo Regional, líder do Partido Socialista. Dizia Carlos César que “é preciso fazer um combate minucioso aos desperdícios na saúde. Um combate ao desperdício dos hospitais empresa nos Açores é essencial e obrigatório”. Defendeu também um controlo das listas de espera de saúde e uma melhor cobertura assistencial.

Quem diz isto é Presidente do Governo Regional dos Açores há mais de treze anos e pouco tem feito para corrigir as ineficiências do Serviço Regional de Saúde.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Ainda bem que o Sr. Presidente do Governo Regional, líder do Partido Socialista, reconhece estas deficiências do Serviço Regional de Saúde. Lamentamos é que tenha levado tantos anos a fazê-lo e, sobretudo, que tenha conduzido o seu Governo durante estes anos todos sem que tenha tido resposta para estes problemas essenciais do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor desconhece totalmente a realidade!

O Orador: Falamos aqui hoje de dignidade, falamos da dignidade dos cidadãos que, antes de serem cidadãos, são pessoas, porque toda a gente é pessoa. Mas o que é verdade é que o Serviço Regional de Saúde, hoje, não proporciona condições de

dignidade e de igualdade no atendimento que dá aos açorianos, ao longo das nove ilhas dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: Porque é bom não esquecermos que a saúde não é apenas nos hospitais, a saúde é no mais recôndito centro de saúde dos Açores e no mais importante hospital da região.

Deputado Domingos Cunha (PS): Finalmente a sua opinião. O senhor virou de estibordo para bombordo.

O Orador: E, se é verdade que nós temos investido, ao longo dos anos, e a região tem investido, ao longo dos anos, mais de 2 mil milhões de euros no Serviço Regional de Saúde, o que é verdade também é que com esse investimento, que tem importância financeira para uma região com as carências e as dificuldades orçamentais que a nossa tem, até hoje não está resolvido o problema central, que é o problema dos serviços primários de saúde, da prevenção da doença e do acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Há ainda, nos Açores – é bom dizê-lo e vamos repeti-lo até que a voz nos doa –, oitenta mil açorianos que não têm médico de família.

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu sou um deles.

O Orador: É preciso dizer que, do universo de médicos nos Açores, do universo de mais de quinhentos médicos nos Açores, apenas 125 médicos são da carreira de medicina geral ou familiar, apenas 125. O que significa que há uma gravíssima distorção do Serviço Regional de Saúde, que empurra os açorianos que precisam de ter acesso a uma simples consulta, para um de dois caminhos: ou para as urgências, ou então pagando do seu bolso as consultas do sector privado. Muitas vezes, sem terem possibilidade de pagar uma consulta no sector privado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Onde é que há consultas privadas no Corvo?

O Orador: Este é um problema que a política socialista para a área da saúde não conseguiu resolver até hoje.

De pouco valem as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional, líder do Partido Socialista, no Congresso, dizendo que agora é que vai ser diferente. Porque o que é verdade é que o Partido Socialista, até agora, não conseguiu provar que tem capacidade para fazer diferente no Serviço Regional de Saúde!

Deputado Francisco César (PS): Fundamente, Sr. Deputado!

O Orador: Não há igualdade que resista a este estado de coisas, não há liberdade que possa permitir aos cidadãos escolherem entre o público e o privado, tendo condições para o fazer. Já se provou que o Partido Socialista, com os seus vários secretários regionais, com as suas várias políticas, já não tem imaginação nem condições políticas para fazer diferente no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

É tristemente vergonhoso que o Sr. Secretário Regional da Saúde tenha declarado, a 10 de Abril deste ano, que “aquilo que o Partido Socialista está a fazer e que o Governo está a fazer é uma verdadeira, mais do que uma renovação, estamos a preparar uma reforma no sector da saúde nos Açores”. Onde está a reforma, que ninguém a vê?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Os senhores anunciam milhões para a saúde, anunciam novidades tecnológicas, mas o que é verdade é que a informatização está como estava: atrasada e sem fim à vista.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é verdade é que não há médicos de família para todos.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade, há cada vez mais.

O Orador: E o que é verdade é que as vossas intervenções se limitam, apenas e só, àquilo que é mais fácil: a construção de infra-estruturas. Pois bem, quando há dinheiro, fazem-se infra-estruturas, não se resolvem é os problemas todos da saúde. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Deputado Domingos Cunha (PS): Sr. Deputado, estude mais, faça algum trabalhinho de casa nesse sentido!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, neste momento não há mais inscrições. As inscrições podem ser uma por grupo ou representação parlamentar.

Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao declarante, para encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Pelos vistos, um tema nobre da arte médica, da medicina, dos cuidados de saúde, que é a humanização, não despertou grande interesse nesta câmara, a avaliar pela falta de inscrições.

A humanização é realmente aquilo que de mais importante existe nos cuidados de saúde. A minha intenção com esta declaração política, como o Sr. Secretário muito bem percebeu, outros não terão percebido, foi colocar na agenda o tema humanizar o Serviço Regional de Saúde. Digo colocar na agenda, Sr. Secretário, porque temos dado contributos – o Partido Socialista sabe, os açorianos sabem – nesse sentido e queremos continuar a dá-los. Estamos aqui para isso.

Eu não inventei o que disse, o que disse são coisas reais. Eu fui buscar aqueles exemplos do exercício da medicina, genéricos, filosóficos, que existem e toda a gente percebe – há quem não perceba, paciência, mas há quem perceba – e aquela, de facto é a arte médica na sua nascença, no seu berço, desde Hipócrates. É assim que ela tem de ser exercida.

Nem todos os médicos são assim, felizmente, senão estávamos mal! Mas uma boa parte deles ainda é, Sr. Secretário, uma boa parte deles ainda é. Por mim, não classifico tudo de excelente, porque não são todos excelentes. Ainda bem que há excelentes e bons profissionais, e ainda há alguns bons profissionais no nosso Serviço Regional de Saúde, médicos, enfermeiros, por aí fora. Estou satisfeito com isso. Agora, não posso ser pulverizado com esse excelente e omitir aqueles que não cumprem o seu dever e que maltratam os doentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Tenho o dever, nesta casa, todos temos, independentemente do partido de que sejamos, de o denunciar, quando dele temos conhecimento, e não de o tapar e, enfim, ocultar.

Vou dizer-lhe, Sr. Secretário: humanizar. Eu ouvi dizer que, finalmente, temos um bom plano regional de saúde. Fui ver o plano regional de saúde, li, li e li e, humanizar, nada. Mau! Voltei a ler e, humanização, nada. Depois lembrei-me, “bom, estou para aqui a ler estas páginas todas e isto deve estar à distância de um clique”. Então, introduzi a palavra “humanizar” e dei um clique, para ver quantas vezes aparecia no plano regional de saúde. Sabem quantas? Zero. Bom, pesquisei mal. Como gostei de começar a dar cliques, dei mais um: “humanização”. Mais um clique, para ver o que dava. Sabem quantas vezes apareceu? Zero.

Deputada Nélia Amaral (PS): Tente pesquisar com outra palavra.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, é um alerta: o plano regional de saúde não tem um período, uma frase, uma palavra, sobre humanização. Está na altura. Fui aos programas depois e, no programa de controlo da dor, dei dois cliques também e tem duas vezes humanização: duas vezes.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Nesse, tem!

O Orador: Nos outros, também não tem.

Sr. Secretário, presumo que percebeu a intenção da minha intervenção política, e que toda a gente percebeu: centrar o debate na humanização. Eu não posso aceitar, Sr. Secretário, dos exemplos das pessoas que me procuram, que se diga a uma pessoa: “Olhe, a sua mãe vai para casa entubada, agora vai ali à Hospimédica, compra uma seringa e mete a comida à seringa, para a sua mãe, por este tubo

abaixo”. Isto é humano? Não é. Não aconteceu só uma vez. São estes casos que nós não podemos deixar acontecer.

E, quando um idoso volta ao hospital – outro caso – é recebido desta maneira: “Você, outra vez aqui? Já não lhe disse que a velha vai morrer? O que quer que lhe faça? Leve-a para casa! Não tem mais nada que lhe fazer!” Isto é atendimento num serviço público? Só quem é muito cego e não vê rigorosamente nada, é fundamentalista, é que não percebe o que é isto. Essa gente é profundamente desumana!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Temos de melhorar isso.

O Orador: O que me preocupa é essa gente, que às vezes está em determinadas posições políticas, e não entende isso. Mas eu entendo e nenhum de nós, Sr. Secretário, pode compreender isso. Eu sei que o senhor não aceita isso.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Eu podia dar mais exemplos, depois posso dar-lhos, a seguir.

Agora, sobre os cuidados paliativos que o Sr. Deputado Ricardo Cabral não sabe, ele diz: “já está implementado, mas vamos implementar”.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não diga que eu não sei, porque não sabe o que eu sei.

O Orador: Sr. Deputado Ricardo Cabral, o senhor disse que “está implementado”, mas depois, disse que “vamos implementar”.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está em fase de implementação.

O Orador: Tenho aqui o Açoriano Oriental de 7 de Março de 2010, da Dra. Margarida Moura, deve ter lido e, portanto, acho que escuso de comentar. Em 2005 foram constituídas as equipas – 2005 – e bem formadas: sessenta pessoas para os cuidados paliativos. Em 2010 não há uma única equipa a funcionar e o senhor está satisfeito! É brilhante, Sr. Deputado, a sua satisfação e o respeito que o senhor tem para com os utentes do Serviço Regional de Saúde!

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor sabe que tenho respeito.

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado, eu não aceito que o senhor diga, nesta casa, que os doentes deslocados são subsidiados! O senhor não está a dar nenhum

subsídio, Sr. Deputado! O senhor está a exercer uma obrigação de cidadania, que qualquer governo tem, de apoiar os mais pobres, Sr. Deputado!

Deputado Ricardo Cabral (PS): É isso que se faz.

O Orador: E, já agora, vai responder-me se já actualizou as diárias dos doentes, conforme proposta aprovada nesta casa! Quando se vem aqui dizer: “Eu dou um subsídio aos doentes”...

Deputado Ricardo Cabral (PS): O Governo apoia e o senhor faz demagogia. O grande problema é esse!

O Orador: ...está explicada a ideia que um deputado tem do Serviço Regional de Saúde e a ideia que um deputado tem da compaixão!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Deputado Ricardo Cabral (PS): Já percebi que o senhor é o rei da demagogia!

Presidente: Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política que hoje realizo perante este hemiciclo está inteiramente dedicada a um assunto que preocupa, e muito, todos aqueles que se interessam e valorizam a preservação do nosso património histórico.

Não existe maior incúria dos homens, com especial gravidade para os que possuem responsabilidades governativas, do que o abandono e a incúria em relação ao património cultural que nos foi legado pelos nossos antepassados. Cada vez que uma parte da nossa história é abandonada à sua sorte e se perde, pelo efeito conjugado do tempo, da ignorância e da incúria, é uma parte da nossa identidade que se perde de forma irreparável. Perde-se um pouco do passado e, sempre, muito do nosso futuro.

Não falo apenas da memória, da identidade, da visão do que fomos e da explicação do que somos, falo também para os adoradores do mercado e do lucro. Estes

últimos têm algum dia de compreender que o turismo não vive apenas de paisagens bucólicas. Quem nos visita tem sempre uma visão do paraíso, mas acho fundamental que conheçam também a história daqueles que o preservaram, em circunstâncias tantas vezes dramáticas. Que conheçam a história daqueles que tudo fizeram para que aqui, no meio da imensidão deste mar, Portugal ainda continue a ser uma das maiores nações marítimas do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo num momento de crise económica profunda, não devemos descuidar o nosso património, a nossa história. Reconheço que algo se tem feito, mas forçoso será reconhecer que o que falta fazer é a maior parte desta equação.

Deixem-me no entanto focalizar esta intervenção na situação específica da Ilha do Corvo. Faço-o por várias razões, incluindo naturalmente nelas a preocupação de bater a novel concorrência do Deputado Aníbal Pires neste espaço geográfico específico. Mas a principal razão é bater na incúria que o Governo Socialista ostenta nesta matéria.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não conhece o Regimento!

O Orador: O centro histórico da Ilha do Corvo e grande parte dos edifícios classificados encontram-se gravemente degradados.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não disse isso antes, está inventando!

O Orador: Oiça, Sr. Secretário, vou ter de lhe repetir:

O centro histórico da Ilha do Corvo e grande parte dos edifícios classificados encontram-se gravemente degradados. Todos os anos, por altura da visita estatutária, a situação é-lhes dramaticamente descrita, em vão.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Pode repetir essa parte!

O Orador: Ano após ano, o Governo Regional demonstra uma insensibilidade verdadeiramente imoral sobre este assunto. Ano após ano, o Governo Regional é cúmplice da derrocada de mais uma parte da história de uma ilha frágil e distante e, por isso, fácil de esquecer e de abandonar à sua sorte.

Diz o Governo que a culpa é dos proprietários, que não aproveitam generosos apoios que o Governo coloca à sua disposição. Se não os aproveitam, é porque não

podem, como é evidente! Os corvinos sabem que os preços praticados no Corvo no âmbito da construção civil são proibitivos. Sabem que a oferta de emprego estagnou na Ilha do Corvo e que os tempos difíceis que vivemos não permitem mais dívidas para as famílias. Aliás, a situação económica em que vivem as famílias do Corvo, tal como as do resto da região, é cada vez mais aflitiva, com a agravante de que, ali, as oportunidades ainda são mais escassas do que no resto da região.

Diz também o Governo Regional, como desculpa para a sua inoperância, como alento para a sua inconsistência, que essa tarefa é da competência da câmara municipal. Diz isto, quando sabe que, devido à rigidez e dimensão das despesas de pessoal e de funcionamento, a Câmara Municipal do Corvo possui uma capacidade de investimento residual. Tudo serve de desculpa para não agir como as circunstâncias aconselham, como as circunstâncias exigem. Mas, na verdade, não têm desculpa e a história certamente não vos ilibará pela sua morte, pelo seu esquecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegados aqui, depois de dez anos a denunciar esta situação, sem outro resultado visível do que a obtenção do incómodo momentâneo de um Governo Regional que ruboriza, mas que não age, chegados aqui, dizia eu, é fácil sistematizar o que temos de fazer com urgência:

Que o Governo Regional prepare e implemente, em colaboração com a Câmara Municipal do Corvo, um plano de intervenção regional destinado a recuperar o casco histórico da Vila do Corvo. Salvar-se-á assim um património em risco de desaparecimento em muito curto prazo. Para além disso, esta intervenção constituirá um balão de oxigénio extremamente necessário para o frágil tecido empresarial da ilha.

Segundo, que o Governo Regional elabore e implemente, em colaboração com a Câmara Municipal do Corvo, um programa sustentado a fomentar o turismo rural na Ilha do Corvo, optando assim por um crescimento da oferta de camas inserido no âmbito do património histórico e ambiental desta ilha. Desta forma, criar-se-ão condições para promover o crescimento do sector turístico da ilha, no âmbito de

um modelo económico que privilegiamos para o Corvo, o desenvolvimento sustentado.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a atenção do Deputado Paulo Estêvão, a referência que fez à minha intervenção, mas gostava de lhe dizer o seguinte: Sr. Deputado, V. Exa. tem, da intervenção política, das competências e dos deveres dos deputados e desta câmara, uma visão muito redutora.

Eu não estou aqui nem para lhe fazer concorrência a si, nem para fazer concorrência a ninguém. Eu estou aqui com um mandato do povo açoriano, não estou aqui para satisfazer clientelas políticas, que é aquilo que o senhor, me parece, constantemente quer fazer, satisfazer determinadas clientelas políticas. Eu estou aqui para servir as açorianas e os açorianos e estou aqui para servir os Açores! Não estou aqui para servir nenhum tipo de clientelas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(* **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado bem sabe, essa matéria da colaboração entre o Governo Regional e a Câmara do Corvo já foi divulgada, já está explícita, penso eu, até num comunicado do Conselho de Governo e nós estamos a elaborar um contrato ARAAL, exactamente porque o Governo entendeu ser uma preocupação recuperar a zona histórica do Corvo, da Vila do Corvo.

Trouxe isso aqui para fazer, certamente, um filme, mas já sabia que o Governo estava com essa matéria em mão e, portanto, de nada lhe valeu isso, porque os corvinos bem sabem que nós estamos atentos a todas essas situações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para encerrar o debate. Tem um minuto, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, mais uma vez registo que as suas intervenções não têm consistência. Não apresenta nenhuma solução sobre os assuntos. Não falou sobre os transportes marítimos e, agora, também não falou sobre o património. Ou seja, faz aqui exercícios de demagogia absolutamente inconsistentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia os jornais de hoje, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Secretária, a questão de que lhe falo – e a Sra. Secretária é testemunha das minhas intervenções constantes no Conselho de Ilha do Corvo ao longo dos anos –, é que, de todo o património histórico da Ilha do Corvo, que estava aqui inventariado há cerca de doze anos, grande parte desse património histórico está profundamente degradada. Grande parte desse património histórico, ao longo de todos estes anos! A senhora esteve nessas reuniões e sabe que lhe estou a dizer a verdade. Sabe que a alertei, e aos outros membros do Governo que lá estavam, como por exemplo o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, ao longo dos anos, para a situação escandalosa do património histórico do Corvo. E, ao longo de todo este tempo, os senhores nada fizeram!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não é verdade!

O Orador: Agora, os senhores pensam fazer! Aos senhores, o que lhes vou dizer é aquilo que lhes disse ao longo destes últimos dez anos nos conselhos de ilha: o património está a degradar-se profundamente!

Presidente Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

E os senhores, ao longo deste tempo, olharam para o lado e nada fizeram! Portanto, o que estou aqui a fazer é a repetir aquilo que fiz e que vou continuar a fazer ao longo de todo este tempo.

Sra. Secretária, o que tem para apresentar? Alguma recuperação de algum edifício histórico? Nem um! Não tem nada para apresentar. O que tem para apresentar é, mais uma vez, aquilo que tem apresentado ao longo de todos estes anos: promessas! Não tem factos, não tem, de facto, o exercício de recuperação, uma recuperação concreta deste património que aqui está, muito do qual está já no chão. É esta a vossa responsabilidade, a vossa incúria!

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar para outro ponto do PTAP, para as **intervenções de interesse político relevante**.

Dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Ávila.

(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje dirijo-me ao Plenário na sequência do momento que marca o ano político na minha ilha de sempre: a visita estatutária do Governo dos Açores.

Nestas ocasiões, as expectativas são sempre legitimamente elevadas, porque estes são os momentos em que o Governo dos Açores toma as decisões mais importantes no sentido do cumprimento do acordo eleitoral celebrado com os Graciosenses em Outubro de 2008. Foram inaugurados diversos investimentos, foram lançadas outras iniciativas e ainda foi feito o ponto de situação a obras que estão a decorrer. Todas, mas mesmo todas, fazem parte de uma estratégia simples: desenvolver a Ilha Graciosa.

Hoje na Graciosa vive-se muito melhor. Temos melhores acessibilidades, passagens aéreas mais baratas, melhor saúde, mais democracia. Este ano, vamos beneficiar de mais ligações marítimas, ao abrigo do novo contrato de serviço público.

É reconhecido por todos que foi dado um grande impulso à agricultura, criaram-se novas condições para a pesca singrar e agora aposta-se num novo sector, o turismo.

Não tenho dúvidas do sucesso dos dois primeiros casos, como também reafirmo a confiança no futuro deste último.

A Ilha Graciosa, durante anos e anos sofreu de uma atroz dupla insularidade, devido à sua difícil situação geográfica e também à estratégia política de então. Sair dessa situação não tem sido fácil, confesso, até porque durante muitos anos tivemos gente a puxar para trás, a denegrir, a atacar. Ocuparam-se tanto com estas minudências fora do contexto, que nem tiveram tempo para ajudar a construir o futuro da Graciosa e dos Graciosenses. Paciência. Até aqui fizemo-lo sozinhos. Teve de ser.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois das eleições autárquicas de 2009, assistimos à renovação da esperança. A nova Câmara Municipal, já despida da camisola partidária, propõe-se arregaçar as mangas e recuperar o tempo perdido, em prol de uma população pouco habituada a ver como normal a cooperação entre os poderes públicos.

É nesse âmbito que houve, nesta visita, concertação no sentido de iniciar o processo de construção de um porto de recreio, estrutura muito importante para a dinamização do turismo naquela ilha.

Foi também aprovada a celebração do um contrato ARAAL no valor de 0,6 milhões de euros com o município, para a resolução de 30 casos de habitação degradada de um total de 61 casos sinalizados. Este é um esforço assinalável e é também a demonstração de que existe um empenhamento forte do Governo dos Açores e da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa para resolver de vez o problema que, infelizmente, ainda aflige muitas famílias. Representa, também, uma rotura com a política do saco de cimento, que pode dar a ganhar um voto aqui outro ali, mas não resolve o problema de fundo, como agora se vê.

Estes dois exemplos constituem a prova de que em conjunto, sem complexos e sem subserviências, podemos fazer muito para melhorar a vida dos Graciosenses. Basta ter espírito aberto e sentido de responsabilidade, como deve ter quem abraça o serviço público, que é como quem diz, dar prioridade ao interesse comum, em prejuízo dos proveitos pessoais e da estratégia partidária.

Foi apresentado o projecto de instalação da Estação de Infra-Sons do Sistema Internacional de Monitorização de Ensaio Nucleares. Esta estrutura e o projecto de Medição da Radiação Atmosférica (ARM), já em funcionamento, dotarão aquela ilha de programas científicos com tecnologia de ponta, capazes de ter alguma repercussão económica, quer na construção das estruturas, quer no seu acompanhamento técnico, para além da projecção mundial que proporciona.

A assinatura do contrato para a construção do novo Centro de Saúde e o financiamento à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa destinado à construção da Creche, Jardim de Infância e Centro de Actividades Ocupacionais, são sinais da ambição do Governo para resolver as questões destas importantes áreas e representam também o virar de página de um ciclo de construção de estruturas básicas a que nos propusemos.

Foi autorizada a celebração de um contrato com a Administração dos Portos da Terceira e Graciosa para a construção de uma rampa *roll-on roll-off* no Porto Comercial, para permitir uma rotação mais eficaz dos *ferries* e maior comodidade dos passageiros.

A inauguração do Centro de Visitantes da Caldeira vem dar dignidade a um espaço que estava abandonado pela anterior Câmara Municipal. Representa mais uma aposta de qualidade no apoio ao turismo. Em paralelo, foi inaugurado um novo parque de retém de gado, um espaço TIC na Luz e outro itinerante e assistiu-se ainda ao lançamento de quatro novas casas para realojamentos.

Foi autorizada a abertura do concurso público para a reabilitação da estrada Limeira/Porto Afonso, no valor de dois milhões de euros.

Foi reforçado o apoio ao programa de transferência de embriões em bovinos, que poderá trazer mais-valias aos agricultores Graciosenses. Foi decidido adquirir equipamentos para a ensilagem de erva e foi ainda deliberado proceder ao estudo e avaliação da viabilidade da instalação naquela ilha uma Unidade de Transferência Embrionária, associada à criação de um Centro de Recria de Novilhas.

Foi também decidido adjudicar o projecto museográfico do Museu da Graciosa, projecto fundamental para a preservação da etnografia local, constituindo também um enorme contributo para a oferta turística de qualidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta visita estatutária, para aqueles que se preocupam de facto e de corpo inteiro com os problemas da Graciosa, constituiu mais um passo rumo ao progresso. Para a oposição, agora menos lúcida e mais angustiada com o seu futuro, serviu para acertar críticas, cada vez mais inaudíveis aos ouvidos dos Graciosenses.

Paradoxalmente, esta visita foi aproveitada pelos expoentes máximos da oposição, de forma particularmente perceptível, para se mostrarem perto do Governo, especialmente do seu Presidente, para, por esta via, aparecerem nos tão almejados retratos. As voltas que a vida dá... Quem diria!

Por mais que se esforcem, por mais que critiquem, por mais que se acotovelem, por mais que escrevam, a obra feita é um património nosso e só nosso, que saiu e sai das nossas ideias e que estavam e estão vertidas nos nossos compromissos eleitorais.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Agradecia que se inscrevessem agora, com excepção dos líderes dos grupos e representações parlamentares e do Secretário Regional da Presidência, porque, depois, não é possível.

Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

(* Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, felicito-o por trazer a este Plenário as questões relacionadas com a visita do Governo à Graciosa. Só lamento que não se entretenha com os problemas da Graciosa, mas que dedique o seu tempo às politiquices do costume.

Eu teria, eventualmente terei, a oportunidade de fazer também uma intervenção sobre esta matéria, uma vez que os períodos de PTAP têm sido algo conturbados

em termos das inscrições, mas não queria deixar de tecer algumas breves considerações.

De facto, nas medidas do Governo há sempre momentos positivos e esses devem ser enaltecidos e valorizados. Tivemos oportunidade de o fazer, aquando da visita do Governo na Graciosa, perante os graciosenses, enaltecer aquilo que entendemos como positivo na medida. Mas não podemos deixar nunca de ter em atenção aquela que é a realidade da Graciosa e que não obtém resposta do Governo. Posso dar exemplos:

O Conselho de Ilha da Ilha Graciosa fez um memorando de problemas que entendeu apresentar ao Governo e, na sua vertente agora alegadamente despolitizada, apresentou diversas reivindicações. Das reivindicações que o Conselho de Ilha apresentou, poucas foram aquelas, tirando algumas excepções na área do ambiente, que tiveram uma resposta positiva. Não pode deixar de ser notado e lembrado ao Sr. Deputado José Ávila que o seu manifesto eleitoral de 2004 tinha lá, por exemplo, uma obra chamada “circular a Santa Cruz”, que agora mudou de designação para “variante a Santa Cruz”. É curioso que vai o Sr. Secretário dos Equipamentos ao Conselho de Ilha dizer, pasme-se: “Não vai ser feita essa obra, porque não está no programa do Governo”. Bom, então para que servem os Conselhos de Ilha entre o primeiro ano da Legislatura e o fim da Legislatura?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para que serve o programa do Governo?

O Orador: Se é só para o Governo se limitar a anunciar, em cada visita estatutária, as obras que eventualmente estão previstas no programa do Governo, então estamos aqui com alguma dificuldade em perceber a utilidade das reivindicações.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Essa sua intervenção não tem nada de politiquice!

O Orador: Para isso, limitava-se o Conselho de Ilha a ler o programa do Governo e reivindicar aquilo que ainda não está feito.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: É bom que se vá talvez ao arquivo das promessas eleitorais do Partido Socialista e aconselhar alguns secretários a fazê-lo com mais frequência.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria apenas dizer que há aqui um ponto de honra que convém que eu saliente nesta discussão, para que todo o Plenário tenha consciência daquilo que é a actividade política do Partido Socialista na Graciosa.

O Partido Socialista na Graciosa espera que a oposição, no Conselho de Ilha, possa manifestar o seu descontentamento perante as respostas que o Governo, naquele local e perante aquele órgão, afirma. Parece-me que é, de alguma forma, contraditório, quando é o mesmo Partido Socialista que quer despir dos problemas partidários os órgãos que representam as populações das diversas ilhas. Não podem querer as duas coisas e o seu contrário, ou uma coisa e o seu contrário.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer e porque realmente é uma questão de honra, que é inadmissível, inaceitável e mesmo vergonhoso que venha um dirigente, o dirigente máximo do Partido Socialista, por sinal, que também é presidente de câmara, com um comunicado com ofensas aos seus opositores e aos seus adversários, ofensas pessoais e gratuitas, sem qualquer lógica e sem qualquer cabimento perante uma visita do Governo! Não se pode vir acusar as pessoas de falta de hombridade, quando respondem a uma visita do Governo depois de um comunicado do Conselho do Governo. E é bom que fique esclarecido que só se pode responder a um comunicado do Conselho do Governo depois deste comunicado sair e não antes dele!

Querer enganar as pessoas com as politiquices que muitas vezes vêm para esta casa fazer, dizendo que o que é bonito é aparecer nos retratos, mas o Presidente do Governo é presidente de quem? Do PS, só?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Também é presidente do PS!

O Orador: Dos socialistas, só?

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Então, o Presidente do Governo não é presidente de todos os açorianos, a partir do momento em que assume as suas funções? Então, quando puxa para a sua beira os seus autarcas e os seus apaniguados, aí é muito bonito; mas, quando os outros elementos da sociedade se querem apresentar como presentes...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso está a correr mal, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque não viram a cara nem ao que é bom, nem ao que é mau, e são verdadeiramente graciosenses de corpo inteiro, para o bem e para o mal, é bom que se note que essa forma de estar na política é que é errada. Assim como é, e para terminar, Sr. Presidente, extremamente doloroso – e mesmo sentimos todos a vergonha do Sr. Presidente do Governo – quando se diz que na Graciosa existe um dos melhores portos de pesca do país. Esta é a frase lapidar sobre uma visita do Governo que, realmente, teve muito pouco para oferecer.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

(* Deputada Vera Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para demonstrar o meu orgulho em pertencer a esta bancada, a uma bancada do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: O trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos treze anos não só contribuiu para mudar o rumo dos Açores e da Graciosa, no sentido do desenvolvimento e do progresso, como também a forma de fazer política.

Hoje na Graciosa, falo da realidade que me é mais próxima, para se ganharem eleições é necessário apresentar um bom projecto. Já não se faz campanha eleitoral através de invenções e de ideias que têm pouco a ver com a verdade. Hoje, felizmente, o acesso à informação é outro e as pessoas sabem e sentem que os socialistas vieram para melhorar as suas vidas, não vieram nem para retirar reformas, nem para retirar propriedades, como alguns apregoavam.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Agora apregoa-se que os sociais democratas vão tirar o rendimento mínimo!

A Oradora: O Governo tem um projecto e um plano político aprovados pela maioria dos açorianos e também pela maioria dos graciosenses. É sobre este compromisso eleitoral que o Governo tem de responder. Claro que todos os contributos que são dados em conselho de ilha são bem vindos...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Era preciso que fossem dados!

A Oradora: ...no sentido de melhorar esse plano e de melhorar o trabalho que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista têm desenvolvido.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Atingimos a nossa hora regimental. Há ainda duas inscrições, continuaremos amanhã com essas inscrições. Vamos para o almoço.

Agradecia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência que se aproximassem da Mesa.

(Eram 13:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde. Vamos dar reinício aos nossos trabalhos. Sra. e Srs. Membros do Governo, boa tarde igualmente.

(Eram 15 horas e 05 minutos)

Aproveito para informar que houve uma pequena alteração na agenda, na sequência de uma reunião da Conferência de Líderes e de um requerimento da Representação Parlamentar do PCP. À urgência que estava aí do diploma do PCP foi acrescentada dispensa de exame em comissão e acrescentado o diploma à agenda, no caso de merecer aprovação essa urgência e pedido de dispensa de exame em comissão.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010 – “Aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas”**.

Dou a palavra, para apresentar o diploma, à Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, nos últimos anos resolvemos milhares de problemas na área de habitação na região. Só no último ano, procedemos a mais de 650 apoios às famílias açorianas. Já nesta Legislatura, procedemos a um conjunto de reformas que consideramos extremamente importantes e justas, e que se impunham, até pelo contexto social e económico vivido no mundo, no país e na região.

Este projecto de diploma que hoje estamos aqui a apreciar inscreve-se nesse projecto que temos vindo a fazer, concretizando já algumas alterações naquilo que diz respeito à habitação degradada, ao programa de arrendamento Famílias com Futuro e a outros mecanismos de apoio à habitação, que temos já em vigor e que têm dado os seus resultados.

No caso concreto do regime jurídico de combate à infestação por térmitas, tal como refere o parecer da AMRAA a este documento, representa um salto qualitativo em relação ao regime jurídico actualmente vigente. Pretende reunir num só diploma a regulamentação de diferentes atribuições, competências e medidas inerentes ao combate à infestação por térmitas, como por exemplo o controlo e combate à infestação, o sistema de certificação, o regime jurídico de concessão de apoios financeiros e o regime jurídico aplicável aos transportes e destino final dos resíduos. De facto, este diploma também apresenta um conjunto vasto de inovações e passaria, muito resumidamente, a apresentar algumas delas:

Por Resolução de Conselho de Governo, serão fixadas para cada espécie de térmitas as freguesias cujo território deve ser considerado como área potencialmente infestada, incluindo o mapa de risco da infestação. A citada resolução poderá ainda delimitar, no território da freguesia, as áreas onde existe essa infestação, determinar os tipos de actividade que devem ser condicionados e determinar as práticas interditas.

São ainda criadas medidas de controlo da infestação, nomeadamente a proibição da introdução de térmitas vivas ou os seus ovos viáveis, madeiras, plantas, mobiliário e outros materiais de madeira.

É criado também o sistema de infestação por térmitas que caberá à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. A ela competirá assegurar a aplicação e conformidade das inspecções dos edifícios; certificar o desempenho dos processos; identificar as medidas correctivas ou redução de vulnerabilidade à infestação; e certificar como isentos de térmitas materiais tais como madeiras, mobiliário ou outros bens móveis.

São definidas também com maior precisão as regras de acondicionamento dos resíduos infestados por térmitas, sujeitando-os às regras de registo estabelecidas para os resíduos perigosos.

É também alterado o regime jurídico da concessão de apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados por infestação por térmitas. Passa a ser possível a comparticipação das despesas inerentes à realização da operação de certificação, desinfestação de edifícios ou fracções autónomas de edifícios, com recurso a peritos qualificados e operadores de desinfestação certificados. Podem aceder a estes tipos de apoios financeiros os usufrutuários do edifício ou fracção autónoma do edifício a reparar à data da entrada em vigor deste diploma, desde que este não se encontre arrostado, penhorado, etc.

Portanto, é aqui apresentado um conjunto de alterações que consideramos significativas. Também foi oportuno, na comissão, quando fui ouvida sobre esta matéria, e percebi que havia uma grande vontade de todos os partidos de considerarem este como um diploma estruturante. Também já tive oportunidade de verificar hoje uma série de alterações que me parecem, algumas delas, muito oportunas.

Ponho-me agora à vossa disposição para fazer alguns esclarecimentos, eu e o meu colega do Ambiente, que certamente também me poderá ajudar nesta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão, para uma primeira intervenção.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma que hoje analisamos nesta casa, por parte do Grupo Parlamentar do PSD é muito bem-vindo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sra. Deputada.

A Oradora: O PSD, desde o ano de 2004, tem alertado para esta problemática, tem apontado certos caminhos a prosseguir, sempre um pouco com o PS e o Governo a barrarem as nossas intenções. Por isso mesmo, congratulamo-nos com o facto de, neste momento, existir um diploma com uma estratégia definida para o combate a esta praga.

Porque é uma praga e por várias vezes aqui afirmámos que estávamos perante um sismo em câmara lenta. Para além de todos os outros problemas, Sra. Secretária, que possa haver ao nível da habitação, este foi sempre um dos problemas graves que, detectado em 2002, até agora nunca tinha tido uma visão integrada e estratégica, mesmo, da parte do Governo Regional. Por isso mesmo, congratulamo-nos pelo facto de estarmos neste momento – passados seis anos em que falamos nisso e oito desde a detecção científica da existência desta praga no arquipélago – efectivamente a analisar este diploma nesta casa.

Como até agora e também na análise deste documento, pretendemos introduzir algumas melhorias. Achamos que podem ser limadas algumas arestas e, por isso, apresentámos algumas propostas de alteração. Esperemos que haja algum sentido, também, de trabalho de equipa e de responsabilidade para acolhê-las, porque realmente ficará, efectivamente, melhor.

Dissemos e assumimos ao longo de todos estes anos que era preciso haver uma abordagem correcta para enfrentar este problema. Dissemos por várias vezes e assumimos que era necessário alguém que coordenasse este processo e vemos que neste momento há alguém a coordenar o processo, a Secretaria Regional do Ambiente. Dissemos que era necessária uma definição clara de competências e vemos que neste momento há, realmente, essa definição clara de competências, quer ao nível da Secretaria do Ambiente, quer ao nível da Secretaria da Habitação e a nível dos apoios, também incluindo a Vice-Presidência. Dissemos que era necessário existirem locais próprios e fiscalização a nível do transporte das madeiras infestadas e, neste momento, percebemos que este diploma prevê essa

situação. Dissemos também que era necessário certificar não só as empresas que iriam actuar no terreno, mas também as casas, para venda, para aluguer, e isso vai acontecer a partir de agora. Por isso mesmo, estamos muito satisfeitos. Não foi trabalho em vão.

É pena que tenha levado tanto tempo e que tenhamos encontrado, ao longo destes anos, muitas afirmações e contradições, quer da bancada parlamentar do Partido Socialista, quer do próprio Governo Regional, que tentavam desmerecer os alertas que nós fazíamos e tentavam desmerecer os caminhos que apontávamos. Era, no fundo, a voz da preocupação, quer das pessoas que sentiam este problema nas suas casas e nas suas vidas, quer da própria Universidade dos Açores, que desde o primeiro momento em que estive a trabalhar neste assunto ia dizendo que era necessário actuar rapidamente, para que não fossem uns a recuperar as suas habitações, outros a não olharem para o que existia e a ajudarem à sua disseminação e outros, ainda, fingindo que nada se passava.

Realmente, ao longo de todo este tempo, fomos encontrando muitos impasses a esses alertas e muitas afirmações que nos deixavam não de braços caídos, mas com vontade de alertar cada vez mais. Foi o que fizemos e, neste momento, sentimo-nos conscientes de que fizemos um bom trabalho a esse nível e que o Governo, neste momento, acordou para esta problemática e decidiu criar uma estratégia integrada para enfrentar esta praga. Por isso nos congratulamos por esse facto.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, agora em apreciação, é mais um passo no combate à infestação de térmitas nos Açores. Afigura-se um regime mais complexo do que actualmente em vigor.

Não podemos deixar passar esta oportunidade sem referir que um dos motivos que condicionou fortemente o sucesso do actual regime jurídico de concessão de apoios financeiros a atribuir no combate à infestação de térmitas foi, precisamente, a complexidade burocrática das candidaturas. Apesar dos melhoramentos

introduzidos nesse regime, por iniciativa do CDS, nomeadamente na definição dos escalões, tendo alargado o acesso a famílias da classe média, especialmente as mais numerosas, a complexidade burocrática das candidaturas e os baixos montantes atribuíveis desmotivaram os interessados, impedindo o sucesso da medida legislativa.

Sendo este novo regime mais complexo, não se afigura maior eficácia no combate a esta praga, apesar de reconhecermos a intenção em melhorar as condições de combate à infestação por térmitas, estabelecendo medidas de controlo e combate. O Governo Regional, com estas medidas bem complexas de certificação e desinfestação, está assumindo o falhanço no combate a esta praga.

Não deixamos também de reconhecer o mérito, pois essa é a postura deste partido, reconhecer o que é bom, ao estabelecer o regime a aplicar para o transporte e destino final de resíduos contendo térmitas vivas e os seus ovos viáveis, sendo este um aspecto muito importante no cômputo geral de combate à infestação por térmitas. O destino final a dar a estes resíduos é deveras importante, pois permite não apenas corrigir situações pontuais de infestação mas, também, diminuir o risco de propagação destes insectos, facilitando a erradicação ou controlo da praga.

Por outro lado, estabelece o regime jurídico de concessão de apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados pelas térmitas, sendo este um factor sempre importante para a minimização e mitigação dos impactos financeiros causados nos agregados familiares afectados por esta praga. No entanto, ao continuar a remeter para portaria a definição dos montantes, o Governo está pedindo a esta Assembleia um cheque em branco.

Merecedor de crítica é o facto de a proposta na tabela II do anexo 1, para a Classe I de rendimentos, estabelecer como limite máximo do apoio não reembolsável apenas 90%, um retrocesso face ao regime em vigor, que é actualmente 100%, por iniciativa do CDS-PP. Parece que o Governo quer combater, mas pouco, esta praga por térmitas.

Questionamo-nos sobre as possibilidades de intervenção em propriedades devolutas ou abandonadas, com proprietários desconhecidos ou em parte incerta, muitas em ruína ou em risco de ruir, para as quais esta iniciativa não apresenta

solução, nem tão pouco a Sra. Secretária Regional foi capaz de dar uma resposta esclarecedora em sede de audição na Comissão Especializada. Espero que entretanto tenha encontrado uma solução.

O custo dos certificados está omissa da iniciativa, levantando sérias reservas a este grupo parlamentar. Esperamos que a Sra. Secretária levante o véu sobre os custos escondidos desta iniciativa, incluindo a taxa de registo.

Outra questão que esperamos ver esclarecida prende-se com a certificação dos locais de deposição dos resíduos infectados. Já em Junho de 2007, o CDS-PP questionava o Governo Regional, em Requerimento, sobre “Quais as medidas de controlo fitossanitário implementadas às mercadorias passíveis de transportarem térmitas para o arquipélago, e dentro deste, de umas ilhas para outras; qual a data de implementação; quais as de carácter permanente”.

Respondeu o Governo, em Agosto de 2007, que “As medidas de carácter fitossanitário relativas à circulação de madeiras no espaço comunitário, incluindo a Região Autónoma dos Açores, previstas no Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, nomeadamente, as que estão incluídas nos respectivos anexos IV e V, **são escrupulosamente cumpridas pelos inspectores fitossanitários da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas**, bem como todas as exigências contempladas na Portaria n.º 124/2004, de 6 de Fevereiro, relativas à circulação de materiais de madeira não processada”.

Fundamentávamos a nossa questão na convicção de que não haveria controlo fitossanitário ou que este não estaria sendo eficaz. Ora o diploma em apreciação vem dar razão a essas suspeitas que já em 2007 o CDS-PP tinha porquanto referido o n.º 2 do artigo 9.º: “(...) quando os bens referidos no número anterior não sejam acompanhados por certificado fitossanitário, ou outro documento equivalente, que garanta a sua não infestação por térmitas, os mesmos são **obrigatoriamente sujeitos a uma inspeção**, realizada por perito qualificado, **após o seu desembarque nos Açores** e antes da sua entregue ao destinatário (...)”.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda só pode votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime jurídico do combate à infestação por térmitas e fazemo-lo felicitando o Governo por esta iniciativa. Como disse a Sra. Secretária Regional e nós concordamos, é um passo em frente, tem medidas inovadoras que todos nós esperamos sejam capazes de combater e de prevenir esta praga invisível que ameaça o património, quer particular, quer público, da nossa região.

De qualquer modo, esta congratulação também resulta do facto de este diploma do Governo acabar, na prática, por contemplar e integrar muitas das propostas feitas pelo Bloco de Esquerda quando, em Março de 2009, apresentou, entregou nesta casa e depois, em Julho de 2009, aqui debatemos em Plenário um projecto de resolução que exactamente elencava um conjunto de recomendações ao Governo Regional sobre a prevenção e o combate às térmitas. Curiosa e estranhamente, ou nem tanto, esse nosso projecto de resolução foi chumbado pela maioria parlamentar. Digo estranhamente porque, na realidade, este diploma acaba por reconhecer a validade, a justeza e, no fundo, a razão que o Bloco de Esquerda tinha em muitas das medidas propostas.

De qualquer modo, também não podemos deixar de identificar algumas daquelas que não foram integradas e que, ainda hoje e agora, continuam a fazer sentido para nós. Desde logo, a promoção de acções de formação sobre a identificação, infestação, extermínio, controlo e prevenção da praga, para carpinteiros e outros profissionais de construção civil. Não está no diploma, Sra. Secretária, e nós gostaríamos que estivesse.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):
Não é matéria de Decreto Legislativo.

A Oradora: Só estamos a lamentar que não esteja.

A criação de incentivos e de apoios financeiros para aquisição de câmaras de fumigação para móveis por parte das autarquias. O incentivar a utilização de madeiras consideradas resistentes à infestação pelas térmitas, ou o pré-tratamento das madeiras na origem ou antes da sua utilização.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sra. Deputada, isso não faz sentido!

A Oradora: O regulamentar a obrigatoriedade da utilização, na construção civil, de madeiras tratadas com produtos preservadores da qualidade da madeira e termicidas. E mais alguns outros, dos quais destacaria estes.

De qualquer forma, ainda que lamentando que estas propostas não tenham merecido acolhimento, porque nos continuam a parecer justas, é um bom diploma, é um passo em frente, inegavelmente, e tem com certeza o apoio e o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por, antes de mais, me congratular com o consenso que o diploma obtém e, particularmente, com o consenso que a Sra. Deputada Carla Bretão aqui apresentou.

A Sra. Deputada referiu, por várias vezes, o tempo decorrido. Sra. Deputada, só gostaria de lhe lembrar que esse grupo parlamentar tem, e muito bem, o direito de iniciativa legislativa. Se a Sra. Deputada achava que eram estas as medidas que deviam ser seguidas, pois também, nesse amplo tempo, teve a possibilidade de apresentar uma proposta de decreto legislativo regional...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já apresentámos e os senhores chumbaram!

O Orador: Não tinha nada a ver com isto.

...que tivesse estes mecanismos que nós aqui estamos a discutir. Portanto, Sra. Deputada, fico muito satisfeito que o diploma mereça esse consenso. Apenas lamento que a Sra. Deputada enfim, esteja a usar este momento para lembrar histórias passadas, quando também tem, necessariamente, co-responsabilidade nisso, porque tem capacidade de iniciativa legislativa.

Sr. Deputado Abel Moreira, o Sr. Deputado falou aqui na complexidade do processo. Eu gostaria de lhe dizer que este diploma pugna, e fez-se um grande esforço nesse sentido, pela simplicidade dos processos. Quer no que diz respeito à parte do controlo da infestação, quer seja na emissão e do seguimento dos certificados. Todo ele ficará assente sobre uma base informática que, aliás, é a

mesma que neste momento já utilizamos para as certificações energéticas e que, nesta altura, já deu provas, essa base, da sua eficiência. É extremamente simples de seguir e simples de funcionar. Não vamos inventar nada de novo, vamos apenas abrir mais um campo na mesma base de dados que, neste momento, já funciona. O processo é em todo similar e seguirá os mesmos mecanismos, é fácil e simples.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não funciona.

O Orador: Sr. Deputado, se tivesse lido isto com um bocadinho mais de profundidade, perceberia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já há três anos!

O Orador: Quanto à questão dos apoios na área da habitação, eles também estão assentes sobre um mero formulário de candidatura, ele também electrónico. Portanto, não há aqui nenhuma complexidade, nem nenhum problema.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É electrónico, mas não funciona.

O Orador: Funciona e funciona bem, Sr. Deputado. Nessas questões, as provas estão dadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há três anos!

O Orador: Sim.

Quanto a uma outra questão que o Sr. Deputado aqui trouxe, sobre os edifícios em ruínas ou os edifícios sem dono, o diploma tem. O Sr. Deputado, se tivesse lido o n.º 2 do artigo 21.º, veria que as câmaras municipais têm o poder de impor um prazo que até não pode ser superior a 180 dias, para que esses edifícios sejam reparados, sejam tratados.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): É preciso saber quem é o dono, Sr. Secretário!

O Orador: A câmara, nesse caso, segue a lei geral: substitui-se ao proprietário ou ao putativo proprietário, com o direito de regresso sobre a despesa feita. É o que está na lei, isso está previsto aqui e, inclusivamente, o diploma fixa um prazo máximo à autarquia. A autarquia não pode deixar mais do que 180 dias um edifício que se conheça infestado sem que haja essa intervenção, que é feita ou pelo proprietário, ou pela própria câmara, com o direito de regresso. Leia o artigo 21.º, n.º 2 e verá o que lá diz.

Quanto às questões dos certificados fitossanitários, Sr. Deputado, também gostaria de lhe dizer que, em relação aos certificados fitossanitários, essa é uma matéria que se encontra fortemente regulamentada. Eu aconselharia o Sr. Deputado a ler a Directiva n.º 2029/CE, do Conselho, e as suas múltiplas alterações. É uma directiva que tem sofrido alterações quase mensais, porque estão sempre a surgir novas espécies que devem ser objecto de controlo fitossanitário, que impõe – e impõe através dum conjunto de regulamentos, que são de aplicação directa e de uma transposição que foi feita em 2005, que é o Decreto 212/2005, que está em vigor na região, tem aplicação na região – um conjunto de normas de inspecção fitossanitária e de emissão de certificados que, obviamente, também aqui se aplicam.

Nós não poderíamos nem deveríamos estar a legislar numa matéria que já está legislada por, digamos, outra via e que é matéria de direito comunitário, que tem a ver com a liberdade de circulação de mercadorias no interior da União Europeia. É essa a razão por que o diploma segue a via que segue, cria um regime que é complementar, mas é complementar, vem completar aquilo que a Directiva n.º 2029/CE já impõe para todos os materiais que possam ter implicações de natureza fitossanitária que circulem no interior do território da União Europeia. Portanto, essa é uma questão que está devidamente resolvida e que está devidamente enquadrada.

Quanto às questões que foram levantadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, na parte que diz respeito à Secretaria do Ambiente, eu gostaria de lhe dizer que, em relação às questões de formação, obviamente que elas têm de ser feitas, não apenas neste âmbito, mas em muitos outros, estou perfeitamente de acordo.

É matéria que não tem cabimento neste diploma, porque este diploma tem este âmbito específico, mas obviamente faz parte das nossas obrigações. Inclusivamente, no início do diploma, no artigo 4.º, está feita uma previsão de formação de peritos e de formação de pessoas que, depois, terão como missão fazer a divulgação dessas matérias e fazer o acompanhamento ao longo de toda a cadeia de valor, que tem a ver com isto, porque entram aqui actividades na área da construção civil, na área do imobiliário em geral, da compra e venda de imobiliário

e nas áreas dos móveis e de outros materiais que contenham celulose e que devem ser devidamente acompanhados. Portanto, essa é uma questão que está coberta pelo próprio diploma.

Quanto à obrigação da utilização de termicidas ou de outros biocidas em madeiras, da parte do Governo Regional houve o entendimento, e creio que a Sra. Deputada o partilhará, que esta é uma questão que deve ser deixada à liberdade individual. Na introdução, nas nossas casas, de produtos químicos com potencial biocida, essa é uma decisão de grande responsabilidade e creio que deve ser da liberdade de cada um decidir se o quer, ou não. Eu digo-lhe que, na minha casa, não quero. Prefiro a térmita.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não acredito nisso!

O Orador: Estas são questões que, obviamente, devem ser deixadas à escolha de cada um, já que têm a ver com a saúde e a segurança das pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento, para uma primeira intervenção.

(* **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Presidente, que, nesta primeira intervenção, aproveite para felicitar alguns colegas, na sequência de desenvolvimentos recentes. Começaria por saudar o Sr. Deputado Paulo Estêvão, pela sua nomeação para Presidente do PPM. Quem tivesse dúvidas sobre o estado da monarquia em Portugal fica agora esclarecido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Eu, pessoalmente, Sr. Deputado, tenho a certeza de que o senhor dará à causa monárquica o futuro que ela merece.

(Risos da câmara)

As minhas saudações democráticas, sentidas e solidárias, também ao Sr. Deputado Aníbal Pires, pelo seu congresso. Desejo felicidades ao PCP e que contribua para a luta democrática e o confronto de ideias. A democracia é feita disso.

Também uma palavra para o Deputado Pedro Gomes. O Deputado Pedro Gomes é Presidente da Comissão de Política Geral e foi, é justo aqui referir, pela sua sensibilidade, pela sua disponibilidade e pela sua liderança na comissão, uma pessoa, um deputado, que facilitou muito os entendimentos que já foram aqui referidos pelos Membros do Governo. Nós tivemos oportunidade, sob a liderança do Sr. Deputado Pedro Gomes, de dignificar o trabalho das comissões, muitas vezes incompreendido nos Açores, incompreendido em vários sectores da nossa sociedade. Portanto, é justo, nestes momentos, também reconhecer o mérito a quem o tem. Aproveito esta oportunidade, numa altura em que o PSD Açores ficou reduzido à sua menor influência de sempre a nível nacional, para felicitar as altas responsabilidades nacionais que o Sr. Deputado Pedro Gomes agora tem, no âmbito do seu partido.

Também para referir uma palavra ao meu colega Herberto Rosa e também ao Sr. Secretário Álvaro de Meneses e à Sra. Secretária Ana Paula Marques, pela disponibilidade, pela abertura e pela sensibilidade política que revelaram. Quando temos membros do Governo a agir desta forma, tudo fica mais fácil. Portanto, isso também é justo.

Nós estamos perante um diploma, Srs. Deputados, que representa uma reforma importante e uma evolução significativa ao regime que estava em vigor. Nós tínhamos um diploma com bons objectivos, com bons princípios, mas que não teve resultados satisfatórios e nós admitimos isso. Ao contrário de muitas câmaras municipais, o PS quer vencer este desafio. Por isso, nós estamos aqui com um diploma que representa uma grande reforma para podermos avançar nesta luta.

Nós passamos a ter, para além da vertente de apoio à recuperação de imóveis, que era contemplada no antigo regime, medidas de apoio à infestação. É importante salientar essas medidas. O regime jurídico apresenta soluções boas, soluções meritórias e concilia, em nosso entender, com grande mérito, o papel do Governo, porque há um papel que compete ao Governo nessa luta; o papel da iniciativa privada, porque a iniciativa privada tem um papel muito importante nesta luta; e a co-responsabilização dos proprietários, que também vai ser muito importante nesta vitória que vamos alcançar.

Muitas vezes, infelizmente, os partidos da oposição não reconhecem o papel, a co-responsabilidade que os detentores, os titulares dos imóveis, evidentemente têm de ter. De acordo também com os seus rendimentos, mas têm de ter, têm de fazer parte da solução. Não pode ser uma concepção paternalista, uma concepção onnipotente do Estado. Isso não funciona.

Portanto, nós estamos perante um diploma que mantém os princípios que nós tínhamos, alarga os objectivos e, sobretudo, operacionaliza novos instrumentos, numa forma que, como eu já referi, em nosso entender, terá um grande impacto no avançar e no superar desta luta e desta praga. Mas nós também sabemos que esta medida, de certa forma, é, também ela, uma nova reforma para um novo ciclo. Isso significa que, em termos de gestão de expectativas, o PS, da mesma forma que afirma o optimismo e a confiança que tem nesta solução, quer salientar que, apesar dos bons objectivos, apesar das prioridades certas, apesar das políticas bem desenhadas, nós vamos levar tempo a resolver este problema e vamos exigir muito esforço de algumas pessoas. Mas, em 2013, em 2014 e em anos posteriores será possível contemplar – porque esta luta será uma luta de alguns anos – e constatar o sucesso e a ultrapassagem dessas dificuldades.

Portanto, como já referi, nós achamos que não é justo, como alguns deputados aqui referiram, que o Governo tenha estado distraído. Inclusivamente, foi aqui dito que o Governo esteve a dormir. Isso é falso, isso não é verdade, isso não é razoável dizer-se. O Governo estudou a temática, aprofundou o conhecimento e quem estudou o processo sabe disso. Houve inúmeros estudos, inúmeras parcerias, houve aqui um envolvimento da comunidade científica, de várias empresas, de vários sectores, para afinar e para recolher ensinamentos.

Portanto, nesta fase, o que há a dizer é que nós estamos aqui perante uma proposta política muito importante, que teve uma negociação política muito importante e eu também gostaria de salientar isso. Por isso mesmo, estamos convencidos, esperamos, mesmo, que todos os partidos possam apoiar o Governo, porque esse também é um sinal importante nesta proposta.

Não poderia, todavia, terminar, sem responder a uma provocação. A uma provocação, não. Parece uma provocação, mas é uma proposta, que a Sra.

Deputada Zuraida Soares insiste em fazer. Sra. Deputada, acho incrível, sinceramente e já lhe disse isso várias vezes, que a senhora defenda que o Governo deve apoiar as câmaras a comprar equipamento para combater as térmitas. Isso não é uma solução razoável.

Deputada Zuraida Soares (BE): Na sua opinião.

O Orador: Na minha opinião, mas apelo também ao seu bom senso, Sra. Deputada e espero, sinceramente, que isto não seja um motivo para nós não podermos andar de mãos dadas neste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma primeira intervenção.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por agradecer as felicitações e aceitar os cumprimentos que, tenho a certeza, foram sinceros, do Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (PS): Foram sinceros.

O Orador: ...e garantir-lhe que, por parte do PCP Açores, haverá sempre lugar à frontalidade e à lealdade neste combate político que travamos em nome das açorianas, dos açorianos e pela nossa região. Muito obrigado, Sr. Deputado.

Relativamente ao diploma que estamos a apreciar, quero começar por dizer que ele vai merecer o apoio e o voto favorável da Representação Parlamentar do PCP, porque julgamos que este diploma tem um alcance, de facto, muito grande, numa estratégia integrada e estruturante de combate à infestação pelas térmitas, que tantos dissabores e tantos prejuízos tem causado nalgumas cidades da nossa região. O facto de reunir aqui um conjunto de legislação dispersa e de concentrar competências afigura-se também como um aspecto importante.

Na sequência disto e daquilo que já aqui foi dito sobre o diploma, este Projecto de Decreto Legislativo Regional vai ter o apoio do PCP.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, só para esclarecer o Sr. Deputado do PP, queria dizer-lhe o seguinte:

Fica, de facto, para definir por portaria dos membros do Governo, do Sr. Vice-Presidente e da área de habitação o valor base para determinação das classes de rendimento; o montante máximo da comparticipação não reembolsável, bem como as respectivas formas de concretização para pessoas singulares; o montante máximo e o prazo de empréstimo para juros bonificados; o valor máximo de construção por metro quadrado; e as majorações. Como deve perceber, terá de ser mesmo assim, porque o mercado oscila e, portanto, essa é uma matéria regulamentar, que não cabe num decreto legislativo regional.

Dir-me-á: “Mas, no enquadramento anterior, o montante de apoios estava determinado”. Se o Sr. Deputado, com um bocadinho de cuidado, analisar o diploma, chegará – aliás, como, penso, outros deputados desta câmara e de outras áreas políticas – a que este diploma é muito mais benéfico para a classe média do que o anterior. Também, já agora, gostaria de vos dizer que não há mal nenhum, mas mesmo nenhum, de nós permanentemente estarmos a fazer coisas diferentes, ou a reformar as coisas que já fizemos.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Isso até é um sinal de que sabemos interpretar os tempos, as vontades e as sensibilidades das pessoas e das situações! Mas isso também não significa que se tenha de passar, pelo passado, uma tábua rasa porque, nesta matéria, isso também não é verdade. Como todos aqui sabem, houve um grande investimento em matéria, por exemplo, de investigação científica e tecnológica nesta matéria, um grande envolvimento do nosso Laboratório Regional de Engenharia Civil, um acompanhamento por parte da Universidade dos Açores que nunca foi negligenciado e, de facto, o Governo tem sempre, mas sempre, de tomar opções.

Também, como eu várias vezes já tenho afirmado nesta casa, quando se tem milhares de pessoas para realojar, ou centenas de pessoas para realojar, em situação de precariedade económica, ou a viverem nas orlas costeiras ou nas

margens das ribeiras, nós tivemos de fazer opções, porque o dinheiro não chega para tudo. Fizemos uma opção inteligente, que foi ir ao caminho dos mais necessitados, daqueles que mais precisavam de nós. Agora, que temos, talvez, mais folga, que é preciso investir na reabilitação urbana e que esse será um desígnio desta Legislatura...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ...cá estamos nós para perceber os sinais dos tempos e fazer aquilo que devemos fazer! É por isso, Srs. Deputados, que importava nesta câmara dizer isto, para que não se fique com a ideia de que o Governo tem andado distraído sobre esta matéria.

Também, apesar de o meu colega já ter referido isso, mas só para sublinhar, porque me parece muito importante, a questão da formação profissional, ou da formação aos peritos. Também nessa matéria fizemos imensa formação! Se calhar, não tanta quanto a necessária; se calhar, não só dirigida a alguns profissionais. Agora, Sra. Deputada, é redutor pensar-se que nós só temos de fazer formação aos carpinteiros e aos marceneiros, porque hoje, na reabilitação urbana, se calhar até já nem se usa madeira e substitui-se a madeira por outras tecnologias. Disse que tinha feito uma proposta onde tinha colocado que devia ser aos marceneiros e aos carpinteiros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Também.

A Oradora: Ora bem, deve-se fazer formação a todos os intervenientes: câmaras de comércio, engenheiros, arquitectos, todas as forças vivas, às câmaras, aos técnicos e essa é uma matéria, como também sabe, que me parece não ser dum decreto legislativo, mas sim matéria de quem está a tratar dessas questões.

Portanto, era isto que eu queria dizer, só para completar algumas ideias que já foram aqui debatidas nesta câmara.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma primeira intervenção.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer as amáveis palavras do Sr. Deputado San-Bento e corrigir, obviamente, também, alguns conceitos que aqui desenvolveu.

Quero dizer-lhe que não fui nomeado, eu fui eleito. Obviamente que, quando se demite o presidente – pelo menos no meu partido é assim –, o vice-presidente passa a exercer essas funções. Isto, do ponto de vista estatutário. Depois, evidentemente que os órgãos competentes fazem a eleição. Não sei como é no vosso caso, porque há muito tempo que têm o mesmo presidente. Como não mudam de presidente, o problema não se coloca, ou não se tem colocado, no vosso partido.

Deputado José San-Bento (PS): Somos um partido democrático.

O Orador: Quero também dizer-vos que o Sr. Deputado San-Bento não é oficial, mas é cavalheiro e, portanto, está no partido errado, devia estar no PPM.

Neste caso, neste diploma especificamente, aplica-se o velho adágio popular, “mais vale tarde do que nunca”.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: O que eu acho é que o Governo Regional, durante muito tempo, minorizou este problema. Não o resolveu, deixou que ele se propagasse, se tornasse mais grave e, perante a evidência de que o desmazelo começava a ter perturbações graves, começava a causar problemas graves, às tantas decidiu agir. Pronto, tendo em conta que este é o Governo que temos e que são estas as soluções que temos, e tendo já os restantes partidos alertado continuamente o Governo para esta questão e, aqui há uns anos, as vossas primeiras manifestações era de minorizarem o problema, agora, finalmente, parece que acordaram para esta questão.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: De facto, o que conta é que são estas as circunstâncias, são estas as conjunturas, é este o vosso tempo. Vêm tarde mas, mesmo assim, é melhor contarmos já com alguma resposta, finalmente, em relação a este assunto, do que continuarmos sem resposta nenhuma, ou à espera que mude o Governo dos Açores. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional fizeram aqui uma confissão pública de alguma ineficácia em relação a esta questão.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade. Já foi explicado e o senhor não quer perceber!

O Orador: É uma confissão, também, de que o problema era grave e que, de facto, já o deveriam ter atacado. Agora, neste momento, estão a fazê-lo e ainda bem que o fazem.

Resta dizer-vos que contarão, evidentemente, com o voto favorável do Partido Popular Monárquico. Só não contaram antes com o voto favorável do Partido Popular Monárquico porque não apresentaram antes esta medida. Senão, já a teríamos votado anteriormente, se os senhores tivessem apresentado esta medida. Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): E por que foi que o senhor não apresentou?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Ambiente e do Mar, eu percebo que queira desviar as atenções e, até, que se sinta incomodado com as minhas palavras iniciais...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Não quero desviar nada, antes pelo contrário.

A Oradora: ...até pela sua vertente académica, em que, ao longo de todos estes anos, deve ter-se fartado de ouvir os seus colegas alertarem-no para este problema, pedindo-lhe medidas concretas. Até percebo que se sinta incomodado por esse facto. Agora, não queira atirar para cima do Grupo Parlamentar do PSD uma função que é do Governo Regional.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não queira desviar as atenções.

O que aconteceu foi que o Governo Regional, até este momento, não teve a capacidade, ou não quis fazer o que lhe cabia.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

A Oradora: Porque este problema já está identificado há muito tempo, porque os caminhos foram apontados pelo PSD, pelos investigadores, até pelo próprio grupo

de missão, desde a primeira hora e só agora, passados seis anos, é que aparece a letra de lei.

Deputado Rui Ramos (PSD): Estiveram a “marinar”.

A Oradora: Enquanto o PSD fez propostas, enquanto o PSD apresentou caminhos, da vossa bancada e da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apenas vieram críticas. Que as nossas medidas eram extemporâneas, que já estavam a pensar nelas, que não tinham qualquer sentido: desmereceram-nas até ao último grau.

Posso relembrar-lhe algumas das afirmações que foram sendo feitas nesta casa para classificar e para desmerecer tudo o que nós dissemos durante estes seis anos. Posso lembrar, por exemplo, que o então Secretário da Presidência dizia em 2005: “As propostas do PSD estão ultrapassadas”...

Deputado Mark Marques (PSD): As propostas: já havia propostas!

A Oradora: ...afirmando também que uma entidade coordenadora era mais uma pedra na engrenagem.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E é alguma mentira, o que eu disse?

A Oradora: Eu espero, Sr. Secretário do Ambiente, que não seja, neste momento, considerada uma pedra na engrenagem.

(Risos da bancada do PSD)

Porque, que eu saiba, este diploma prevê a coordenação, pela sua Secretaria, de todo este processo técnico.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Estamos a falar de coisas diferentes.

A Oradora: Mas podemos avançar para outro tipo de afirmações que foram sendo feitas, também sempre na tentativa de justificar o chumbo das nossas propostas e o desmerecimento dos caminhos que apontávamos. Por exemplo, o Sr. Secretário da Agricultura, em 2006, dizia que não havia possibilidade de controlar o desembarque nos portos dos Açores.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): E não há.

A Oradora: Que o nosso estatuto fitossanitário era definido comunitariamente e que as térmitas não constavam. Portanto, que as limitações legais e naturais eram efectivas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): E é mentira? Isso não é mentira, está certo.

A Oradora: Eu espero que o que está agora previsto no n.º 2 do artigo 9.º deste diploma, sobre o desembarque nos portos dos Açores, seja levado avante. Afinal, isso já foi ultrapassado, espero eu, porque o que está previsto é a efectiva fiscalização nos portos, como nós dissemos que era necessário fazer.

Podia continuar com uma série de afirmações que foram sendo feitas. Inclusivamente, em 2004, o actual Vice-Presidente do Governo dizia que iria propor ao Parlamento açoriano a constituição de uma sociedade de capitais públicos para auxiliar no caso da praga das térmitas. Ainda bem que não o fez, congratulamo-nos por esse facto, por não ter surgido aí com proposta tão pouco interessante.

Apenas para lhe dizer, Sr. Secretário, que o PSD ao longo de todo este tempo tem a consciência tranquila, porque alertou muitas vezes para este assunto e apontou caminhos, fez propostas que foram sempre chumbadas. Por isso, não venha pôr na nossa bancada a responsabilidade...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: ...por só agora aparecer este diploma nesta casa, com esta visão e esta estratégia, que se exigiam há muito mais tempo.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado José San-Bento, gostava de lhe dizer que, se há alguém que não reconhece o papel de alguma bancada nesta casa, é a vossa bancada, efectivamente.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é um exercício de vitimização.

A Oradora: Sr. Deputado, todos os partidos aqui presentes, na sua primeira intervenção, chamaram a atenção para a mais-valia deste diploma e o senhor não

teve a coragem de assumir o papel que o PSD teve, ao longo destes seis anos, relativamente a esta matéria.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, registo, Sr. Deputado, que a perda de tempo que verificámos se chama, agora, prioridade, oportunidade e maturação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Secretária, desculpe-me a impertinência, mas a senhora sabe que tentaram até à última não tomar as medidas que aqui estão. “Empurraram para a frente, com a barriga”, toda esta estratégia que está aqui definida. Por isso, apenas lhe digo: o PSD, ao longo destes anos, teve um papel responsável relativamente a esta matéria e continua a tê-lo na análise deste diploma, sabe-o bem. Desde a primeira hora que avançámos estes caminhos: desde a primeira hora!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Está a dramatizar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores desvalorizaram.

A Oradora: Não estou a dramatizar, estou apenas a dizer a verdade do que aconteceu e de que qualquer pessoa se apercebe, se ler os diários das sessões dos últimos seis anos.

O PSD, quanto a esta matéria, foi o primeiro e sente-se bem por isso, por ter tido uma atitude responsável e, no fim, congratulamo-nos, mais uma vez, por terem acertado o passo.

Obrigada.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sei que é uma frase feita, mas não me ocorre neste momento outra para dizer isto: “o caminho faz-se caminhando”.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Nem a Lili Caneças diria melhor.

O Orador: A sociedade é dinâmica, os problemas vão-se alterando e a boa governança obriga a que, em função das circunstâncias e das realidades concretas, se vá reformando e adequando a legislação aos problemas que se pretende resolver.

Deputado Rui Ramos (PSD): A marcha à ré também é necessária, é um passo!

O Orador: É isto que, neste momento, está a ser feito nesta casa.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos neste momento a exercer a função mais nobre deste Parlamento, uma função que nos é exclusiva, que é legislar para, através da lei que produzimos, encontrar as adequadas soluções para os problemas que afligem a nossa sociedade, neste caso a praga das térmitas. Parece que estamos todos de acordo com esta iniciativa e com os termos desta iniciativa, em termos gerais. Portanto, se me permitem, deixem-me recentrar o debate, não nas pretensas paternidades ou maternidades das ideias, mas naquilo que, em concreto, se pretende encontrar e se propõe para resolver problemas concretos.

Não preciso de reforçá-lo, este regime jurídico que agora é proposto é um bom regime. Já o dissemos todos aqui, di-lo também a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Diz ela, e vou citar o seu parecer na parte que é relevante, que “este regime jurídico é um salto qualitativo significativo em relação ao regime jurídico actualmente em vigor”; que “as medidas preconizadas mostram uma maturidade significativa na abordagem desta temática”; e que “o diploma em causa...”, este diploma que estamos a apreciar, “...está apto a produzir mais resultados do que o mero regime de apoios que, neste momento, vigora”.

Quero deixar aqui o meu voto, a minha esperança, o desejo e a convicção também de que neste combate às térmitas se vão envolver e se vão empenhar, ombro a ombro e em perfeita sintonia e cooperação, a administração regional autónoma e a administração local dos Açores. Penso que só “todos juntos e a remar para o mesmo lado”, digamos assim, é que se poderá, se não erradicar, pelo menos minimizar e conter a propagação desta praga.

Já aqui foi referido que estamos todos de acordo. Também já foi referido que existiu e continua a existir um esforço verdadeiro e sincero de encontrar as melhores soluções em sede de especialidade – e quando lá chegarmos iremos, certamente, debruçarmo-nos nisso com mais detalhe –, mas houve, realmente,

porque a questão é pertinente, é importante e nos une a todos, também um largo consenso em termos de, em sede de especialidade, no articulado, encontrar as melhores soluções. Obviamente que o debate é muito interessante, o debate quer-se vivo...

Deputado João Costa (PSD): Estava a ser!

O Orador: ...e quer-se participado, mas sinceramente eu julgo que, numa matéria tão importante como esta para os açorianos, para a nossa terra, nós devemos fazer um esforço por continuar a sublinhar e a realçar aquilo que nos une e, não, as pequenas coisas que nos dividem.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma boa parte daquilo que eu iria dizer o Sr. Deputado Herberto Rosa já o disse. A única coisa, nessa matéria, que eu queria dizer era que, quando tantos se apresentam a reclamar a paternidade dum diploma, é sinal de que é um bom diploma. Portanto, fico satisfeito por ver que todos os grupos parlamentares acabaram por contribuir, e creio que de forma muito positiva, para o diploma que temos aqui em análise.

Até porque este diploma, digamos, não nasce virgem numa zona que nunca foi tocada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Graças a Deus!

O Orador: Não, este diploma tem a sua origem. É preciso não esquecer a história desta questão das térmitas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Isso só aconteceu uma vez na história e já foi há muito tempo.

Esta questão nasce em 2004, com uma resolução que o Governo Regional fez, resolução essa que deu origem a um grupo de trabalho e que, de alguma maneira, lançou este processo. Em 2005 foi apresentada a primeira proposta a esta câmara, foi aprovada a primeira proposta de decreto legislativo regional, que não versava o controlo das térmitas. É preciso não esquecer que nós estamos a falar agora dum diploma com um âmbito substantivamente diferente do anterior. O anterior versava exclusivamente os apoios na área da reconstrução e da desinfestação. Esse diploma de 2005 foi substancialmente melhorado e aí entra uma contribuição, que também temos de reconhecer, do PP, em 2008. Agora, passados dois anos e meio, estamos nós a reformular este diploma.

Mas não é apenas uma mera reformulação, nós estamos a introduzir neste diploma um contexto completamente diferente. Já não é apenas um diploma que visa conceder apoios. É um diploma que também visa conceder apoios, mas cuja parte mais substantiva tem a ver com o controlo da infestação, com a regulação das matérias de circulação das madeiras, com a dispersão da térmita e com as questões de natureza mais ambiental que rodeiam toda esta problemática.

Portanto, o âmbito do diploma que agora está em discussão é um âmbito bastante mais alargado do que aquele dispositivo legislativo que está neste momento ainda em vigor. Isso faz com este diploma seja, de facto, o resultado duma evolução, que aconteceu ao longo destes anos, em que foram incorporados elementos vindos de todos os diplomas anteriores, que acabei de referir, elementos que vieram inclusivamente de progressos no conhecimento das térmitas.

Inclusivamente, eu gostaria de lembrar – aliás, nessa matéria fazer justiça também ao Bloco de Esquerda – que, entre a aprovação em Conselho de Governo do diploma que está aqui em discussão e hoje, já foi possível identificar, no território da região, uma outra espécie de térmita que está neste momento já naturalizada e que, e muito bem, o Bloco de Esquerda propõe que seja incluída neste diploma. Portanto, há aqui uma evolução do conhecimento e uma evolução, também, no conhecimento dos meios.

É preciso não esquecer que, ao longo dos últimos dois anos, o Governo Regional estabeleceu contactos com diversas empresas que fornecem diferentes tecnologias

de tratamento. Houve um conjunto alargado de estudos. Houve, inclusivamente, até a organização de um seminário específico sobre esta matéria, em que foram comparados os prós e os contras de diversas tecnologias de desinfestação, matéria essa que foi incorporada neste diploma. Os resultados desse seminário serviram para nós aqui podermos prescrever quais as tecnologias aplicáveis e qual a forma do seu controlo. Portanto há aqui, de facto, uma evolução, que tem pelo menos seis anos, entre 2004 e 2010, evolução essa que se traduz num diploma substancialmente melhorado e substancialmente mais enquadrado do ponto de vista científico e do ponto de vista tecnológico.

Por outro lado também, e para terminar esta minha segunda intervenção, eu gostaria de dizer, ainda no âmbito desta discussão na generalidade do diploma, que há aqui um conjunto importante de inovações.

Para começar, há o aproveitar de uma solução que surgiu entretanto, que teve a ver com as questões da certificação energética. Foi possível estudar uma solução, criar uma plataforma, que agora está aqui a ser utilizada nas questões de certificação. Nós estamos aqui a introduzi-las. Também saúdo a proposta que foi apresentada pelo PSD nesta matéria, em termos da entrada em vigor do sistema. De facto, é melhor assim, é mais seguro criar um hiato entre a entrada em vigor do diploma e a obrigatoriedade, para permitir que o sistema seja potenciado. Apesar de, conforme aqui já referi, ser um sistema que já existe e que apenas terá de sofrer as adaptações necessárias para se utilizar para este outro fim.

Matéria mais difícil é aquela que também já foi aqui trazida pela Sra. Deputada Zuraida Soares, que tem a ver com a questão da certificação e da formação dos técnicos. De facto, a Universidade dos Açores já reuniu um manancial importante de conhecimento sobre estas espécies, sobre a sua biologia e sobre a forma de dispersão, que agora tem de ser transmitido. Tem de ser potenciado a técnicos que têm de ser devidamente certificados para, depois, exercerem as funções que estão aqui previstas, no âmbito do sistema de certificação. É uma inovação importante que este diploma traz e é uma inovação que eu reputo da maior importância para os proprietários dos imóveis, porque lhes dá a garantia de não comprarem depois “gato por lebre”.

Todo este sistema funcionará no âmbito duma certificação, que cobre os técnicos que intervêm, cobre as empresas e cobre as metodologias, já que estes três aspectos são objecto de certificação. Os técnicos que vão operar, as questões de certificação dos imóveis, se têm ou não, se estão ou não infestados, o tipo de tecnologia a utilizar e a certificação dos seus resultados posteriores.

Portanto, trata-se de inovações importantes e que dão uma solidez e uma abrangência muito maiores a este diploma em relação aos anteriores, mas que resulta, naturalmente, da evolução que aconteceu ao longo destes anos, em face da experiência adquirida com o diploma que foi inicialmente publicado em 2004.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão, para esclarecimentos.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou eternizar esta discussão, como é óbvio. No entanto, o Sr. Secretário disse algo que eu tive de registar e que não posso deixar passar em branco.

Disse o Sr. Secretário que o anterior diploma versava apenas sobre os apoios financeiros, e muito bem. Nós, na altura, alertámos para isso e o que nos foi respondido foi que isso não era verdade, que versava sobre um outro conjunto de matérias e sobre um outro conjunto de preocupações que tinham em mente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Que lhe estão subjacentes.

A Oradora: Apenas para registar que, já na altura, nós tentámos e propusemos alterar o nome do próprio diploma, que continha o combate e não era, efectivamente, o combate às térmitas. Era, sim, apoios financeiros para as habitações afectadas por térmitas e, por isso mesmo...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Para o combate às térmitas!

A Oradora: Não, Sr. Secretário, leia como estava o diploma.

Apenas neste momento a boca lhe fugiu para a verdade e eu não podia deixar passar isto em branco e deixar aqui registado que tínhamos razão! Tínhamos razão

e ainda bem que agora estamos todos de acordo. Nós só nos congratulamos com isso.

Obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Não tenho mais intervenções. Assim sendo, vamos passar à votação, na generalidade, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no debate na especialidade. Há um conjunto de alterações, apresentadas por diversos partidos. Há, também, um conjunto de alterações que vêm da Comissão de Política Geral, que são subscritas por um conjunto de deputados.

A primeira alteração que temos no diploma, e exactamente para introduzir, como é no articulado, uma subespécie de térmita, digamos assim, é ao primeiro parágrafo do preâmbulo, apresentada pelo BE. Vou colocá-la à votação.

Diga, Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, eu pensei que íamos abrir o debate na especialidade.

É possível pronunciarmo-nos? Não sei se o proponente pretende justificar a iniciativa. Nós também queríamos tecer algumas considerações sobre a matéria. Isto é de especialidade.

Presidente: É possível ao proponente justificar a iniciativa, com certeza que sim.

O Orador: É que eu não me apercebi que tivesse sido aberta a inscrição para debate, só isso, Sr. Presidente. Talvez tenha sido lapso meu, com certeza.

Presidente: Foi aberta e estava falando na primeira alteração que temos aqui, que é a alteração apresentada pelo BE ao primeiro parágrafo do preâmbulo.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Muito brevemente, para dizer o seguinte:

A primeira dúvida é se eventualmente o preâmbulo vai ser votado. Penso que sim, parte-se do princípio que sim.

Relativamente a esta proposta de alteração do preâmbulo, eu diria com algum humor que, afinal de contas, isto é como os mosqueteiros: os três eram quatro e acabamos por ter mais a espécie de térmita subterrânea. O Sr. Secretário já deu a sua anuência, mas o Grupo Parlamentar é que vota nesta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, era para dar conta de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acolhe e vai dar o seu voto favorável a esta proposta, sem prejuízo de, se assim for entendido pela câmara, e se o proponente não se opuser, nós entendermos que – e para não termos de reformular a proposta – seria mais correcto dizer-se que a térmita subterrânea é originária da costa atlântica da América do Norte, e não propriamente dos Estados Unidos da América.

Também entendemos que ficaria melhor dizer “com reconhecido potencial infestante”, e não “elevado nível”, uma vez que, nesta questão do elevado nível, não se sabe exactamente o que é o nível infestante. Parece-nos que ficaria melhor – e concludo – dizer-se que a térmita subterrânea é originária da costa atlântica da América do Norte, porque pode abranger o Canadá, não sabemos, e com reconhecido potencial infestante. É isto o que deixava à consideração, porque, tratando-se do preâmbulo e se for assim entendido, nós poderemos corrigir em devida altura.

Presidente: Se o proponente concordar e se a comissão de redacção estiver, também, de acordo, por mim não há qualquer impedimento.

Vamos, então, votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos, advinda da Comissão de Política Geral, uma proposta de alteração para o artigo 2.º. Vou colocá-la à votação.

O Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu atrevia-me a pedir autorização à Mesa para, aproveitando esta circunstância, apresentar todas as propostas de alteração que estão aprovadas pela comissão.

Antes disso queria, usando a palavra nesta circunstância, agradecer penhoradamente as amáveis palavras que o Sr. Deputado José San-Bento teve ocasião de me dirigir neste debate. Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Foram sinceras e justas.

O Orador: As propostas que foram aprovadas na comissão contribuem claramente para melhorar o alcance deste diploma, que é um diploma consensual e ainda bem que é consensual. O trabalho que foi feito na comissão e que originou este conjunto de propostas é também o reflexo da capacidade que os partidos – e neste caso os partidos da oposição – têm de se entender com o partido da maioria quando, de facto, a proposta da maioria vale a pena e tem um alcance meritório.

Neste sentido, as propostas na especialidade são as seguintes:

No artigo 2.º faz-se uma alteração à qualificação do beneficiário, alargando o conceito aos usufrutuários dos imóveis afectados pela acção das térmitas, colocando a definição deste artigo de acordo com soluções normativas que se encontram ao longo de todo o articulado.

Para o artigo 22.º – e esta é uma alteração que me atrevo a qualificar de importante – fixa-se que o certificado relativo à inspecção de infestação por térmitas apenas é exigível para a transmissão ou arrendamento nas áreas declaradas infestadas por térmitas. A solução original quanto a este aspecto era diferente e obrigava a que todas as transmissões ou arrendamentos de imóveis na Região Autónoma dos Açores tivessem de estar sujeitos à exibição deste documento. Entendeu-se que tal não se justificaria e que apenas nas áreas declaradas como tal, infestadas por térmitas, deveria ser exigida a exibição deste documento.

Igualmente, a mesma solução normativa é adoptada para a relação dos particulares com os municípios, sendo apenas obrigatório, ou passará a ser obrigatório, nos termos do n.º 2 deste artigo 22.º, a exibição junto dos serviços autárquicos competentes para o licenciamento de obras o referido certificado nas áreas declaradas como áreas infestadas ou potencialmente infestadas.

A alteração proposta ao artigo 31.º tem apenas a ver com uma correcção técnica, uma referência legislativa que estava omissa no seu corpo normativo.

A alteração apresentada para o artigo 33.º visa clarificar o regime de candidatura, explicitando duma maneira mais perceptível a solução normativa que estava já adoptada.

A alteração para o artigo 52.º visa também efectuar uma correcção técnica. Onde se lia “portaria” deverá ler-se, correctamente, “Despacho n.º 1225/2005”.

Finalmente, a alteração que é proposta na comissão para o artigo 52.º-A – aliás, é um aditamento de um novo artigo, o 52.º-A – é uma norma transitória que prevê, justamente, a entrada em vigor da obrigatoriedade da exibição do certificado de inspecção a infestação por térmitas apenas a partir de 1 de Janeiro de 2011. Cria-se aqui uma *vacatio legis*, digamos assim, para a entrada em vigor desta norma, de forma a permitir, como aliás foi dito e muito bem pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, todo um processo de credenciação e de certificação dos técnicos que vão realizar estes processos de certificação, de forma a termos tempo para que possam não só ser certificados, credenciados, mas também realizar as próprias inspecções que dão origem à emissão dos certificados que serão necessários para a transmissão ou arrendamento dos imóveis.

Caso assim não fosse, teríamos um problema evidente, que era: o diploma entraria em vigor, com a obrigação da exibição dos certificados relativos à inspecção de infestação por térmitas, mas não haveria ainda quem, no mercado, os pudesse emitir, o que criaria aqui uma dificuldade evidente para os particulares, que se veriam impossibilitados de vender ou de, por qualquer forma, transmitir ou arrendar os seus imóveis, porque não estariam na posse dos certificados, já que não haveria técnicos credenciados para o efeito.

Este é o sentido geral, Sr. Presidente, das soluções que estão aqui apresentadas e aprovadas pela comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos, então, votar a proposta de alteração, advinda da comissão, para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 3.º ao artigo 21.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco. Não havendo, vamos votar os artigos 3.º a 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação a proposta de alteração da comissão para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 23.º há uma proposta de alteração do PSD. Vou colocá-la à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: Prevê o Governo Regional, na sua iniciativa, que os particulares paguem uma taxa, de valor não identificado mas a fixar por portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competência em matéria de finanças e de ambiente, para registo dos certificados emitidos no âmbito deste diploma. Isto é, os certificados relativos às inspeções que são realizadas para determinar se um bem imóvel ou se um bem móvel, porque este regime também abrange os bens móveis... Na posse desse certificado, os particulares deveriam pagar uma taxa junto da administração regional para fazerem o seu registo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta uma proposta no sentido de fazer com que o registo desses certificados seja gratuito, pois nós entendemos que já estamos aqui a exigir aos particulares um esforço financeiro às famílias e às empresas, um esforço financeiro que resulta da obrigatoriedade da certificação nas áreas declaradas como áreas infestadas. As pessoas pagarão aos técnicos devidamente credenciados para que vão às suas casas, aos seus espaços comerciais, verifiquem se há ou não térmitas e emitam o certificado. As pessoas pagarão aos técnicos que verifiquem se determinados bens móveis estão ou não infestados por térmitas e emitam o respectivo certificado. Este pagamento, este custo, será o custo que o mercado determinar, como hoje acontece para a certificação energética, em que há preços variáveis para a emissão dos respectivos certificados.

O Grupo Parlamentar do PSD entende que este é já um sacrifício e é o contributo já exigível aos particulares, no domínio do combate às térmitas, e que a administração regional pode muito bem registar gratuitamente estes certificados, porque isto apenas tratar-se-á de um registo de natureza meramente simplista, direi, quase informático, que não exige grande esforço, nem grande desempenho, por parte da administração. Não vale a pena estarmos aqui a onerar os particulares com mais um sobrecusto, com mais um pagamento que é, de facto, desnecessário. Entendemos que o registo é adequado para que se possa confirmar que um certificado foi emitido e que determinado imóvel, ou determinado bem, está de

facto vistoriado e tem uma certificação adequada a este processo de combate, no qual todos estamos empenhados.

O que não é justo é onerar um pouco mais os particulares, com mais um valor, com mais uma taxa, cujo montante até se desconhece no âmbito deste documento. Pode ser dez, pode ser vinte, pode ser trinta, pode ser cinquenta euros. Não interessa o montante, interessa é que é mais um custo que este diploma faz reflectir nos particulares.

Neste sentido, o Partido Social Democrata apresenta a proposta para que este registo de certificados seja de modo gratuito e tenha um carácter gratuito e universal.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A busca de consenso é genuína, mas a unanimidade às vezes não é possível. De facto, neste caso em concreto, o PS não está de acordo com a proposta de alteração do PSD.

O Sr. Deputado Pedro Gomes referiu que será um registo simplificado. Pois, certamente, também terá um custo reduzido. Referiu-se também ao registo da eficiência energética, à certificação da eficiência energética. O registo dos certificados de eficiência energética é pago. Custa penso que cinco euros, mas tem um custo, que é o custo, eventualmente, que resulta do procedimento administrativo.

Portanto, nós entendemos que a excepção, aqui, a alteração à regra seria, neste caso, aprovar a iniciativa do PSD, porque ia criar um regime diferente e um regime discricionário para estes certificados, relativamente a outros certificados que já existem e cujo registo é pago, é suportado pelos interessados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que já existe, o Sr. Deputado Herberto Rosa já aqui trouxe a questão, um regime que é pago.

Aquilo para que eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados é o disposto no artigo 16.º e seguintes, que impõem um conjunto de obrigações sobre a administração, que tem um custo significativo. Ou seja, a administração obriga-se a fazer a verificação *in loco* de uma percentagem, ou um controlo de qualidade de uma percentagem dos certificados, como, aliás, já faz em relação à energia. Ou seja, é retirada aleatoriamente uma amostra de certificados, em que um outro perito – esse, sim, pago pela administração regional – verifica se, de facto, a peritagem que foi feita corresponde, ou não, à realidade.

Reparem que nós estamos a confiar a um conjunto de peritos – obviamente, devidamente certificados e esperamos que idóneos – uma responsabilidade que é exercida em nome de nós todos, em nome, digamos que substituindo a própria administração, para certificar perante terceiros valores que podem ser muito consideráveis. O valor dum casa, quando alguém compra uma casa, é muito diferente se essa casa estiver sem infestação ou se estiver com infestação. Portanto, nós estamos a falar da emissão dum certificado, que é barato, mas que tem para o seu utilizador um valor muito elevado.

É para garantir que, de facto, este sistema funciona de forma honesta e transparente que a administração se obriga a fazer a re-amostragem por peritos contratados ou peritos que sejam funcionários da própria região, a fazer a verificação dum percentagem fixa dos certificados emitidos. Isso tem um custo, que é muito significativo e é por causa disso que é necessária a cobrança de uma taxa de registo dos certificados. É com o registo do certificado que, quando nós o fazemos, estamos a garantir que esse certificado vai entrar numa amostra que será devidamente controlada pela administração, para se garantir a veracidade das declarações feitas e se garantir, de facto, a verdade nos certificados emitidos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, podemos votar a proposta de alteração ao artigo 23.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração proposta foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os artigos 24.º a 28.º não têm qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 29.º há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 29.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 30.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao artigo 31.º, advinda da comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 31.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 32.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, advinda da comissão, para o artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 33.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 34.º e 35.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 36.º há duas propostas de alteração, uma do Partido Socialista, para o seu n.º 3, que passo a colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E há uma proposta de alteração, do PSD, para o n.º 2 do mesmo artigo.

O Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta para o artigo 36.º tem uma justificação prática e plausível, que é a seguinte:

A manter-se a solução que vinha da proposta original para este artigo 36.º, chegaríamos à seguinte solução, que é injusta e, certamente, não pretendida pelo Governo Regional com a solução que apresentou: que uma mesma família, com o mesmo número, com o mesmo valor de rendimento mensal, mas tendo mais filhos, seria penalizada no apoio que receberia, o que é uma solução socialmente injusta, não desejável por ninguém e certamente que não estaria nas intenções do Governo Regional que assim fosse.

A proposta que o Partido Social Democrata apresenta é uma proposta de correcção que visa eliminar esta distorção, que penalizava as famílias mais numerosas mas com o mesmo rendimento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma proposta do CDS.

O Orador: Por acaso não é uma proposta do CDS, por acaso é uma proposta do PSD, mas ainda bem que o CDS concorda com ela, fico muito satisfeito.

(Risos da câmara)

Neste sentido, esta proposta visa tornar a solução de apoio mais justa, de modo a que as famílias com mais filhos e com o mesmo rendimento não tenham, afinal, um apoio menor do que aquelas que têm menos filhos. É uma proposta clara, precisa e tem um objectivo social absolutamente definido e assumido pelo Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar a nota de que o Partido Socialista, obviamente, reconhece que a fórmula, ao ser transcrita para letra de lei, esqueceu um dos factores, que era o factor do número de elementos do agregado familiar. O PSD detectou essa anomalia, fez as contas – obviamente, a isso se chama trabalho parlamentar –, humildemente o Governo reconheceu o lapso, nós “damos a mão à palmatória” e parece que estamos todos unidos e felizes por, obviamente, não prejudicarmos ninguém com esta medida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, vamos votar favoravelmente a proposta de alteração do PSD.

(Aplausos da bancada do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Só para uma ligeira correcção, ligeiríssima, mesmo.

É, efectivamente, uma proposta do PSD, que é igual à fórmula do CDS/PP do anterior diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Estamos então agora em condições de votar a proposta do PSD ao n.º 2 do artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 36.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 37.º ao artigo 41.º não há qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 42.º há uma proposta de alteração, do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Para dar conta da razão de ser desta iniciativa, que tem a ver fundamentalmente com, digamos, o melhor esclarecimento e a contemplação em termos de possibilidades de alienação dos imóveis através deste regime, não só pelos beneficiários, mas também pelos proprietários dos imóveis objectos de apoio, quando a candidatura tiver sido apresentada por alguém que, tendo direito a recorrer ao apoio, não seja, efectivamente, o proprietário.

Havia esta omissão nos artigos 42.º e 44.º e é introduzido um regime especial de acesso, em que o diploma também era omissivo, ou seja, para alargar a abrangência o aditamento ao artigo 51.º-A. E eu, assim, concluo, se o Sr. Presidente me permite, a explanação na especialidade das nossas propostas, que é a possibilidade de, excepcionalmente e pelo prazo de dois anos aqueles que, não sendo titulares do direito de propriedade, mas que residam num determinado imóvel há pelo menos cinco anos, também se poderem candidatar aos apoios previstos neste diploma.

Era só.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração ao artigo 42.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 42.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 43.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Como já foi dito há pouco, para o artigo 44.º há também uma proposta de alteração do Partido Socialista. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 44.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 45.º ao 51.º não há qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Há, do PS também, uma proposta de aditamento ao artigo 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 52.º há uma proposta de alteração, advinda da Comissão de Política Geral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 52.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Há, seguidamente, duas propostas de aditamento de um artigo 52.º, uma da comissão e outra do PSD. Como a do PSD é mais abrangente, vou colocá-la à votação em primeiro lugar, já que, se for aprovada, prejudica a proposta da comissão.

Portanto, está à votação a proposta de aditamento de um artigo 52.º-A, do Partido Social Democrata.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 53.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ao anexo, há duas propostas de alteração. Uma, apresentada pelo BE, à Tabela 2, para a Classe 1.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, era apenas para uma interpelação e para clarificar aqui o sentido de votação que vamos realizar.

Há duas propostas de alteração para esta mesma tabela, uma do Bloco de Esquerda para a Classe 1 e outra do PSD para a Classe 5, porque o PSD substituiu a sua proposta anterior. Era esta chamada de atenção que gostava de fazer. Portanto, estamos com duas propostas de alteração, uma à Classe 1, do Bloco de Esquerda e uma à Classe 5, do Partido Social Democrata.

Presidente: Portanto, não se prejudicam.

O Orador: Não se prejudicam, era isso que queria dizer.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não quero atrapalhar os trabalhos, mas não posso deixar de deixar a nota de qual é a posição do Partido Socialista relativamente a estas propostas. A posição, sucintamente, é a seguinte:

Relativamente à Classe 5, o Partido Socialista percebe a intenção de compaginar o montante da bonificação, a percentagem da bonificação aqui prevista, com aquilo que está vertido na alínea b) do n.º 3 do artigo 33.º para a bonificação das pequenas e médias empresas. É uma questão de harmonização, que recebe a aprovação do Partido Socialista.

Já o mesmo não sucede relativamente à proposta do Bloco de Esquerda para a Classe 1, porque o Partido Socialista também entende que, ao aprovarmos a alteração ao artigo 26.º, aumentámos substancialmente os *plafonds*. Ou seja, permitimos que, na generalidade, os possíveis candidatos pudessem subir – ou, neste caso, descer – de classe e, já por aí, são beneficiados significativamente. Afinal, quem estaria na Classe 3 poderá passar para a Classe 2 e quem estaria na Classe 2 poderá passar para a Classe 1.

Em síntese, de qualquer maneira, a questão nuclear da nossa posição é que nós entendemos que nesta matéria, mesmo que simbólico, mesmo que residual, deve haver um esforço, deve haver uma taxa de esforço atribuída aos proprietários, àqueles que, obviamente, vão também retirar mais-valias, naquilo que é a sua propriedade, em função dos apoios que vão receber da região. Portanto, os cidadãos também devem participar no esforço que é feito pela comunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Vou então colocar à votação a proposta do Bloco de Esquerda que altera a Tabela 2, para a Classe 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração para a Tabela 2 do Anexo, para a Classe 5, apresentada pelo Partido Social Democrata.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma interpelação, para ficar registado no Diário das Sessões que as propostas do Bloco de Esquerda que estávamos votando são as segundas propostas, porque o Bloco de Esquerda apresentou propostas de alteração num primeiro momento e, depois, substituiu-as num segundo momento. Portanto, nós estamos a votar as que deram entrada em segundo lugar.

Presidente: Sim, senhor.

Vamos votar agora o Anexo, com as alterações que acabam de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Anexo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,

Projecto de Resolução n.º 5/2010 – “Criação de um serviço de ambiente sedado na Ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentar o diploma, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução que trago a este Parlamento tem uma natureza muito simples. Trata-se, tão-somente, de recomendar a este Governo Regional que crie serviços de ambiente autónomos para cada uma das ilhas do Grupo Ocidental.

Actualmente os serviços de ambiente de ilha estão previstos para todas as ilhas, com excepção das ilhas das Flores e do Corvo, que possuem um serviço comum, embora sedado na ilha das Flores. Esta é a prática geral, no que diz respeito aos serviços periféricos da Região, no âmbito da orgânica promovida pelos Governos socialistas.

Na prática, a ilha do Corvo sai bastante penalizada desta associação, uma vez que a sede dos serviços de ilha das Flores e do Corvo se encontra invariavelmente localizada na Ilha das Flores, assim como o essencial do seu quadro de pessoal. O mesmo sucede em relação à utilização da quase totalidade da dotação orçamental destes diversos serviços.

Escusado será dizer que a manutenção deste tipo de situações prejudica gravemente a Ilha do Corvo, uma vez que a coloca na dependência administrativa e logística da vizinha Ilha das Flores, perpetuando assim laços de dependência que a Autonomia já ultrapassou na restante geografia insular da Região.

Do programa eleitoral do Partido Popular Monárquico faz parte, desde o ano 2000, o propósito de dismantelar esta lógica de tutela administrativa em relação à ilha vizinha, em todas as situações em que ela actualmente se verifica. Nesse sentido, contamos apresentar outras Propostas de Resolução que, área a área e sempre de forma justificada, conquistem a emancipação para Ilha do Corvo e lhe permitam uma gestão local dos recursos decorrentes da localização da administração periférica, tal como sucede em todas as outras ilhas da Região.

O Governo Regional desenvolveu na Ilha do Corvo – copiando as propostas originalmente apresentadas pelo Partido Popular Monárquico...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Paciência!

O Orador: É verdade e sabe que é verdade.

...– uma estratégia de valorização ambiental e de promoção de uma ideia de desenvolvimento sustentável que, pelo menos na sua concepção teórica, recebeu o apoio da generalidade dos agentes locais e das forças políticas de maior relevância local. Outra coisa tem sido a aplicação concreta das medidas anunciadas, cuja velocidade se assemelha à velha redundância: devagar, devagarinho e parado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa destacar, nas presentes circunstâncias, a criação do Parque Natural da Ilha do Corvo e a obtenção da classificação da ilha como Reserva da Biosfera. Trata-se de um extraordinário legado ambiental que a população local tem sabido proteger ao longo do seu meio milénio de história.

O conjunto de restrições à ocupação e uso do território, livremente aceites pela população local, pressupõe que na Ilha do Corvo o desenvolvimento sustentável é o único modelo de desenvolvimento económico viável, legal e civilizacionalmente aceitável. Nesse contexto, o êxito, a curto e a médio prazo, do desenvolvimento económico da ilha, estruturado nessa matriz ambientalista, é vital para a perenidade da aceitação social deste modelo de desenvolvimento.

Ora, como reconheceu muito recentemente o Director Regional do Ambiente, os resultados de todo este esforço normativo ainda não são inteiramente satisfatórios, nomeadamente no que diz respeito à exploração das imensas potencialidades das Reservas da Biosfera em áreas como o turismo, os produtos agro-pecuários específicos de qualidade certificada e outras áreas relacionadas com o património cultural das sociedades insulares envolventes.

Importa, por isso, criar mecanismos que permitam dar um novo ímpeto ao desenvolvimento de estratégias que potenciem e valorizem plenamente os instrumentos de gestão das áreas protegidas da ilha e da Reserva da Biosfera.

Os serviços de ambiente de ilha exercem “funções de carácter operativo no âmbito das competências das respectivas direcções regionais”. Ora a presença directa, na Ilha do Corvo, de um serviço com características operativas afigura-se como imprescindível dada a importância e complexidade das valências ambientais entretanto criadas na ilha e a importância nuclear desta área para o desejado desenvolvimento sustentável da ilha.

A tudo isto devemos acrescentar a criação do Centro de Interpretação Ambiental e Cultural da Ilha do Corvo e a recente nomeação do Conselho de Gestão do Parque Natural da Ilha do Corvo, iniciativas que dotaram a ilha de instalações e de pessoal dirigente devidamente qualificado.

Existe, assim, massa crítica instalada no sector ambiental, vocação estratégica e um sentido de urgência na obtenção de resultados mais substanciais.

Falta acrescentar autonomia no âmbito do processo de tomada de decisão ao nível de ilha, melhorar a capacidade operativa no terreno, potenciar a articulação – em torno do Serviço de Ilha – das várias valências ambientais entretanto criadas (Parque Natural, Reserva da Biosfera e outros programas governamentais) e promover as óbvias sinergias resultantes da gestão global desta área.

Tendo em conta o conjunto de argumentos apresentados, consideramos que faz todo o sentido e é de inteira justiça a aprovação do Projecto de Resolução que agora apresentamos para apreciação desta câmara parlamentar.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho neste momento inscritos a Sra. Deputada Bárbara Chaves, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(* Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar um Projecto de Resolução da Representação Parlamentar do PPM, que pretende recomendar ao Governo Regional dos Açores que proceda à alteração da orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, criando o Serviço de Ambiente da Ilha do Corvo, através da desintegração do Serviço de Ambiente das Flores e do Corvo, actualmente previsto na orgânica daquela Secretaria Regional, pretendendo o PPM que esta alteração se verifique até ao final do corrente ano.

Na Comissão Parlamentar de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho tivemos a oportunidade de ouvir o Sr. Secretário Regional do Ambiente, que nos informou que, apesar de não estar contemplado na orgânica da Secretaria a existência de um serviço específico do Corvo, na prática esse serviço já está a funcionar na ilha. Existe já um técnico superior que exerce as funções de director do parque de ilha, que também assegura a tramitação dos processos da Secretaria Regional do Ambiente naquela ilha. Este director está nomeado transitoriamente, até que o concurso público de recrutamento de um director esteja concluído, prevendo-se que a breve trecho esteja assim nomeado.

Existe igualmente no Corvo um vigilante da natureza, que exerce funções exclusivamente para a Ilha do Corvo e que constitui ainda uma competência específica dos serviços de ambiente.

Assim sendo, considera este Grupo Parlamentar que, relativamente à prestação dos serviços de ambiente na Ilha do Corvo, os interesses dos corvinos estão assegurados, não sendo por isso necessário, não se verificando a necessidade de se aprovar este projecto de resolução.

Considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que se deverá aguardar a apresentação da nova orgânica da Secretaria do Ambiente, que contemplará, segundo nos informou o Sr. Secretário Regional do Ambiente, a integração dos vários serviços da Secretaria do Ambiente, não só no Corvo, mas em todas as ilhas e à semelhança do que já acontece noutras ilhas, como o Faial, a Graciosa e Santa Maria. Esta medida vem rentabilizar os meios humanos e materiais disponíveis e o Grupo Parlamentar considera que é uma iniciativa bastante importante.

Acresce referir que a matéria em análise é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que é apresentada pelo PPM é uma proposta que, de facto, não tem objecto, porque aquilo que está a acontecer neste momento no Corvo e que já foi aqui apresentado pela Sra. Deputada Bárbara Chaves é a existência de um serviço que tem um director, um técnico superior que é o director do parque e que gere todo o serviço de ambiente, e um outro funcionário, que tem funções de administração, de gestão e de vigilância. É o mesmo modelo que está a ser seguido em todas as outras ilhas.

Eu gostaria de informar o Sr. Deputado que também, por exemplo, aqui na Ilha do Faial, em que existiam diversos serviços separados, eles já não funcionam assim. Há uma chefia única, por uma questão de coerência na gestão dos serviços e

também por uma questão de dar uma melhor utilização aos recursos humanos existentes.

A Secretaria do Ambiente e do Mar está neste momento num processo de criar em todas as ilhas um serviço único, que tem duas vertentes: a vertente de gestão do parque natural da respectiva ilha; e a outra vertente, a vertente do atendimento ao público e, digamos, da prestação de todos os serviços que a Secretaria oferece em todo o território da região. Ora, o que acontece no Corvo é rigorosamente igual àquilo que acontece em qualquer uma das outras ilhas, de Santa Maria ao Corvo, com uma vantagem: é que o Corvo tem o seu parque natural já devidamente instalado, coisa que não acontece na vizinha Ilha das Flores. Aliás, neste momento, o serviço das Flores é gerido pelo serviço do Corvo, por essa razão e pelo facto de a titular do serviço do Corvo se encontrar de licença de maternidade.

Portanto, nós estamos numa situação em que aquilo que o Sr. Deputado vem aqui propor é aquilo que o Governo Regional já fez e é aquilo que o Governo Regional há muito manifestou como uma intenção de fazer. Portanto, o Sr. Deputado está a propor ao Governo Regional que faça aquilo que fez, o que é muito bom.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção, apenas para contextualizar a posição do Grupo Parlamentar do CDS/PP em relação a este Projecto de Resolução.

Há, de facto, neste momento, um Serviço de Ambiente comum nas ilhas do Grupo Ocidental, que foi estabelecido por decreto regulamentar e esse serviço, esse estabelecimento por decreto regulamentar, surgiu num contexto completamente diferente do contexto que vivemos hoje em dia.

O Corvo tem sido objecto de várias iniciativas conducentes à sua valorização ambiental, património ambiental. São por todos reconhecidas a criação do Centro Ambiental e Cultural, o Conselho de Gestão do Parque Natural da Ilha, a obtenção do galardão de Reserva da Biosfera, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e tem neste momento, mais importante do que tudo, quadros superiores nesta área,

portanto, pessoal dirigente qualificado, o que é também um dos desígnios que o Governo Regional defende no seu programa de governo. Ora bem, todas estas realidades que elenquei são realidades de ilha. Sendo realidades de ilha, faz sentido, quanto a nós, que haja um serviço de ambiente de ilha. Então, por essa lógica, nós reconhecemos a bondade da resolução apresentada aqui pelo PPM.

Um Serviço Regional de Ilha tem duas vertentes que podem potenciar uma melhor situação do que a que se vive hoje em dia: uma rentabiliza os activos humanos credenciados que existem, neste momento, na Ilha do Corvo; por outro lado, terá uma acção mais operativa, mais eficaz e mais célere no terreno, quando a necessidade se verificar. Diz-nos o Sr. Secretário que na prática já é isso que acontece. No entanto, há um decreto regulamentar que tem escrito outra coisa. Portanto, desse ponto de vista faz todo o sentido que se altere essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A valorização ambiental da Ilha do Corvo é um caminho que importa prosseguir. A criação do Parque Natural da Ilha do Corvo, especialmente rico, e sobretudo a classificação do Corvo como Reserva da Biosfera recomendam um ajustamento orgânico para, por um lado, melhor potenciar e operacionalizar essas apostas e, por outro lado, promover uma melhor articulação local entre todas as valências existentes naquela ilha.

Neste contexto, a criação de um serviço de ambiente autónomo sediado no Corvo parece-nos ser um instrumento útil para essa potenciação e para efectivar essa necessária articulação local. Aliás, o facto de o Corvo ser hoje uma reserva da biosfera compromete-nos a desenvolver um trabalho cuidado na preservação de muitas espécies, algumas com populações reduzidas e outras em risco de extinção. Tal, em nossa opinião, exige e aconselha uma gestão de proximidade e um acompanhamento em bloco desse trabalho.

Ao contrário do que o Governo Regional diz, este serviço não está nem oficialmente criado, nem a funcionar de forma autónoma e efectiva. Se o Governo

o pretende criar, prova, antes de mais, que este projecto de resolução é justificável e até está em sintonia com os objectivos do Governo. Estamos todos, ao que parece, de acordo com a criação desse serviço sediado no Corvo. A origem da proposta não pode ser nunca a razão para a sua não aprovação.

Para o Partido Social Democrata, tendo em conta a valorização ambiental e a necessidade de promover um desenvolvimento sustentável do Corvo, justifica-se plenamente a criação de um serviço de ambiente autónomo, sediado na Ilha do Corvo, à semelhança, aliás, do que existe em outras ilhas.

Disse.

Deputados Carla Bretão e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta discussão demonstra que há duas formas de fazer política e duas espécies de políticos: há quem faça o debate com seriedade, ao serviço das populações, com lógica; e quem faça deste tipo de assuntos uma birra, uma birrinha e, portanto, não tenha nenhuma lógica na sua argumentação.

Eu apresentei aqui uma proposta séria. A proposta é que, de facto, o que existe hoje? Existe um decreto regulamentar que diz que existem serviços de ambiente em todas as ilhas e que os serviços de ambiente das Flores e do Corvo funcionam conjuntamente. Ora, de uma forma racional e lógica, o que o PPM disse foi que, tendo a componente ambiental sido valorizada na Ilha do Corvo – nomeadamente através da criação do parque natural e da reserva da biosfera – e fazendo todo o sentido que todos estes serviços, incluindo o serviço de ambiente, também possam funcionar de uma forma que aproveite as sinergias e que potencie a junção de todas estas tarefas e de todas estas competências – nomeadamente tendo em conta a sua projecção local –, faz todo o sentido e é completamente lógico que se crie este serviço. Além disso, acaba por se expandir aquela que é a lógica regional na área, em relação à criação dos serviços de ambiente de ilha. Eles, efectivamente, existem

em todas as ilhas menos na Ilha do Corvo, onde, ao longo de todos estes anos, não estiveram localizados.

Portanto, a substituição de que fala agora é uma substituição meramente temporária. Os serviços já funcionam, diz-me que na prática já funcionam numa forma separada. Bom, como governante, o que lhe podemos exigir e que lhe exijo como deputado é que não existam práticas que não estejam na lei, que não existam práticas que a lei não consagre, que não existam práticas que não são contextualizadas na legislação. É assim em todos os países civilizados, é assim em qualquer governo que preze a observância da legalidade.

Sr. Secretário, o que demonstra a sua má vontade em relação a este projecto é não ter apresentado um argumento sólido, um que fosse. O que apresentou foi uma má vontade, que tem a ver, se calhar, com o facto de eu já ter pedido a sua demissão em relação ao exercício das funções que desempenha.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Os seus pedidos de demissão são os meus seguros de vida.

O Orador: Sr. Secretário, oiça, que eu ouvi-o atentamente, também, sem o interromper.

Quero dizer-lhe que, quando a pedi, foi na defesa dos legítimos interesses da Ilha do Corvo. Foi para que terminasse aquele escândalo que era uma lixeira a céu aberto na Ilha do Corvo, que se manteve ao longo destes anos todos. E o Sr. Secretário sabe que em todas as reuniões que tivemos com o conselho de ilha, que o conselho de ilha, aliás, teve com o Governo Regional, lhe apresentei e apresentei aos anteriores responsáveis por esta pasta este problema, que este problema foi sendo adiado e que era escandaloso que uma reserva da biosfera tivesse uma lixeira naquelas condições.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Felizmente que o senhor está a usar o passado!

O Orador: Portanto, como evidentemente nem o senhor nem o Governo Regional resolviam o problema – aliás, em muitas outras áreas – e estas medidas anunciadas para o ambiente, como eu tive a oportunidade de dizer na minha intervenção, é muito difícil e demora muito tempo a que o Governo as consiga aplicar na prática –

aliás, o próprio Director Regional de Ambiente também o disse aqui há uns meses, que estas medidas já foram implementadas mas, até agora, não tiveram resultados práticos –, o que eu exigi foi que o senhor apresentasse, em relação às políticas que estavam a ser implementadas no Corvo, a questão que lhe coloquei na altura...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Isso parece um pedido de desculpas. Fico sensibilizado.

O Orador: ...Sr. Secretário, e que mantenho, é que alguém que tinha...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Muito obrigado. O meu pedido de desculpas!

O Orador: ...e tem uma lixeira naquelas condições numa reserva da biosfera não merecia continuar a exercer funções no Governo Regional. Essa opinião, Sr. Secretário, mantenho-a hoje.

Agora, esta questão é muito diferente de o Sr. Secretário ter, agora e aqui, uma atitude que é uma criancice. É uma criancice, porque...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Há uma fase da vida em que nos renovamos. Que bom ser criança!

O Orador: Desculpe!

...essa sua atitude é uma criancice. Como aqui já tivemos a oportunidade de verificar, através da intervenção das bancadas do CDS e também do PSD, a verdade é que este serviço continua sem existir. Nem na prática, nem na teoria, nem na lei. Para mais, o Sr. Secretário anuncia que o pretende fazer. Bom, então por que está em desacordo com a proposta?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Em absoluto, e já explico.

O Orador: Por que está em desacordo com a proposta do PPM? A sua posição em relação a esta questão, deixe-me que lhe diga – lamento ter de lho dizer, em relação a si, ter esta consideração –, é completamente surrealista! A sua posição é surrealista em relação a esta matéria, porque não é perceptível, por uma mente minimamente organizada e com um espírito lógico a funcionar.

Presidente: Pede a palavra, Sr. Deputado António Marinho, para?

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, vamos fazer um intervalo. Retomamos às 17 horas e 35 minutos.

(Eram 17 horas e 05 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 45 minutos)

Nós estávamos no debate sobre a Resolução de criação de um Serviço de Ambiente sediado na Ilha do Corvo.

Estava inscrito e tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Provavelmente porque eu não me consegui expressar bem na primeira intervenção que fiz, há aqui um conjunto de questões que foi trazido pelos Srs. Deputados que intervieram posteriormente que eu gostaria de explicar.

A primeira delas é que não se trata de dizer que na Ilha do Corvo vai funcionar, ou funciona, de uma forma, digamos assim, menos legal, ou de alguma maneira fora da legalidade, o serviço que lá temos. A lei permite que haja acumulação de funções e é nesse âmbito que, neste momento, as coisas funcionam, dentro da absoluta legalidade. Portanto, não há nenhuma ilegalidade, nem nada disso.

Agora, aquilo que está a acontecer no Corvo é aquilo que vai acontecer em todas as ilhas. Não se trata de dizer que nós não queremos criar um serviço de ambiente no Corvo. O que se está a dizer é que se quer criar um serviço de ambiente igual em todas as ilhas, que está centrado no órgão de gestão do respectivo parque natural. O parque natural de ilha é a unidade fundamental da gestão do ambiente na nossa região. Nós temos dez parques naturais, um em cada uma das ilhas e um parque

marinho para gerir as zonas fora do território das doze milhas em torno de cada uma das ilhas, e cada uma dessas unidades tem por obrigação prestar um serviço completo de ambiente dentro do respectivo território.

Isto quer dizer que, no Corvo como em Santa Maria, como no Faial, como em qualquer uma das outras ilhas, haverá um serviço completo de ambiente, em igualdade de circunstâncias, prestando o mesmo nível de atendimento e com iguais competências que acontecem nas restantes ilhas. É esse o caminho que está a ser seguido na reestruturação dos serviços. É um caminho que ainda não está completo, porque falta aprovar quatro dos dez parques. Este Parlamento ainda não aprovou os parques de São Jorge, da Terceira e das Flores e o parque marinho. Só depois desses parques estarem aprovados é que nós podemos completar o processo. É por causa disso que não faz sentido estarmos a fazer alterações orgânicas agora, para fazermos alterações orgânicas a seguir. O Governo já por repetidas vezes assumiu o compromisso de trazer a esta câmara, muito brevemente – e, muito brevemente, quero que ainda seja neste ano de 2010 –, os quatro decretos legislativos regionais que faltam para completar o processo de estruturação territorial da gestão do ambiente. Logo que isso fique feito, fica aberto o caminho para se concluir este processo.

Neste contexto, não faz qualquer sentido que se vá criar – ou melhor, não é criar –, que se vá cindir o serviço das Flores e Corvo, para depois a seguir dizer que não é esse o modelo que queremos seguir. O modelo será um modelo uniforme em todo o território da região, assente sobre a gestão dos parques naturais, que será igual no Corvo e nas restantes ilhas. Como, aliás, já o é do ponto de vista de facto, prático, real. É o que acontece neste momento.

Agora, para o Sr. Deputado Luís Garcia, gostava de dizer que o que existe no Corvo é rigorosamente isto: é um serviço que presta todas as valências. Todo o atendimento que é feito em qualquer ilha é feito no Corvo também. O serviço do Corvo é igual ao serviço do Faial, que o senhor bem conhece. Neste momento, também no Faial há um director do parque natural do Faial que, simultaneamente, acumula neste momento a direcção de todos os serviços que existem cá e, portanto, é uma figura única que faz rigorosamente o mesmo que faz o seu congénere do

Corvo. Por isso, Sr. Deputado, o que lá está é de facto, e reafirmo, aquilo que já existe aqui e é isso que se pretende, uma vez concluído o processo de estruturação dos parques naturais.

É este o ponto em que estamos e por isso esta proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão é uma proposta... Eu não o quis dizer no início, porque acho que não vale a pena estarmos a levar as coisas por este caminho, mas já que o Sr. Deputado me mimou com alguns epítetos – que eu até agradeço porque, quando se começa a envelhecer, gostamos sempre que alguém nos faça sentir mais novos –, já que o Sr. Deputado foi por esse caminho, deixe-me também que lhe responda rigorosamente na mesma letra.

A primeira questão que gostava de lhe dizer é: o Sr. Deputado fez muito bem em, de alguma maneira e embora de forma atabalhoada, ter pedido desculpa pela patetice que fez no início deste mandato. Muito bem, a desculpa está aceite, não é por causa disso. O senhor veio aqui dizer que afinal a demissão era, mas não era, talvez fosse, pronto, não é por causa disso que eu me oponho às suas propostas, Sr. Deputado. Não se considere tão importante, reduza-se à sua dimensão. Não é por causa disso que as coisas são, ou não são. É porque, de facto, a sua proposta não tem mérito.

Pior do que isso, a sua proposta é uma proposta que vem quando o senhor percebeu qual era o caminho que o Governo seguia. O Sr. Deputado o que quer é, mais uma vez, fingir que é por sua causa que alguma coisa acontece no Corvo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Não é, as coisas acontecem no Corvo apesar de o senhor existir, perceba isso, porque é essa a verdade das coisas.

O senhor percebeu que nós tínhamos criado este serviço. O senhor percebeu que foi nomeado um director do parque de ilha, que é um técnico superior. O senhor percebeu que passámos a ter um serviço, no Corvo, de porta aberta. O senhor percebeu que passámos a prestar no Corvo todos os serviços que se prestam em matéria ambiental. O senhor percebeu que se criou uma plataforma digital que permite que, inclusivamente a partir da casa das pessoas, se aceda a qualquer serviço do ambiente. O senhor percebeu isso tudo e, então, veio cá dizer: “Eu vou

apresentar uma proposta para que os corvinos pensem que sou eu que faço o sol nascer”. Não, os corvinos sabem que o senhor não faz o sol nascer.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Os corvinos sabem, porque os corvinos têm uma longa ciência de vida, e sabem muito bem como é que as coisas funcionam. Não é assim que as coisas são.

Por isso, Sr. Deputado, deixe-se disso. Deixe-se de apresentar propostas que vêm atrás doutros, deixe-se de fazer essa figura. Eu até me atrevo a dizer uma coisa, Sr. Deputado: o Sr. Deputado, nas suas apresentações, grita aqui um pouco, faz aqui umas grandes coisas e tem realmente um grande valor histriónico. Era um valor que, certamente, se vivêssemos ainda na antiga monarquia, lhe valeria um *lugarinho* na corte. Mas esse *lugarinho* na corte não é o lugar que os açorianos esperam dos seus deputados.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma primeira intervenção.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é por causa, nem apesar, do Deputado do Partido Popular Monárquico do Corvo que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução, que recomenda ao Governo Regional a existência de Serviços de Ambiente individualizados no Corvo e, portanto, também nas Flores, e que este desiderato seja alcançado até ao final deste ano. Vamos votá-lo favoravelmente, porque consideramos esta pretensão justa e razoável, por todos os motivos que estão elencados na proposta e que nos escusamos de referir.

Podia acontecer que, ouvida atentamente a primeira e a segunda intervenções do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar sobre esta matéria, pudéssemos, de

alguma maneira, alterar o sentido de voto que tínhamos decidido, cedendo à argumentação do Sr. Secretário. Não é o caso, Sr. Secretário, e eu vou dizer-lhe porquê. Não é por má vontade nossa, mas porque, apesar da segunda tentativa do Sr. Secretário Regional em esclarecer aquilo que eventualmente poderia não ter esclarecido na primeira intervenção, há uma coisa que o Sr. Secretário Regional não conseguiu esclarecer. Repare bem:

Por um lado, na sua primeira intervenção, diz: “Este serviço de ambiente não é necessário no Corvo, porque já existe”. Bom, se já existe, não é necessário esperarmos por uma nova orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para que ele seja alcançado, já existe.

Por outro lado, disse também o Sr. Secretário Regional que isto se vai fazer, esta pretensão vai acontecer. Bom, se vai acontecer, nada obsta a que se vote favoravelmente este Projecto de Resolução, que recomenda ao Governo que aconteça. Portanto, não há nenhum problema em votar favoravelmente uma coisa que vai acontecer.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): É desnecessário! Há-de acontecer, quando acontecer em todo o lado.

A Oradora: Por outro lado, Sr. Secretário, se, afinal, nem já se fez, nem se vai fazer assim a tão curto prazo – aliás, em sede de comissão, o Sr. Secretário diz que talvez em 2011, atendendo a que é necessário primeiro (deixe-me dizer assim) deixar assentar a poeira, ver como é que as coisas funcionam e depois, então, tomar medidas de alteração, o que é compreensível, muito bem, mas não é assim a tão curto prazo –, então mais vale, dadas as circunstâncias aqui já evocadas por outros grupos parlamentares, institucionalizar, ou seja, passar a letra de lei, uma situação que na prática já existe, como muito bem disse o Sr. Secretário.

Se ela na prática já existe, qual é o problema, então, de lhe dar a formalidade e a institucionalidade que ela não desmerece? Não vemos nenhuma razão.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): O problema é estar em contra ciclo. Querem andar para trás, em vez de andar para a frente.

A Oradora: Há quem ande para os lados, Sr. Secretário, cada um escolhe o sentido, não é?

Portanto, por estas razões, nós vamos votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição da Representação Parlamentar do PCP relativamente ao Projecto de Resolução do PPM que estamos a apreciar foi expressa em sede de comissão. De qualquer forma, gostaria de vir ao debate para expressar melhor e esclarecer melhor esta posição que, aliás, decorre da audiência do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar em sede de comissão e que hoje reafirmou aqui.

O serviço existe, informalmente. Ele, na prática, efectivamente já existe e aquilo que está previsto é que venha a ser criado na nova orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Poderia dizer-se que a proposta do PPM é uma redundância. Mas, de qualquer forma, a proposta do PPM não deixa de ser apenas e só uma recomendação ao Governo, que, por acaso, ao que parece, é coincidente com aquilo que o Governo tem intenção de realizar.

Portanto, não me parece que haja aqui motivo nenhum, motivo plausível, para reprovar a proposta, o Projecto de Resolução do PPM, uma vez que ela pode, de facto, ser acusada de ser redundante. Mas qual é o mal que vem ao mundo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para esclarecimentos, tem três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou prolongar o tempo de debate, até para não vir a dar argumentos em relação à discussão deste tipo de iniciativas.

A questão que se coloca é esta, e é muito simples:

O Sr. Secretário do Ambiente veio dizer que a ideia é sua, já o pensava fazer. Não é verdade, isto está no programa eleitoral do PPM, não está no programa eleitoral

do Partido Socialista. Portanto, estava no nosso programa eleitoral, não estava no vosso programa eleitoral!

Mais: sabe qual é a vantagem? Como também fui candidato em 2004, também já estava no programa eleitoral de 2004 do PPM. E no ano 2000, em que fui candidato também, também já estava no programa eleitoral do PPM! Portanto, não são os senhores que pensavam fazê-lo. O senhor agora reinventou aqui a figura da lei mental. Portanto, o senhor também gostava de, “no fim, sim”, como esse monarca, o D. Duarte, exactamente. Ou seja, o senhor veio aqui dizer: “Não, eu já estava a pensar fazer isso”. Não tem uma única declaração pública sobre este assunto, uma única! Fiz essa pesquisa em relação ao facto de querer vir a criar um serviço de ambiente de ilha. Não tem uma única declaração política! Nenhuma! Nenhuma declaração pública sobre essa questão.

Digo-lhe mais: não está no seu programa eleitoral e está no meu programa eleitoral! E o senhor diz: “Não, eles... nós... Viu que nós íamos fazer isto e antecipou-se”. Não, então, se está no meu programa eleitoral desde o ano 2000 e o senhor só agora está a fazer, quem é que propôs, quem fez a proposta antes? Quer dizer, os seus argumentos são lamentáveis.

Depois, temos também aqui esta questão, que o senhor não consegue explicar. Se eu fosse jornalista, a notícia que escrevia hoje era: o Sr. Secretário Regional do Ambiente pretende desmantelar os serviços de ambiente das diversas ilhas. Foi isto que o senhor veio aqui dizer: “Vou desmantelar os serviços de ambiente de todas as outras ilhas”. Foi isto que o senhor veio aqui dizer! É evidente que os jornalistas, conhecendo-o bem e conhecendo a natureza das suas afirmações, não o levam a sério, sabem que o senhor não está... Não o levam a sério. Só que o senhor está aqui a inventar argumentos que não têm qualquer tipo de plausibilidade, quer dizer, são argumentos completamente ridículos. Portanto, o senhor o que tem aqui, em relação a esta questão, é um problema grave.

E o problema grave que tem...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): É o problema mais grave que tenho!

O Orador: ...é que nunca o Governo – e termino já, Sr. Presidente –, em relação a esta questão, teve, como o senhor agora tentou demonstrar, um caminho, uma determinada direcção. Eu lembro-me em 2008 da proposta para a criação do Parque Natural da Ilha do Corvo. Diga-me uma coisa: na proposta inicial do Governo Regional em relação à criação do Parque Natural da Ilha do Corvo, para onde estava prevista a gestão? Para onde estava prevista a gestão do parque natural, na primeira proposta do Governo Regional? Ah, não sabe?

Antes de ser alterado no Parlamento, a gestão estava previsto que fosse feita na Ilha das Flores! Na primeira proposta do Governo Regional em relação ao parque natural estava...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): E quem fez o Parque Natural? Não foi o Partido Socialista?

O Orador: Foi. Sr. Secretário, eu sei que é incómodo ouvir isto, na primeira proposta do Governo Regional para a criação do parque natural, a gestão – e os Srs. Deputados que aqui estavam na anterior legislatura sabem isso e podem confirmá-lo – do Parque Natural da Ilha do Corvo seria feita a partir da Ilha das Flores! Essa foi a vossa proposta! E foi através das propostas de alteração que foram realizadas aqui neste Parlamento que esse seu sentido foi alterado!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: O senhor agora vem aqui com a maior desfaçatez dizer-me: “O nosso caminho era este e era muito lógico”. O vosso caminho...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Sr. Deputado, em desfaçatez, o senhor é campeão.

O Orador: ...não era lógico. Do vosso caminho, em relação a esta questão, o que vos digo é: então, se é assim – e termino, Sr. Presidente –, o que vai acontecer em relação ao serviço de desenvolvimento agrário, que é o serviço de desenvolvimento agrário das Flores e do Corvo? Também o pretendem desmantelar, separar?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não se meta nisso.

O Orador: Não, eu agora preciso de saber. Ou já têm uma lei mental preparada para essa questão? O que vai acontecer em relação ao serviço de ilha da Secretaria

Regional da Economia? Também vai continuar integrado, ou vão separá-lo? É que eu preciso de saber.

Antes de apresentar as propostas, preciso de saber se os senhores já estão a pensar nisto. A lógica parlamentar agora é, eu, antes de apresentar uma proposta, pergunto-vos: “Já estão a pensar fazer? Porque eu estou a pensar apresentar a proposta, mas preciso de saber o que os senhores pensam!” Isto é ridículo, senhores!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Acho que essa última observação resume a sua intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscrições, vamos passar à votação da Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Reapreciação do Decreto n.º 8/2010 – “Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às Organizações Não Governamentais de Ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS)”**.

Como sabem, esta matéria foi objecto de veto por parte do Sr. Representante da República. O que vamos fazer aqui é a reapreciação e temos normas especiais, designadamente os artigos 142.º e seguintes do nosso Regimento. Ou seja, no debate na generalidade só pode falar, além do proponente, e de uma só vez, um representante de cada grupo ou representação parlamentar.

Acordou-se em conferência de líderes que o tempo seria, no máximo, de dez minutos para cada um. É confirmado, ou seja, é votado o diploma em debate na generalidade. Depois são votadas as propostas de alteração, que só podem incidir

sobre as duas normas declaradas inconstitucionais, e não há votação final global, porque estamos a falar de um decreto que já foi aprovado por esta casa.

Portanto, estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, na qualidade de proponente.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do veto do Sr. Representante da República, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a comissão que apreciou o diploma – portanto, o Grupo Parlamentar já subscreveu essas alterações – apresentam as duas pequenas alterações que se mostram necessárias.

São alterações que em nada interferem com a economia do diploma, ou seja, os objectivos que o Governo Regional e este Parlamento, ao aprovar aquele diploma, pretendiam atingir serão atingidos na mesma. São alterações que versam apenas uma extensão de um conjunto de direitos que eram dados por legislação nacional às nossas organizações. Nenhum desses direitos, de facto, interfere com aquilo que as organizações não governamentais de ambiente fazem nos Açores, ou querem fazer. Portanto, é irrelevante para a economia do decreto e para os seus objectivos finais.

E há a eliminação duma alínea que permitia que em sede de auditoria se pudessem consultar os ficheiros dos associados. Esta última, enfim, prerrogativa que era dada aos editores de facto também não é muito importante. Vamos fazer fé na declaração que as associações façam em relação ao seu número de associados, já que a única informação que se pretendia obter a partir desse acesso era saber quantos são, para saber se está a ser cumprido ou não o requisito que está também estabelecido no diploma. Não é nada, também, que interfira com aquilo que se pretende.

Portanto, esta fiscalização da inconstitucionalidade creio que se traduziu numa grande vitória para a região, já que o Tribunal Constitucional veio reconhecer a este Parlamento a possibilidade de legislar naquelas áreas, não reconheceu a incompetência orgânica que era alegada e veio, também, consolidar de alguma

maneira, por via da jurisprudência, a nossa capacidade de legislarmos em matéria de associativismo e, em particular, em matéria de associativismo ambiental. Creio que foi uma grande vitória para este Parlamento e para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, estas alterações que hoje aqui se fazem são meras alterações de pormenor que, de alguma maneira, vêm resolver os problemas que foram apontados, questões que – embora eu continue concordando com aquela que foi a posição inicial da comissão – em nada prejudicam o diploma. Creio que estamos em condições de resolver este problema de forma definitiva.

Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da reapreciação do Decreto 8/2010, na sequência do veto de S. Exa. o Representante da República, feita a pronúncia de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, tem o PSD a dizer que, na generalidade, mantém a sua posição.

Ou seja, mantemos o entendimento de que existe, ao nível do n.º 3 do artigo 8.º, uma violação do princípio da igualdade, no que refere à questão das associações. Consideramos que continua a existir uma discriminação. Continuamos a achar e a entender que há uma discriminação da liberdade de pertencer a uma ou outra associação e continuar a participar activamente na definição das políticas de ambiente regional.

Na especialidade, o PSD, obviamente, é favorável à supressão das normas consideradas inconstitucionais.

Presidente: Continuam abertas as inscrições para cada grupo ou representação parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cá está uma oportunidade de mostrar a diferença em relação à actuação do Sr. Secretário Álamo de Meneses.

Nesta questão, estando o senhor sob forte crítica em relação àquilo que por vezes foi useiro e vezeiro que é, realmente, a inconstitucionalidade dos diplomas que entretanto foi publicando ao longo da sua carreira política...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Não é o que o Tribunal Constitucional diz.

O Orador: ... o que o PPM fez foi colocar-se ao lado, como o Sr. Presidente da Comissão do Ambiente sabe perfeitamente, do Governo Regional e da posição que era a posição do Partido Socialista, na defesa das nossas competências e na defesa da nossa autonomia.

Portanto, essa é que é uma posição de Estado, essa é que é uma posição a favor da autonomia! Não é por gostar menos, ou mais, daquele que faz a proposta! É uma posição adulta, é uma posição de Estado! Esta forma de estar na política é completamente diferente da sua posição e da sua forma de estar na política.

Aqui, mais uma vez, tive a oportunidade, como já tinha feito em relação à Lei das Finanças Regionais, de demonstrar a diferença que existe entre quem toma posições a favor da autonomia e a favor das competências, e quem toma posições porque gosta mais, ou menos, do proponente de determinada proposta. Essa é a diferença entre tomar posições adultas, entre tomar posições responsáveis e as posições e o posicionamento que, há pouco, o senhor teve em relação ao anterior diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista gostaria de começar por se congratular pelo resultado desta apreciação, pelo Tribunal Constitucional, do diploma e dizer também que não é dramático que o Tribunal Constitucional seja chamado a pronunciar-se sobre um diploma. Dramático seria que nós não legislássemos com medo do Tribunal Constitucional.

Deputados Helder Silva e Hernâni Jorge (PS): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Eu acho que estamos nesta casa para fazer o nosso trabalho. No período em que estamos, estamos numa época de aprofundamento, ainda, da nossa autonomia, até por força das alterações, ainda, da última revisão constitucional e do nosso Estatuto. Portanto, medo é uma coisa que não deveremos ter, deveremos continuar com coragem e cá estaremos para apreciar as decisões do Tribunal Constitucional.

Queria também acrescentar que, sendo certo que o que estava em causa era a conformidade das normas deste diploma com a Constituição, é de relevar o papel que teve o nosso Estatuto, na sua nova redacção, no resultado da interpretação que o Tribunal Constitucional fez das suas normas. Portanto, está esta Assembleia mais uma vez de parabéns, pelo excelente trabalho que foi feito nesta matéria e que veio defender os interesses dos Açores.

Como resultado desta apreciação do Tribunal Constitucional, o que se verifica é que a tese da inconstitucionalidade orgânica que se fundava numa pretensa violação da reserva de competência da Assembleia da República foi desmontada pelo Tribunal Constitucional, que entendeu que estas normas nem sequer beliscavam a liberdade de associação.

A Sra. Deputada Carla Bretão já fez o favor de lembrar as suas declarações na altura em que o diploma foi discutido e, portanto, dispenso-me de as ler. Mas gostaria de referir aquilo que disse o Bloco de Esquerda na altura, que estávamos perante um ataque à liberdade de associativismo. Porque a verdade é que toda a oposição, à excepção do CDS/PP, que esteve ao lado do Partido Socialista nesta matéria...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ao lado da autonomia!

A Oradora: ...entendeu que estava em causa a liberdade de associação e que o diploma coarctava essa liberdade. Não é isso que o Tribunal Constitucional diz.

Aliás, o Tribunal Constitucional afirma algo de muito importante. Diz que a liberdade de associação não obriga a administração a conceder apoios, não garante um direito de existência das associações à custa do Estado, nem sequer um direito à participação em órgãos consultivos. É importante que se distingam estas

dimensões e que se dê à liberdade de associação, enquanto direito fundamental, a dimensão que, efectivamente, tem. Esta foi, de facto, a matéria mais controvertida no conjunto do diploma e aquilo que o Tribunal Constitucional faz é reiterar o seu entendimento de que o princípio da igualdade o que impõe é que se dê tratamento igual ao que for essencialmente igual e que se trate diferentemente o que for essencialmente diferente.

Diz ainda o Tribunal Constitucional que pode haver distinções, desde que materialmente fundadas e diz isto a propósito da regra que tanto incomodou a oposição, regra de discriminação positiva das nossas associações e que incomodou toda a oposição, à excepção do CDS/PP. Eu já tinha referido há bocadinho que o CDS/PP tinha estado do lado do Partido Socialista nesta matéria, mas não será demais referir que, efectivamente, foram o Partido Socialista e o CDS/PP que entenderam que, aqui, não havia qualquer violação do princípio da igualdade.

Considerou, e bem, que esta diferenciação se funda em razões suficientes e razoáveis e deu razão à nossa argumentação, de que esta diferenciação se justificava pela necessidade de discriminar positivamente aquelas associações ambientais cuja natureza regional lhes confere maior proximidade à realidade regional e uma maior importância nas questões de âmbito regional no plano de acção das respectivas associações.

Considerou ainda o Tribunal legítimo que se exija às associações nacionais e internacionais que demonstrem uma implantação reforçada no território regional. Mas vai mais longe e reconhece que a solução plasmada no diploma permite ampliar a voz das associações regionais e fomenta o associativismo regional.

Portanto, tudo isto são motivos para nós nos congratularmos com a solução que foi aprovada nesta Assembleia.

Quanto às normas que foram consideradas inconstitucionais e que são, é justo dizer-se, uma ínfima parte daquelas cuja desconformidade foi suscitada, relativamente à parte inicial do n.º 1 do artigo 10.º, o entendimento da bancada do Partido Socialista é de que esta norma se limitava a remeter para a legislação nacional e que, portanto, também aqui não estava em causa a liberdade de

associação. Logo, não estava em causa matéria de direitos, liberdades e garantias, essa sim da reserva de competência da Assembleia da República.

Quanto à norma da alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º, é também nossa convicção de que ela não está ferida de qualquer inconstitucionalidade, que não fere mesmo o princípio da proporcionalidade. Aliás, gostaria de lembrar os conselheiros que votaram vencido nesta parte, por entenderem que o acesso às fichas era um meio adequado à verificação dos elementos fornecidos para efeitos de registo e acrescentando mesmo que, se outros elementos houvesse nessas fichas que coincidisse com matéria de carácter pessoal, isso aí já era uma questão do foro da organização da associação e não da entidade que iria verificar essas fichas.

Em suma, embora reiterando este entendimento de que estas normas não estão feridas de inconstitucionalidade, o PS entendeu e propôs em sede de comissão que as mesmas fossem expurgadas do diploma e que ele fosse confirmado já sem essas normas.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo primeiro por dizer que é normal, no funcionamento da democracia e dos órgãos democráticos, que S. Exa. o Sr. Representante da República, no exercício daqueles que são os seus direitos, ter pedido a inconstitucionalidade daquilo que ele entendia que era inconstitucional. É perfeitamente legítimo, exerceu aquela que é a sua função e o seu direito. Quanto a isso, nada a criticar. Agora, o que nós não podemos é ficar sempre atemorizados relativamente à República.

Deputado Francisco César (PS): A quem o diz!

O Orador: Acho que ser autonomista – e é isso que tem caracterizado os Açores e os açorianos, mesmo antes de terem o estatuto de autonomia – é ser ambicioso e, se me permitem, um bocadinho atrevido, em relação à República. Porque, se não tivéssemos sido assim, não tínhamos o Estatuto que temos agora, contra as posições centralistas de Lisboa, nomeadamente do Sr. Presidente da República, é preciso lembrar aqui.

Portanto, o que nós vamos esperar sempre de Lisboa é centralismo. O que nós temos de ter sempre nos Açores é ambição contra o centralismo. Isto é um princípio de que o CDS não abdica. Essa autonomia deve ser constantemente reafirmada perante o poder centralista de Lisboa. No mais ínfimo pormenor devemos reafirmar e afirmar a autonomia, devemos reivindicar para nós. Eles acham que é inconstitucional, cá estamos nós para nos defendermos e cá estamos nós para reivindicar aquilo que entendermos.

Agora, quem vem com grandes religiões constitucionais fica espelhado nesta posição do PSD. Também não é preciso fazer mais nenhum comentário sobre essa matéria e sobre a posição que o PSD agora aqui demonstrou. Ou seja, quando Lisboa dá um guinchinho, o PSD agacha-se, tem sido sempre assim. E volta, numa questão menor, que é essa, em que até o Tribunal não se pronuncia sobre a inconstitucionalidade orgânica, vem o PSD defender Lisboa e vem o PSD a reboque do centralismo. Mas, depois, é o partido fundador da autonomia, enfim, depois lá fora fazem-se outras propagandas.

De maneira que concordo com a Sra. Deputada Isabel de Almeida Rodrigues, quando diz que é normal que isto aconteça, é o processo democrático. Nós cá estamos e não devemos ter medo, como disse a Sra. Deputada. Cá estamos para dar, se me permitem a expressão, “o peito às balas” à República e cá nos defendermos, na nossa autonomia.

Nesse sentido, obviamente que o CDS confirmará, tal como o Partido Socialista, a sua posição e não tem nenhum problema em alterar o que tiver de alterar para expurgar aquela ínfima inconstitucionalidade. E, realmente, considerar que isto foi uma vitória desta casa, da democracia e da autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, queria dizer o seguinte: eu não pretendo esclarecer, mas julgo que há aqui algumas situações que devem ficar um bocadinho mais claras. Não é tanto, ou não se trata aqui da questão dos defensores do centralismo,

ou das posições centralistas, ou outras. Aliás, eu estou a dizer isto e estou a fazer a abordagem desta forma, porque a posição do PCP relativamente a esta matéria é exactamente igual à posição do PSD.

O que está aqui em causa não é nenhum tipo de problema relativamente à constitucionalidade orgânica, não! Não vamos confundir as coisas! As dúvidas, que eu aqui também quero reiterar, em nome da Representação Parlamentar do PCP, têm a ver com o número 3 do artigo 8.º, mas na perspectiva material. Portanto, não tem nada a ver.

Entretanto, houve aqui algumas forças partidárias que levaram isto para a chicana política do centralismo e da autonomia. Não se trata disso, trata-se do princípio da igualdade garantido pelo artigo 13.º da Constituição. É disso que se trata e mais nada, o resto é festa para açoriano ver. Portanto, é para que fique claro.

Entretanto, para finalizar, quero dizer que a Representação Parlamentar do PCP vai aprovar as propostas de alteração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que é naturalíssimo, dentro das regras do jogo do nosso sistema democrático, o pedido de fiscalização da constitucionalidade de alguns artigos do diploma em questão, o CRADS, pelo Representante da República, estamos de acordo. Tal como é naturalíssimo o pronunciamento do Tribunal Constitucional, concordando ou discordando desse pedido e das razões apresentadas para esse pedido. Tudo isto é natural.

Mas convém também que seja natural que nós aceitemos os pronunciamentos, as pronúncias, do Tribunal Constitucional com a mesma tranquilidade, quer elas venham a favor das nossas convicções, diria que pessoais, ou partidárias, quer elas sejam contra. E, às vezes, nós somos contra os pronunciamentos do Tribunal Constitucional, porque eles não convêm a determinado tipo de convicções, mas depois somos a favor e fazemos disso gala, quando eles já vêm no seguimento das

nossas pretensões. Convém manter a mesma tranquilidade, seja qual for esse pronunciamento.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda subscreverá a supressão das normas consideradas inconstitucionais. Mas isso não quer dizer...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Srs. Deputados, se quiserem continuar a dialogar, façam o favor, mas decidam-se. Muito obrigada.

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Mas isso não invalida que – à semelhança, aliás, do que fez o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar enquanto proponente que, quando apresentou, disse que aceitava e o documento seria expurgado destas duas normazinhas consideradas inconstitucionais – o proponente não achasse que continuava a ter razão da forma.

Ora muito bem, é exactamente com a mesma filosofia que o Bloco de Esquerda diz que, apesar de o Tribunal Constitucional não ter dado seguimento às dúvidas levantadas pelo Representante da República em alguns artigos que nós, aqui, durante o debate do diploma, levantámos, aceitando a decisão do Tribunal Constitucional, isso não invalida que as nossas questões, enfim, pessoais e políticas não permaneçam, da mesma maneira como o proponente faz. A legitimidade é igual, não é maior de um lado do que de outro.

Portanto, desse ponto de vista, não há aqui ninguém, enfim, para dizer que leva a palma. O que é importante é que, na realidade, o documento vai ficar escorreito do ponto de vista constitucional, com todas as críticas que cada uma das bancadas, e a nossa também, assumiu na altura e continuará a assumir, não invalidando que ele não seja um documento aprovado e com toda a legitimidade.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então agora confirmar, na generalidade, o diploma, e vamos fazê-lo através de votação, naturalmente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a confirmação façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos seguir agora para a especialidade. Na especialidade, há duas propostas de alteração, uma que já foi falada, para as duas normas consideradas inconstitucionais. Elas vêm da CAPAT e são subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Assim, colocaria à votação a proposta de alteração para o n.º 1 do artigo 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 10.º, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação para a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD faz esta declaração de voto para esclarecer algumas mentes que, ou por aparte, ou por declarações expressas, tentaram enviesar o verdadeiro sentido desta votação. De facto, aqui, o sentido de voto do PSD foi reafirmar o sentido de voto que, na generalidade, assumiu aquando da discussão deste diploma.

Não poderia ser doutra forma, o PSD não tem uma posição hoje e outra amanhã, consoante as circunstâncias. O PSD assume o mesmo que assumiu aquando da discussão da aprovação deste diploma na generalidade. Obviamente que o PSD, na generalidade, tendo votado através da abstenção, hoje só o poderia fazer desta forma, porque continuam a estar presentes neste diploma as mesmas normas que suscitaram a contestação do PSD. Não poderia ser doutra forma.

Misturar isto com qualquer pretensa violação da autonomia é da mais profunda má fé, porque as dúvidas que o PSD colocou não tinham nada a ver com questões de autonomia, de centralismo ou de constitucionalidade orgânica.

Deputado Helder Silva (PS): Mas foram fazer queixinhas!

O Orador: As questões que o PSD colocou tinham apenas a ver com a alegada, na nossa perspectiva, violação do princípio da igualdade. Isto não tem nada a ver com questões de autonomia ou centralismo. O património do PSD relativamente à defesa da autonomia nenhum partido aqui o pode pôr em causa, muito menos pode utilizar argumentos falsos para tentar passar uma imagem que não é verdadeira. Contra isso, o PSD levanta aqui a sua mais veemente voz e protesto porque, isso, não o admitimos! Não misturem aquilo que não é misturável!

Há partidos políticos que tentam pôr na voz dos outros e na boca dos outros aquilo que queriam que acontecesse mas, por muita que seja essa vontade, não conseguem, porque na vontade do PSD manda o PSD.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,
Apresentação do Relatório referente à audição do Director do Centro

Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal S.A., efectuada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Portanto, vamos começar com a apresentação do relatório. Seguir-se-á uma intervenção de, no máximo, dez minutos de cada grupo e representação parlamentar e também do Governo.

Dou a palavra à Sra. Relatora, para apresentar o relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório no Âmbito da Audição Parlamentar do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, e 5.º, n.º 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de Abril, na Delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava elaboração do relatório no âmbito da audição parlamentar do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem ao artigos 42º, nº 2, alínea d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 2 de Janeiro, e 5º, nº 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Por ofício da Comissão de 4 de Março de 2010, foi dirigido o correspondente convite ao Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, o qual acedeu por comunicação a esta audição.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A alínea d) do nº 2 do artigo 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira revisão, aprovada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, e o artigo 5º, nº 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, conferem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o direito de proceder à audição do director do Centro Regional dos Açores.

As matérias de comunicação social são da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

Capítulo III

SÍNTESE DA AUDIÇÃO

Atendendo à natureza da audição, foi dado conhecimento da respectiva marcação aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e às Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

A audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, SA, decorreu no dia 10 de Março, p.p., pelas 15 horas, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada.

A audição decorreu de acordo com a seguinte metodologia, aprovada previamente e por unanimidade pela Comissão:

a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;

- b) Intervenção inicial do Director da RTP-Açores;
- c) Intervenções iniciais de cada um dos partidos e debate;
- d) Intervenções finais dos partidos e do Director da RTP-Açores.

a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão

O Presidente da Comissão apresentou o enquadramento jurídico da audição agradeceu a pronta disponibilidade do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., para comparecer perante a Comissão, após o que lhe deu a palavra para uma primeira intervenção.

b) Intervenção inicial do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

O Director do Centro começou por considerar essencial e uma vitória, do ponto de vista legislativo e da autonomia, a possibilidade de, anualmente, existir um fórum aberto institucional que proporciona troca de informação e conhecimento da realidade e referiu a existência de um discurso público que regularmente não corresponde à verdade dos factos e que prejudica tremendamente o trabalho de quem gere e de quem exerce.

Entende, também, o Director que grande parte do processo discursivo falha em função do que são as normas legislativas que enquadram o serviço público de Rádio e Televisão nos Açores. Relativamente a estes instrumentos jurídicos, considerou que o mais estruturante é a Lei da Televisão, de Fevereiro de 2007, que estabelece a convergência de Rádio e Televisão e prosseguiu referindo o contrato de prestação de serviço público estabelecido em Março de 2008, considerando que este alicerce legal peca no que se prende com a prestação de um serviço público de Rádio e Televisão, não só na Região Autónoma dos Açores, mas para os açorianos e enfatizou a natureza plural da açorianidade, tendo lembrado as comunidades açorianas fora da Região, nomeadamente nos Estados Unidos, Canadá, Bermuda e Sul do Brasil e, no Continente, em Lisboa, Porto e Coimbra.

O Director prosseguiu lembrando a necessidade de ser prestado um serviço público para a diferencialidade das comunidades das ilhas e que espelhe a nossa cultura e a

nossa vivência, não só entre as nove ilhas mas, também, entre as comunidades açorianas dispersas pelo mundo.

Nesta matéria, referiu a existência de progressos, resultado do empenho de todo um grupo de trabalho e dos trabalhadores da RTP-Açores, relevando que sem o todo orgânico da televisão e da rádio não seria possível exercer a nobre missão de servir a democracia e a autonomia.

Continuando a sua intervenção inicial, o Director destacou a aposta na formação no plano de actividades do corrente ano e referiu que o Centro Regional dos Açores é o canal que tem, percentualmente, mais acções de formação continuada ao longo do ano. Considerou a aposta nas pessoas um alicerce para o desenvolvimento de conteúdos e de um processo comunicacional que corresponda exactamente às expectativas da afirmação da autonomia.

O Director referiu a existência de questões relacionadas com segurança no trabalho e com o reconhecimento do trabalho prestado, bem como ao nível de duas áreas essenciais, como são equipamentos e instalações. Quanto aos equipamentos considerou que os progressos têm sido lentos em função do que é planeado e orçamentado, tendo referido a breve chegada de câmaras já adquiridas.

Quanto às instalações, chamou a atenção para a extrema degradação das instalações da Horta, tendo considerado que esta delegação é que se encontra em situação mais difícil, não só do ponto de vista das condições de trabalho mas, também, do ponto de vista da segurança das pessoas que lá trabalham. Acrescentou que, em caso de acidente telúrico/sísmico, dificilmente a rádio e televisão poderá cumprir o serviço público e prestar à população a informação necessária e informou que está em curso a implementação de um plano de emergência.

Quanto às instalações de Angra do Heroísmo, o Director considerou que as pessoas trabalham em condições muito difíceis, o que dificulta qualquer tentativa de desenvolvimento de conteúdos e até a implementação de um projecto que seja o reflexo de quem somos nos Açores.

Por último, no que se refere a instalações, o Director referiu o caso de Ponta Delgada, onde, na sua opinião, existem duas circunstâncias antagónicas, ou seja, as

melhores instalações a nível de rádio e as piores a nível de televisão, por comparação com outros centros de dimensão igual à do de Ponta Delgada.

Quanto à temática dos conteúdos, referiu um grande esforço por parte da equipa para produzir mais conteúdos e com mais qualidade e considerou que é notória a diferença, a este nível, na Antena1-Açores, na RTP-Açores e na multimédia Açores e que tal diferença resulta das decisões estratégicas que foram tomadas e do trabalho de equipa. Destacou a existência de um novo estúdio e o aperfeiçoamento técnico ao nível de iluminação e de câmaras que permitiram uma melhoria significativa da qualidade.

Prosseguindo a sua intervenção inicial o Director referiu o SIRCOM como um espaço que possibilitará à RTP-Açores o acesso a conteúdos, mas, sobretudo, a ideias de desenvolvimento e à solução de problemas que são comuns às televisões regionais da Europa.

O Director registou, ao nível da rádio, o desenvolvimento do que se pretende que venha a ser a difusão por duas antenas e a decisão do Conselho de Administração de autorizar a extensão aos Açores do plano nacional de cobertura da Antena 3. Referiu que este processo está já em fase de concretização, quer no plano técnico, com a construção do equipamento, quer ao nível da formatação do conteúdo de antenas, referindo que o conteúdo da Antena 3 será essencialmente constituído por conteúdos da Antena 3 nacional, conteúdos da Antena 3 Madeira e outros que serão progressivamente adicionados nos Açores. Mencionou que esta antena arrancará progressivamente em função da capacidade de emissão da instalação de emissores e apontou o início do mês de Abril para o começo das emissões experimentais e o início oficial da Antena 3 para o dia 28 de Maio, data em que se celebra 69º aniversário da rádio pública nos Açores.

O Director mencionou o facto de o serviço público estar posicionado como um sistema de difusão em múltipla plataforma e que a realidade digital permite chegar vários pontos do globo com mais capacidade de intervenção e de resposta, pelo que considera a multimédia um recurso essencial no quadro da visão da açorianidade plural e dispersa.

Referindo-se ao 35º aniversário da televisão pública nos Açores, referiu que a celebração decorrerá a 10 de Agosto e que se será desenvolvido um conjunto de acções, com a Universidade dos Açores e abertas a outras instituições da cidadania açoriana, onde serão debatidos os problemas e, sobretudo, as soluções para a implementação de um serviço público que permita espelhar a realidade da autonomia num arquipélago tão disperso e com comunidades espalhadas por várias áreas do mundo. Referiu, ainda, o reinício da Mostra Atlântica de Televisão, que deverá realizar-se na Horta, em Outubro e que resultará da cooperação entre várias instituições, nomeadamente ligadas à investigação científica do mar.

Ao terminar a sua intervenção inicial, o Director formulou um apelo ao poder legislativo, para que seja clarificada a autonomia de gestão corrente, que considerou uma circunstância generalista, no sentido de uma maior autonomia de gestão e pela definição dos objectivos específicos da prestação do serviço público na Região Autónoma dos Açores, face às suas especificidades de nove ilhas e à dispersão das comunidades que não vivem no arquipélago, bem como a definição objectivos quantitativos indexados à prestação de serviço público por objectivos. Considerou, ainda, um sufoco a gestão de um processo onde existe uma tremenda necessidade de autonomização, mesmo que de gestão corrente, pelo que a lei deverá consignar essa autonomização para que a mesma possa ser atribuída a quem exerce o cargo de gestor ou de director do centro regional dos Açores.

c) Intervenções iniciais dos partidos (PS, PSD, CDS/PP, PCP e BE) e debate

À intervenção inicial do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., seguiu-se o debate que começou com as intervenções iniciais dos partidos, tendo usado da palavra, pela seguinte ordem, os Deputados Clélio Meneses, do PSD, Aníbal Pires, do PCP, Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda, Luís Silveira, do CDS/PP, Isabel Almeida Rodrigues, do PS. Ainda no decurso do debate intervieram, para além dos já mencionados, os Deputados Hernâni Jorge, do PS, Cláudio Almeida, do PSD, e Bárbara Chaves, do PS.

Na **intervenção inicial do PSD**, o Deputado Clélio Meneses começou por considerar que já não se sente o clima de crispação entre alguns sectores dos trabalhadores e a direcção a que se assistiu por ocasião da audição realizada no ano

de 2009 e que, a corresponder à realidade, tal facto é motivo de satisfação. O Deputado prosseguiu a sua intervenção referindo um conjunto de questões que considerou preocupantes, designadamente as condições pouco dignas em que os funcionários exercem a sua actividade, a situação das instalações, a falta de pessoal por falta de substituição de trabalhadores reformados ou que faleceram, precariedade do vínculo de um conjunto de funcionários e a desadequação entre as categorias dos funcionários e o conteúdo das funções que efectivamente exercem. Quanto à situação das instalações, considerou o Deputado que a mesma coloca em causa o serviço público e é merecedora de maior atenção e que exige medidas imediatas e adequadas. Quanto às questões relativas aos trabalhadores, considerou que as mesmas contribuem para uma instabilidade do pessoal com repercussões negativas no serviço prestado, apesar do imenso esforço que se sente que é feito pelos trabalhadores e questionou o Director do Centro relativamente ao impacto destas situações e à resolução do problema.

O Deputado pretendeu também saber qual o ponto de situação de algumas matérias abordadas na audição anterior e que se prendiam com a gestão do Centro e com o ambiente de desânimo e desalento então identificado, bem como qual a informação disponível sobre uma eventual ligação com a RTP-N.

Na **intervenção inicial do PCP**, o Deputado Aníbal Pires considerou que as questões que se vêm registando ao longo dos anos passam, de facto, pela definição daquilo que queremos para o serviço público de rádio e televisão nos Açores. O Deputado referiu ser fundamental que se proceda a uma alteração legislativa, quer no quadro da Lei da Televisão, quer no quadro do próprio sector da RTP, de modo a que seja conferida a necessária autonomia à RTP-Açores e que esta deixe de ser apenas mais um centro, no contexto de outros centros.

Na **intervenção inicial do BE**, a Deputada Zuraida Soares considerou inexistirem diferenças relativamente há audição de 2009, uma vez que subsistem as mesmas preocupações ao nível das instalações, dos equipamentos, dos recursos humanos e do suporte legal que, na sua opinião, não contempla e não respeita a natureza arquipelágica da Região e a disseminação das comunidades açorianas. A Deputada disse não poder concluir pela ausência de clima de tensão e que existem

preocupações que são partilhadas por trabalhadores e Director do Centro. Referindo-se à componente dos recursos humanos e às situações de precariedade, a Deputada referiu saber que elas existem e mencionou um eventual concurso de pessoal, do qual se fala, mas do qual nada se sabe, nomeadamente o que virá clarificar em termos de contrato de trabalho, de prestação de serviços e até de salários, os quais reputou de exíguos. A Deputada concluiu a sua intervenção questionando o Director do Centro sobre o caminho percorrido ao longo do último ano e até que ponto terá falhado a Assembleia Legislativa ao não dar resposta à questão da clarificação do serviço público numa Região com as características dos Açores.

Na **intervenção inicial do CDS/PP**, o deputado Luís Silveira fez referência ao conjunto de situações relatadas pelo Director do Centro, as quais já tinham sido reportadas em outros anos, designadamente a situação de extrema degradação dos edifícios. O Deputado continuou a sua intervenção referindo o plano de actividades apresentado aos Deputados e que seria implementado no ano de 2009, plano esse que incluía, entre outros objectivos, a implementação do plano de readequação laboral do pessoal e outro relacionado com as instalações de Ponta Delgada, Angra e Horta.

O Deputado referiu, depois, a visita aos Açores do Presidente do Conselho de Administração, a qual fora considerada um passo importantíssimo e da qual resultara a assumpção, pelo Presidente do CA, de um compromisso e a expressão de uma genuína vontade de executar o Plano que havia para os Açores. O Deputado considerou que, passado um ano, pouco ou nada foi feito, pelo que questionou o Director do Centro sobre o que, de facto, foi feito e sobre o que os deputados regionais, a Comissão e a própria Assembleia podem fazer para que haja alguma progressão. A terminar a sua intervenção inicial, o Deputado pretendeu, também, que o Director esclarecesse o que entende por sufoco e a razão de ser da pouca autonomia de que diz dispor.

Na **intervenção inicial do PS**, a Deputada Isabel Almeida Rodrigues manifestou a congratulação do Partido Socialista pelo clima substancialmente diferente em que decorre esta audição decorre relativamente à do ano de 2009 e por parecer estarem

ultrapassadas questões então suscitadas relativas a eventuais ingerências. A Deputada congratulou-se, também, pelas mudanças registadas ao nível das grelhas de programação, pelas notícias de uma eventual cooperação com a RTP-N e pela evolução registada ao nível da multimédia, tendo manifestado agrado pela chegada da Antena 3 aos Açores. Solicitou ao Director que esclarecesse as causas dos avanços e recuos na resolução dos problemas relativos às instalações e equipamentos, que concretizasse as referências feitas a segurança no trabalho e reconhecimento pelo trabalho prestado e que indicasse qual a estratégia que está delineada para minimizar ou mesmo ultrapassar as preocupações manifestadas. A terminar a intervenção inicial do PS, a Deputada referiu que este Partido considera adequado o quadro legal definido em 2007, pese embora a diminuta autonomia financeira e de gestão do Centro Regional dos Açores e solicitou ao Director do Centro que concretizasse a solução legislativa que preconiza.

Em resposta às questões colocadas ao Director do Centro, este rejeitou a crispação entre trabalhadores e direcção, dizendo que enquanto director não pode, nem deve, institucionalmente, participar num processo de diálogo que não é factual, mas sim opinativo e que passa por processos reivindicativos que, embora legítimos, deturpam o que é a vida interna na RTP-Açores. Reconheceu a existência de problemas internos, que não são novos e têm a ver com questões de funcionalidade e de evolução do processo comunicacional da RTP-Açores. Ainda quanto a esta matéria, o Director referiu a existência de um diálogo aberto, frontal e de aceitação da diferença, embora considere que, em contexto de organização laboral, são por vezes feitas afirmações que não correspondem à vontade da maioria dos trabalhadores. O Director acrescentou que a situação não é de crispação mas de extrapolação para a Direcção de alguma dificuldade em dar resposta a questões que são essenciais.

Referindo-se ao esclarecimento pedido pelo Deputado do CDS/PP quanto ao sentimento de sufoco, disse que “é frustrante saber para onde é que queremos ir, saber como é que podemos chegar lá, saber inclusivamente as respostas imediatas para problemas que são, às vezes, até de pequena monta, e não ter o poder, a capacidade de tomar essa decisão” e afirmou que o mesmo tem a ver com a

limitada capacidade de decisão do Director, a qual resulta da lei. Lembrou que não representa o Conselho de Administração, o qual tem um pelouro para os Açores e representatividade própria e que enquanto Director do Centro Regional dos Açores tem deveres de representatividade dos interesses dos Açores junto do Conselho de Administração.

Reportando-se à questão das instalações, referiu terem decorrido inspecções por parte da Inspecção Regional do Trabalho, nas instalações da Rua Ernesto do Canto, em Ponta Delgada, as quais consideraram que as mesmas não dispõem de condições mínimas para as funções que desempenham. Referiu que a situação é de extrema degradação, quer no plano da saúde no trabalho, quer no plano da segurança no trabalho, questão esta com implicações em situação de ocorrência de tremores de terra. O Director considerou que, em situações desta natureza, a questão assume particular relevância pelas pessoas e pela impossibilidade de prestar um serviço público que foi contratualizado, tendo acrescentado que, ocorrendo um cataclismo, a única instalação com condições de continuar a prestar a informação de que a população necessitará será a instalação da rádio em Ponta Delgada.

No que respeita aos equipamentos, o Director do Centro disponibilizou uma listagem de equipamentos adquiridos no ano de 2009 e afirmou que tem havido uma dotação anual de equipamentos em resposta à insistência sistemática por parte da Direcção e dos órgãos próprios de chefia. Segundo disse, tais equipamentos tanto respondem a situações de extrema penúria como correspondem a avanços tecnológicos planeados. Acrescentou que o estado e a desadequação de alguns equipamentos implica o dispêndio de verbas consideráveis em reparações sistemáticas e que o facto de RTP, internamente, ter um processo muito burocrático de decisão e execução não ajuda à resolução destes problemas.

O Director relevou o papel desempenhado por 10 novas câmaras que gravam os ficheiros em formato digital, o que implica a inexistência de elementos móveis nas câmaras e, conseqüentemente, a diminuição do desgaste deste equipamento. Estas novas câmaras dispensam, ainda, a utilização de gravadores para edição do material e permitem a gestão da informação num servidor central. Este projecto

abrange as 10 câmaras referidas, computadores para edição não linear e um servidor central, o qual ainda não está adquirido. O Director considerou essencial a conclusão deste projecto porque o mesmo representará ganhos assinaláveis, contribuirá para a valorização dos recursos humanos e permitirá a produção de mais conteúdos.

Para o Director do Centro Regional o grande desafio da RTP-Açores é a produção de mais conteúdos, tendo referido a evolução muito lenta da RTP-Açores de canal generalista para um universo multifacetado, onde a sua afirmação passa pela produção de conteúdos regionais de qualidade nacional e pelo estabelecimento de um diálogo interactivo, moderno, de qualidade, entre os cidadãos dos Açores e aqueles que vivem fora dos Açores. Considerou que quando a RTP-Açores conseguir levar os seus conteúdos para mercados exteriores, procurará nesses mercados alguma contrapartida financeira a nível de publicidade, que permitirá a consolidação da produção de mais conteúdos regionais.

Quanto à questão da precariedade, reclassificação e reenquadramento de trabalhadores, o Director do Centro Regional afirmou que esta matéria tem sido abordada anualmente e informou que, no ano de 2009, foram reclassificados e reenquadrados 14 trabalhadores. Acrescentou que, todos os anos, no projecto de recursos humanos há pessoas que são promovidas ao nível de carreira. Porém, segundo referiu, há um orçamento limitado para essas promoções, sendo esta uma matéria onde o Director do Centro apenas dá pareceres consultivos. Quanto aos salários, considerou que, comparativamente com empresas de áreas similares, os trabalhadores da RTP-Açores não são mal pagos e rejeitou que haja uma situação de miserabilidade nesta matéria.

Referindo-se ao modelo da Madeira, considerou que deve prestar-se muita atenção ao que está sendo feito naquele arquipélago e frisou que aquele não é o modelo dos Açores, pelo que deverá ficar consignado legislativamente quais são as nossas especificidades e que resposta entendem os eleitos dos cidadãos dos Açores que deve ser dada a essas necessidades de serviço público.

Relativamente à questão RTP-N, esclareceu que não foi proposta a existência de uma delegação deste canal, cujo modelo é completamente diferente do modelo da RTP-Açores.

Referindo-se à visita do Presidente do Conselho de Administração aos Açores, começou por referir que o Administrador com o pelouro dos Açores nunca veio à Região em visita institucional. Quanto ao Presidente do CA, e segundo o Director do Centro, demonstrou efectiva compreensão e compromisso para com a resolução dos problemas dos Açores.

Reportando-se à questão colocada pelo BE quanto a um eventual concurso, alertou para o facto de que muitas vezes se dizem coisas na praça pública que não correspondem à verdade e considerou que todos os trabalhadores são vítimas da tentativa de criar instabilidade internamente.

Quanto ao trabalho da Comissão, reiterou a importância da audição e referiu que é sua missão acompanhar e levar ao Parlamento, como entender e quando entender, o que se revelar adequado à melhoria da qualidade do serviço público, devendo partir da análise do quadro legislativo existente e, mediante debate alargado, definir quais os objectivos específicos do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, do PS, questionou o Director do Centro no sentido de este esclarecer como é que, do ponto de vista da disponibilização de meios financeiros, se pode classificar o momento actual, nomeadamente se tem havido ou não investimento no centro regional, qual a evolução dos orçamentos e como é que o Conselho de Administrativo se tem colocado perante os planos de actividades e orçamentos a eles associados e oriundos da direcção do Centro Regional dos Açores. Pretendeu, ainda, saber o que é que mudou, como mudou, como é que o Director qualifica essas mudanças neste último ano e se perspectiva alguma solução próxima para as instalações de Angra e Horta.

O Deputado Cláudio Almeida, do PSD, participou do debate questionando o Director se a referência feita a um sufoco se prende apenas com a questão financeira ou se está associada à pretensão de dispor de mais poder de decisão.

A Deputada Bárbara Chaves, do PS, pretendeu saber que investimento falta fazer nas ilhas de menor dimensão para que possam ter a mesma qualidade, em termos de imagens, do que as ilhas de maior dimensão e qual o vínculo dos correspondentes à RTP.

Em resposta às questões colocadas o Director do Centro começou por esclarecer que a situação dos correspondentes é de um contrato semestral que atribui ao correspondente formação específica, pagamento à peça e equipamentos e meios para execução do trabalho. Acrescentou que todos os correspondentes de rádio e televisão têm outras profissões e que a sua preocupação não é de terem um vínculo mas sim de ganharem melhor. Ainda quanto a estes trabalhadores, referiu que lhes tem sido prestada formação, estando planeadas acções para o corrente ano. Quanto à qualidade da imagem, referiu a existência de razões técnicas para a falta de qualidade, designadamente a falta de iluminação própria nas câmaras, cobertura impermeável e ligação à internet de alta velocidade. Segundo disse, estas carências devem-se à excessiva lentidão da resposta interna na RTP, de que é exemplo a compra das câmaras agora concretizada e que foi decidida em Junho de 2009. Prosseguindo a sua intervenção, o Director referiu-se aos processos internos de entropias e burocracia excessiva, que não dependem do Conselho e que têm a ver com a própria orgânica da instituição e com quem somos como cultura e como portugueses e referiu-se à sua pouca capacidade de decisão dizendo mesmo: *“Eu não tenho capacidade de comprar um prego. Para comprar um prego eu tenho que pedir autorização a Lisboa, entrar num sistema informatizado, eu autorizo e há três pessoas que autorizam até eu comprar o prego. E não pago o prego. Quem paga o prego é Lisboa. Um prego pode ser um centavo, dez centavos, mil euros, o processo é este”*.

Quanto à dotação orçamental anual para grelha, que no ano de 2009 foi de 1.307.078,52 €, o Director informou que esta tem vindo a crescer, embora de forma pouco expressiva e insuficiente para as exigências do serviço público, apenas sendo possível fazer novos programas porque os profissionais assumem o necessário contributo acrescido que isso implica.

Reportando-se às instalações da Horta, que ficarão instaladas na Escola Dabney, considerou que o projecto está muito avançado. Acrescentou que vão tentar replicar o modelo em Angra do Heroísmo, cujo processo não avançou porque a RTP não se decidiu. Quanto a Ponta Delgada, o assunto é mais delicado, porque o edifício da Rádio dificilmente pode ser alienado sem perdas, atento o seu elevado valor. Para o Director a questão das instalações é fulcral e a inexistência de instalações comuns de rádio e televisão implicará o risco implosão do processo de convergência de rádio e televisão.

d) *Intervenções finais dos partidos e do Director da RTP-Açores*

Na sua intervenção final, o Deputado Clélio Meneses, do PSD, manifestou a disponibilidade do seu partido para manter o diálogo e para assumir, com o contributo de toda a sociedade açoriana, o cumprimento, com sucesso, do serviço público de rádio e televisão.

O Deputado Aníbal Pires, do PCP, considerou que a questão da rádio e televisão nos Açores deverá ser resolvida com amplo consenso de todas as forças partidárias e manifestou a disponibilidade de diálogo com os outros partidos e com o Centro Regional dos Açores da RTP, tendo acrescentado que, ainda durante esta legislatura, se nada acontecer, o PCP tomará a iniciativa de uma anteposta de lei que proceda as alterações necessárias para dotar a RTP/Açores da autonomia financeira, administrativa e editorial que satisfaça a nossa realidade.

O Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, considerou que as declarações do Director do Centro foram este ano mais frontais e mais abertas, tendo deixado clara a ideia da quase inexistência de autonomia do Director para investimentos directos e a existência de um compromisso por parte do Director do CA, que não foi ainda colocado em prática, pelo que entende que a Assembleia Legislativa terá que actuar, havendo da parte do CDS/PP toda a abertura e disponibilidade para o fazer.

A Deputada Zuraida Soares, do BE, considerou que a clareza como as questões foram colocadas se destacou em relação à audição do ano passado e solidarizou-se com a situação do Director face às dificuldades que reportou. A Deputada considerou que a Assembleia Legislativa tem que assumir a responsabilidade que é sua e referiu que o Bloco de Esquerda dará o contributo que lhe for possível.

A Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do PS, manifestou a disponibilidade deste partido para participar da reflexão em torno das matérias. A Deputada considerou que o essencial é a afirmação de um serviço público de rádio televisão, com antenas próprias e que esta é uma obrigação do Estado, que deve financiá-la no âmbito do contrato de serviço público e com toda a amplitude necessária.

Na sua intervenção final, o Director da RTP-Açores concordou que o serviço público é uma responsabilidade do Estado, mas manifestou o entendimento de que são necessárias respostas no quadro das especificidades da Região. A concluir reafirmou a sua confiança nas equipas e no projecto e o empenho na cobertura dos trabalhos parlamentares, tendo referido algumas hipóteses de cooperação com a própria casa mãe da autonomia.

Capítulo IV

CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição realizada e face à omissão regimental, a Comissão de Assuntos Parlamentares e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à conferência o respectivo agendamento e eventual determinação de um período destinado à intervenção dos grupos e representações parlamentares.

Ponta Delgada, 13 de Abril de 2010.

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Hernâni Jorge.

Presidente: Muito bem, obrigado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sai ano e entra ano e continuamos a constatar os mesmos problemas do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Não é bom para o serviço em causa, não é bom para os profissionais ligados à rádio e televisão dos Açores, não é bom para os açorianos, nem é bom para o poder político, na medida em que, se os problemas se vão sucedendo e repetindo, também não é bom para o poder político. Isto é, estamos perante uma situação que não abona em nada a ninguém e que, de facto, não promove, na medida em que deveria promover, o desenvolvimento dos Açores. Porque, quando qualquer problema, em qualquer realidade que seja, se repete sucessiva e recorrentemente, quer dizer que aumenta o problema.

A gravidade da situação é tanto mais acentuada, quanto estamos perante um serviço público essencial para a autonomia e essencial para os Açores. Todos reconhecem a importância do serviço público de rádio e televisão como um pilar da própria autonomia, as declarações sobre esta matéria são recorrentes e generalizadas. Isto é, a importância de haver um serviço público que divulgue a informação dos Açores, que promova a nossa cultura, que una as ilhas, em todas e por todas as ilhas e para além dos limites do arquipélago, em cada lugar em que esteja um açoriano. Isto é importante por isso, como dizia, para o desenvolvimento dos Açores, para a divulgação da vida regional nas nove ilhas.

Um serviço que se exige, assim, que seja de qualidade, um serviço eficaz e, como referi, em que o próprio serviço promova o desenvolvimento dos Açores. A este nível, gostaria o PSD de deixar aqui uma palavra especial de consideração, apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos profissionais ligados a este serviço público. Em muitas e muitas vezes, foi o esforço, o empenho e o elevado sentido de profissionalismo destes trabalhadores que fizeram com que fossem superadas as dificuldades e os obstáculos que se foram sucedendo ao longo de mais de trinta anos.

Os problemas, como dizia, mantêm-se. São problemas ao nível de pessoal, onde é genericamente admitido que faltam recursos humanos; que há problemas em termos de precariedade; que há problemas em termos de classificação de serviço, em que há profissionais que têm uma determinada classificação de serviço mas

exercem outras funções, com vencimento não correspondente às funções que exercem. Isto é, um conjunto de problemas ao nível da gestão de pessoal, ao nível dos recursos humanos, que, eles próprios, também afectam a própria qualidade do serviço, como é natural de perceber.

Por outro lado, existem problemas ao nível das instalações, que são recorrentemente referidos pela absoluta falta de dignidade de algumas instalações, em especial em Angra do Heroísmo e na Horta. Obviamente que estas dificuldades, estes problemas, ao nível das instalações também põem em causa e perturbam, prejudicando, a qualidade do serviço prestado.

Para além disto, existem problemas ao nível dos próprios equipamentos, que são considerados obsoletos. Nalguns casos nem existem, noutras casos criam situações constrangedoras aos próprios profissionais. Isto é, também a este nível, dos equipamentos, se está a pôr em causa a qualidade e a dignidade do serviço prestado.

Por outro lado, entendemos que um dos aspectos que tem sido recorrentemente referido quando surgem estes debates tem a ver com a falta de autonomia administrativa e financeira do serviço público de rádio e televisão dos Açores. Ainda agora, nesta audição, o Sr. Director falou no tremendo sufoco, dando vários exemplos, dizendo, e estou a citar: “Até para comprar um prego tenho de pedir licença a Lisboa”. Isto é, são problemas em termos de autonomia, da gestão diária e da gestão corrente de um serviço com esta importância, que também afectam e põem em causa a qualidade e a eficácia do serviço.

Ora, percebendo todos os problemas em termos de pessoal, em termos de instalações, em termos de equipamentos, ao nível da gestão com a falta de autonomia é, de facto, muito difícil prestar o serviço que se presta e, daí, a minha referência anterior à consideração e apreço que o PSD revela para com os profissionais que, nestas precárias condições, têm desenvolvido um serviço que pretensa e genericamente identifica os açorianos.

Mais grave do que tudo isto é quando, ainda agora, surgem notícias que põem em causa o futuro do canal regional de televisão, quando se anuncia que a RTP-Açores

passará a ser emitida por Lisboa. A comissão de trabalhadores, em comunicado oficial e público, em que relata...

Vozes de deputados da bancada do PS: É triste! É triste!

O Orador: O PSD considera e respeita a comissão de trabalhadores da Rádio e Televisão dos Açores, como respeita qualquer organismo que represente qualquer entidade dos Açores. É com este respeito e assumindo este respeito que manifestamos a nossa preocupação por algo que também é público.

O PSD não vive, como outros partidos, fechado numa redoma, em que apenas existe o seu mundo.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Por isso votam em nós!

O Orador: O mundo do PSD é o mundo dos Açores. Há partidos que vivem fechados numa redoma...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Tem dias, Sr. Deputado, tem dias!

O Orador: Há partidos políticos para os quais existem o mundo do Governo, o mundo do partido e o mundo das pessoas. Por isso, fartam-se de dizer que vivemos num mar de rosas, vivemos muito bem, é só sucesso, só sucesso, só sucesso, quando as pessoas, lá fora, sentem as dificuldades que as fazem distinguir do Governo!

Mais uma vez, aqui, os senhores demonstram isso, porque: querem fazer de conta que a comissão de trabalhadores da RTP não existe; querem fazer de conta que não disse nada; querem fazer de conta que não há uma notícia que diz que há a possibilidade de acabar o canal regional de televisão. Obviamente que existe isso tudo! Isso, por existir, também nos preocupa e, por nos preocupar, trazemo-lo à casa mãe da autonomia dos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Também nos preocupa e vamos falar nisso, Sr. Deputado.

O Orador: Nesta exacta medida, entendemos que aquilo em que esta notícia assenta é mais um ataque do centralismo. Este, sim, é mais um ataque do centralismo, em que um qualquer gerente, director, gestor, ou político do país entende que se resolvem os problemas centralizando tudo em Lisboa. Não é essa a posição do PSD, não é essa a visão do PSD do desenvolvimento da autonomia, das

suas instituições e, em especial, no caso concreto, do serviço público de rádio e televisão.

Por isto, na perspectiva do PSD, não pode haver a mais pequena dúvida de que não pode ser posta em causa a existência de um canal regional de televisão, como serviço público, que incumbe ao Estado garantir. Sobre o PSD não pode existir a mais pequena dúvida sobre esta matéria e esta é também uma oportunidade de reafirmar tudo isso. O Estado tem a obrigação de dotar o serviço público de rádio e televisão dos Açores dos meios humanos e técnicos que façam com que este serviço seja prestado com a maior dignidade, qualidade e eficácia possíveis. É esta a posição do PSD, que reitera agora aqui.

Nesta perspectiva, entendemos que o Estado tem a obrigação de dotar este serviço com estas condições, mas também com a autonomia necessária para que nas nove ilhas dos Açores se sinta, efectivamente, que existe um serviço público de rádio e televisão que sirva a todos, indistintamente. Nesta perspectiva, e dando consequência prática e parlamentar a todas estas conclusões, o Grupo Parlamentar do PSD acabou de dar entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a um projecto de resolução em que reafirma exactamente isto, em que reafirma a importância de não existir qualquer dúvida sobre a existência do serviço público de rádio e televisão nos Açores, garantido pelo Estado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já existe: está na lei!

O Orador: ...e garantindo também a autonomia desse serviço.

Como entendemos que não tem urgência, não solicitámos a urgência, mas entendemos que esta é também uma oportunidade de reafirmar a importância deste serviço, em prol dos açorianos, do desenvolvimento dos Açores e da forma como nos afirmamos no exterior.

Muito obrigado.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, solicitava um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: É regimental, retomamos às 19 horas. Até já.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, façam o favor de retomar os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 06 minutos)

Vamos prosseguir com o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção dizendo que longe vai o ano de 2003 e que longe vai o tempo das denominadas novas opções do audiovisual do Ministro Morais Sarmiento...

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que previam a criação de empresas regionais de rádio e televisão.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu gostaria que o Deputado Clélio Meneses me ouvisse.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

O Orador: Dizia eu que gostaria de começar esta minha intervenção dizendo que longe vai o ano de 2003 e que longe vão os tempos das denominadas novas opções do audiovisual de autoria do Ministro Morais Sarmiento, que previam a criação de empresas regionais de rádio e televisão em parcerias público/privadas com um princípio para a desresponsabilização do Estado no financiamento do serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas e dos seus serviços específicos de programas, o mesmo é dizer, das suas antenas próprias de rádio e televisão. Gostaria de dizer que longe vai esse tempo, mas muito próximas estão as declarações da última semana do novo líder do PSD, Pedro Passos Coelho, que veio publicamente defender a privatização da rádio e da televisão públicas, com as

consequências que tal pode ter para o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Leia a nossa proposta!

O Orador: Para o PS Açores, o modelo adequado é o que consta da actual lei, a Lei 8/2007, de 14 de Fevereiro, do Ministro Augusto Santos Silva, que não só recolocou o financiamento do serviço público de rádio e televisão das regiões autónomas nos termos adequados – ou seja, enquanto responsabilidade do Estado – , como acolheu a generalidade das sugestões feitas no parecer desta Assembleia relativamente aos centros regionais da RTP S.A. Concretamente – e convém lembrar –: a consagração expressa da autonomia editorial no que respeita à programação e à informação; o reconhecimento da necessária capacidade para a produção de programas próprios; a atribuição de competências para a prática de actos de gestão corrente; e a estatuição do direito de acompanhamento parlamentar por parte desta Assembleia, a exercer designadamente através da audição do Director da RTP S.A....

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então, votem a favor da nossa proposta!

O Orador: Dizia eu, e também a estatuição do direito de acompanhamento parlamentar, a exercer através da audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP S.A.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerceu, no passado dia 10 de Março e pelo terceiro ano consecutivo, o referido direito de audição. Cruzando o relatório agora em apreciação com o relatório das audições de 2008 e de 2009, bem como com o relatório de 10 de Setembro de 2008, produzido pela CAPAT no âmbito do mandato que lhe fora conferido pela Resolução 11/2008, de 18 de Junho, constatamos com agrado que, sobretudo no último ano, se verificaram alguns progressos ao nível da modernização técnica e no avanço dos processos respeitantes às instalações da RTP nos Açores.

Tais avanços, mais ou menos tímidos, os quais foram dados a público recentemente na comunicação social, não serão alheios à acção que este Parlamento tem desenvolvido no acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na nossa região. Como também não é estranha a actuação do Governo

Regional, não só a nível político, mas também através do apoio anual de cerca de 100 mil euros, que se tem revelado importante para o desenvolvimento e modernização técnica da RTP-Açores.

Mas, se esta Assembleia e o Governo Regional têm sido actores empenhados e influentes na defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, infelizmente há quem, na nossa região e mesmo no seio da RTP-Açores, esteja mais empenhado em promover guerrilhas com inequívocos propósitos políticos. Refiro-me concretamente ao lamentável e despropositado comunicado de anteontem da subcomissão de trabalhadores da RTP-Açores. Não é assim que a subcomissão de trabalhadores da RTP-Açores defende o serviço público de rádio e televisão na nossa região e, muito menos, credibiliza as reivindicações dos trabalhadores, por mais justas que elas possam ser, e são-no, certamente.

A defesa de determinados valores não pode cair na guerrilha política, nem pode ser condicionada por agendas partidárias. Esta tem sido, e bem, a orientação seguida por este Parlamento e o Partido Socialista tudo fará para que assim prossiga, apelando sempre à generalidade dos intervenientes para que não se desviem do essencial. E o essencial é a defesa de um serviço público de rádio e televisão de qualidade na Região Autónoma dos Açores, assumido e financiado pelo Estado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já muito aqui foi dito em relação à audição do Sr. Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão Portuguesa, S.A. No entanto, gostaria de deixar aqui mais alguns considerandos.

Não é menos verdade que, lendo o relatório dessa audição em 2008, nada há de muito novo em relação àquilo que nos foi dito em 2010. Ou seja, passados que são dois anos, a RTP e a RDP nos Açores continuam com os mesmos constrangimentos, com os mesmos problemas, senão ainda mais do que aqueles

que tinham, passando por problemas laborais, de recursos humanos, técnicos e das próprias infra-estruturas da região nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Não é menos verdade que em 2009, na audição ao Sr. Director do Centro Regional dos Açores, nos foi apresentado um plano de actividades para esse mesmo corrente ano. Aquilo com que nos deparámos na audição deste ano, em 2010, e passado todo o ano de 2009, foi que pouco ou nada foi feito daquilo que foi proposto pela direcção dos Açores ao conselho de administração nacional.

Aquilo que disse o Sr. Presidente do Conselho de Administração na sua vinda aos Açores no ano passado foi que, de facto, mostrava vontade e empenho e até assumiu o compromisso de colocar em prática esse plano de actividades. Pois bem, aquilo que vimos, na comunicação social desta semana, mas que já tínhamos visto no início deste ano também, é que, de facto, o próprio chefe de departamento de informação da RTP-Açores já colocava em causa se teriam, ou não, condições para continuar a prestar um bom serviço público de comunicação social nos Açores.

Este ano, o Sr. Director do Centro Regional dos Açores, de uma forma mais aberta e eficaz, na audição que tivemos em comissão, na CAPAT, transmitiu-nos os inúmeros constrangimentos e problemas que tinha na direcção do centro na região. Já foi aqui dito e são palavras textuais do Sr. Director que até para comprar um prego precisava de autorização de Lisboa. Mencionou que era um sufoco para ele gerir as coisas da forma em que estavam. Enumerou uma série de situações, passando por – e esta é a afirmação do Sr. Director – dizer que “é frustrante saber para onde queremos ir, saber como chegar lá e não ter poder e capacidade de tomar essa decisão”.

De facto, não podemos continuar a pactuar com esta situação e, ano após ano, fazer audição ao Sr. Director e ele transmitir-nos, de ano para ano, mais problemas, mais dificuldades e nada de resoluções. É esta a verdade e foi isto o que nos foi transmitido pelo Sr. Director.

De facto, nós percebemos que o Governo Regional não tem o dever, nem a responsabilidade, da direcção da RTP-Açores, nem está sob a sua tutela. No entanto, no nosso entender, o Governo Regional tem, isso sim, o dever de, junto do

Governo da República, fazer as pressões necessárias para que se criem condições aceitáveis...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E é o que se tem feito!

O Orador: ...na região, para que se continue e se possa ter um bom serviço público na mesma.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso penso que não tem sido feito da melhor forma. Se tem sido feito, não tem sido eficaz, porque de facto os problemas são cada vez maiores.

Quando o Sr. Director do Centro Regional da RTP e da RDP Açores nos diz que tem sofrido inspecções da Direcção Regional do Trabalho; que esses mesmos relatórios dessas inspecções mencionam que não há condições mínimas para funcionarem esses serviços nas instalações onde estão – é ele, o Sr. Director, que no-lo diz em comissão –; quando temos este tipo de afirmação pelo Sr. Director do Centro, acho que não resta mais alternativa ao Governo Regional dos Açores do que, de uma vez por todas, falar com o Governo da República, pressionar, fazer aquilo que tiver de fazer para que, no próximo ano, numa nova audição ao Sr. Director, ele não venha com os mesmos problemas, com as mesmas dificuldades. Hoje já se coloca em causa se vamos, ou não, continuar a ter o serviço público na região. É inadmissível que isso aconteça.

De facto, o Sr. Deputado Hernâni Jorge critica e diz que não é a melhor forma a dos funcionários e nomeadamente do conselho o fazer. No entanto, acho que deve haver liberdade de expressão e foi a única forma que esses profissionais encontraram para, de uma vez por todas, resolver a situação, assegurar os seus postos de trabalho e criar melhores condições de trabalho na região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, não tendo o Governo Regional, obviamente e por razões regimentais, participado na audição em causa, gostaria de começar por me congratular pelo facto de, agora, nos podermos juntar ao debate e podermos fazer

também, de certa forma e com acesso às fontes disponíveis, uma análise daquilo que foi a audição do Sr. Director do Centro Regional da RTP.

Gostaria, nesse sentido, de começar por salientar que se comprovou na audição deste ano um facto positivo, que nós devemos registar, que é o facto de este ano ela se ter desenrolado num clima muito diferente daquele que o ano passado rodeava a audição do Sr. Director, e que tem a ver com, como bem se devem recordar, a questão das supostas ingerências editoriais na actuação informativa da RTP, ou do serviço público de rádio e televisão, facto que, na altura, para alguns, era tido como um estado de coisas permanente, mas que afinal, felizmente, não passava de um episódio normal, ou corrente, no relacionamento entre instituições políticas, instituições mediáticas, próprio das sociedades em que vivemos. Não tinha nada de anormal, excepcional ou preocupante, felizmente, era apenas algo que decorre do próprio funcionamento social.

Por outro lado, coisa diferente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa é a conclusão do Sr. Secretário, mas há outras!

O Orador: ...e que, infelizmente, se mantém e voltou a acontecer este ano, é que há sempre uma certa tendência de se associar estrategicamente este momento estatutário, reconhecida a esta casa a possibilidade de ouvir o responsável máximo da RTP nos Açores, este momento solene e importante para o funcionamento das instituições nos Açores é sempre associado a comunicados, notícias negativas, rumores, boatos, que têm sempre o mesmo pendor, têm sempre o mesmo objectivo, que é criar ruído na altura em que é feita ou discutida publicamente a audição do Sr. Director. Isso voltou a acontecer e nós também gostávamos de salientar, pela negativa, o facto de isso ter novamente acontecido.

É que o melhor serviço que se pode prestar, do nosso ponto de vista, ao serviço público de rádio e televisão nos Açores é aquele que esta casa, que a Assembleia Regional, presta, nas suas funções de acompanhamento e fiscalização e que o Governo Regional também tem tentado prestar, no seu papel de sensibilização política, aquele que o Sr. Deputado Luís Silveira nos atribuiu, e de apoio financeiro, na medida das nossas capacidades. É isso que tem sido feito.

Tanto a Assembleia Regional como o Governo Regional têm procurado desenvolver este papel, aplicá-lo na prática e, com isso, melhorar o serviço público de rádio e televisão nos Açores. Outra coisa diferente é aproveitar sempre estas ocasiões para o que pode ser considerado uma boa técnica de guerrilha, mas que é decididamente um mau contributo para a resolução dos problemas da RTP-Açores. Gostava também de, neste sentido, acrescentar que o Sr. Director deu conta de um conjunto de progressos técnicos que nos parecem relevantes, que têm uma dimensão prática, que ajudam a melhorar a acção e a capacidade de actuação da RTP nos Açores e que decorrem também, em boa medida – isso deve ser dito e, se não for dito por nós, com certeza dificilmente será dito por outros –, do apoio financeiro que especificamente é dado todos os anos e que tem apenas essa aplicação, que é a aplicação técnica, na melhoria das condições técnicas da RTP-Açores.

É assim, por exemplo, que este ano vamos passar a ter nos Açores, pela primeira vez, um serviço público de rádio dirigido aos jovens, através da Antena 3, facto que... Nós éramos a única região do país que não tinha acesso à Antena 3, que é um elemento, uma componente, do serviço público de rádio no país.

Foi assim, também, que as delegações da Horta e de Angra do Heroísmo passaram a dispor de condições técnicas para poderem ser centros de emissão e não apenas o que acontecia até agora, em que a emissão só era gerida a partir de São Miguel e os outros dois pólos funcionavam apenas como alimentadores da parte de pivot, do serviço de pivot dos noticiários.

Por outro lado, foi assim também – só para destacar alguns aspectos importantes – que o serviço de multimédia – que é cada vez mais importante, sobretudo na projecção da acção da RTP junto das nossas comunidades emigradas, não só, mas também nessa valência – adquiriu uma maior capacidade e viu reforçada a sua capacidade de alojamento de informação, o que também é muito relevante.

É certo que subsistem, e todos nós temos de o reconhecer, é evidente, problemas relevantes, que o Governo Regional acompanha de forma próxima e empenhada. Há a questão das instalações, é facto. De qualquer forma, ainda recentemente tivemos uma boa notícia: no caso do Faial, com a colaboração da Câmara

Municipal da Horta, o assunto está resolvido. Agora, é só concretizar a obra que está projectada e o assunto fica, felizmente, resolvido. É pena que isso não tenha sido salientado por nenhum grupo parlamentar antes da minha intervenção.

Por outro lado, também é passível de se admitir que o caso de Angra do Heroísmo, embora com maior dificuldade, possa ter uma solução semelhante. O caso de Ponta Delgada exige uma solução que deve ser definida, em primeira instância, pela própria empresa. Julgo também que, a esse propósito, o Sr. Director deu indicações de que isso iria acontecer.

Por outro lado, apesar de uma melhoria verificada, nos últimos tempos, do ponto de vista técnico, como eu tive a oportunidade de salientar, ainda se verificam dificuldades de recursos, no que concerne a recursos técnicos e de emissão, que urge suprir e que nós temos procurado ajudar a suprir. A componente da gestão de recursos humanos, do nosso ponto de vista também uma componente importante, suscita ainda problemas quanto ao serviço público de rádio e televisão nos Açores, é facto. É necessário que se faça, a esse nível, uma gestão mais próxima das legítimas aspirações de muitos dos colaboradores daquela casa e isso também deve ser dito. Também é preciso que se note: essa é uma questão essencial, ou essencialmente, do foro da gestão empresarial, porque estamos a falar de uma empresa.

A RTP é uma empresa, é uma empresa que é concessionária, ou funciona em regime de concessão, desempenhando as suas tarefas e a missão de serviço público de rádio e televisão. Mas não é só uma empresa e isso também é importante que se diga. É uma instituição, uma instituição fundamental, de importância vital para a qualidade da autonomia, em particular a dos Açores. Como tal, é nosso entendimento, é entendimento do Governo Regional, que as decisões de gestão não devem ser tomadas, no caso da RTP, só com base ou exclusivamente com base em preocupações do tipo financeiro, típico daquelas que são as preocupações de uma mera gestão empresarial normal.

Portanto, não se devem aferir pelas rubricas do relatório de contas anual, devem aferir-se pela qualidade do serviço que prestam, pela adequação desse serviço às especificidades da nossa realidade. A forma como a acção e a gestão da RTP são

feitas é com proximidade e com o conhecimento das exigências particulares do caso dos Açores. Nesse sentido, nós comungamos daquilo que foi, ou também me parece, a opinião consensual deste Parlamento, que diz respeito ao facto de que a RTP nos Açores deve ser gerida com uma maior autonomia de gestão corrente, financeira e administrativa.

Isto parece-nos fundamental e parece-nos também que é o passo que deve ser dado. A forma de o dar, a forma de o conseguir, passa, no que ao Governo Regional diz respeito, pelo continuar da acção de sensibilização que nós temos procurado fazer. Diz o Sr. Deputado Luís Silveira que não se nota. Eu acho que se nota, Sr. Deputado, e procurei demonstrar, em algumas das áreas de actuação da RTP, onde é que se nota. Se me diz que se podia conseguir mais e mais rápido, pois é esse o nosso desígnio na acção e é isso que nós procuraremos fazer.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sinto-me obrigada a dizer, para que não restem dúvidas, que só uma mente neoliberalmente alucinada é que pode defender a privatização da RTP.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não diga isso para aqui, mas para lá!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas porquê? Por que vai a RTP servir pior se for privatizada?

A Oradora: Que fique claro isto! Da mesma maneira que é incompreensível que se defenda a regionalização da RTP. É igualmente alucinação!

E porquê? Porque faço eu esta afirmação? Porque nós estamos a falar de um serviço *público*! Um serviço público que, por o ser, é obrigação do Estado prestá-lo com a mesma qualidade e em igualdade de circunstâncias a todos os portugueses, independentemente da região onde vivem. Portanto, o serviço público de televisão e de rádio prestado nos Açores tem de ter os mesmos parâmetros de qualidade que tem no continente, ou que tem na Madeira, enquanto for não-regionalizado.

E porquê, perguntarão, só porque é um serviço público? Não, é porque é um serviço público que na Região Autónoma dos Açores tem uma importância absolutamente inegável, por ser um motor de construção e de concretização do desenvolvimento e da autonomia desta região. Portanto, tem de ser olhado pelo Estado com olhos benevolentes e lúcidos, no sentido de reconhecer que este serviço público, nesta região, com as características arquipelágicas que todos conhecemos, com as características de diáspora e de expansão desta diáspora que todos reconhecemos, tem de ter um tratamento diferenciado.

Ora, é inevitável reconhecer – aliás, o próprio Governo, através do Sr. Secretário da Presidência, acabou de o fazer – que há, de facto, faltas que não são aceitáveis. Há incapacidades, há uma míngua, uma pobreza de recursos que não são aceitáveis, que são por todos reconhecidas e que são veiculadas pelo Director da RTP ano após ano, aquando da audição parlamentar. Desde logo, a falta de autonomia financeira, gestionária e administrativa. A míngua de equipamentos e de recursos humanos. A degradação das instalações, nomeadamente a de Ponta Delgada, que tem chumbado nas inspecções por não ter nenhum tipo de garantia, ao nível da segurança, para os seus trabalhadores.

Depois, coisa nova – pelo menos para o Bloco de Esquerda, porque só teve o prazer de ouvir o Sr. Director, em audição parlamentar, o ano passado e agora este ano –, a chamada de atenção do Director para um vazio legislativo no que diz respeito ao reconhecimento das especificidades deste serviço público nesta região, pelas razões que acabei de enunciar. E este vazio legislativo diz-nos respeito *a nós!* A nós, Assembleia Legislativa e aos seus diferentes grupos parlamentares. Foi muito claro o Sr. Director quando apelou a que, na realidade, esta casa pudesse, de alguma maneira, responder e colmatar esta ausência.

Disse o Sr. Secretário Regional da Presidência – e bem, nós reconhecemo-lo – que nem tudo, enfim, foi mau ao longo deste ano e que, na realidade, houve alguns ganhos e houve algumas conquistas, sobretudo do ponto de vista técnico, sem dúvida. Agora, há uma coisa que é verdadeiramente preocupante, que tem de ser aqui dita e que diferencia a audição de 2009 da audição de 2010. É que o Director optimista e – como hei-de escolher a boa palavra? – cheio de projectos, cheio de

vontade de fazer de uma maneira diferente e de uma maneira nova não é o mesmo Director que nós ouvimos na CAPAT este ano, uma pessoa que claramente demonstra o seu desespero por se sentir bloqueado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas isso depende da agenda!

A Oradora: ...e manietado por falta de autonomia e de recursos naquilo que pretende fazer com este serviço público. E isso é preocupante. Como também é preocupante...

Aqui, eu não posso deixar de dizer que a legitimidade com que o Director da RTP-Açores manifesta em comissão, aos diferentes deputados, as suas preocupações e algum do seu desespero é a mesma legitimidade com que a subcomissão de trabalhadores também faz sentir as suas preocupações e o seu desespero. Podemos concordar, podemos discordar, mas eu aceito. Para mim, a legitimidade é a mesma. Mais: compreendi muito bem aquilo que o Sr. Secretário Regional disse, no sentido de aproveitar, de haver um certo aproveitamento do momento mediático. Mas eu digo assim: se calhar, é inevitável, porque se eles não são ouvidos de outra maneira, se não são atendidos de outra maneira – por exemplo, a própria subcomissão diz que pediu uma audiência ao Sr. Presidente do Governo Regional há mês e meio e ainda não foi recebida –, em desespero de causa as pessoas recorrem a todos os truques, se lhes quisermos chamar assim, e a todas as manobras para se fazerem ouvir.

Aquilo que a subcomissão de trabalhadores traz a público é verdadeiramente preocupante. Nós não podemos passar por cima, dizendo que é só uma manobra para chamar a atenção, porque aquilo que eles dizem não é muito diferente daquilo que o Sr. Director disse na audição parlamentar da CAPAT. É dito de outra maneira. Também, já agora, é bom que não esqueçamos que esta subcomissão é representante de trabalhadores e de profissionais de alto gabarito e de alta qualidade. Porque, se não o fossem, com os recursos existentes neste serviço público da região, nós não teríamos a RTP-Açores que temos. Com todas as críticas que lhe possamos fazer e todas as faltas que lhe possamos diagnosticar, mas ainda está no ar e já foi pior, todos o reconhecemos.

Portanto, o Bloco de Esquerda acha que a situação é preocupante, porque os trabalhadores o dizem, porque o Director o diz, porque é reconhecido aqui por todas as bancadas e, até, pelo próprio Governo Regional. E não há a mínima dúvida de que, se alguma conclusão temos de tirar desta audição, é a seguinte: o Estado, o Governo da República, não está a cumprir com os Açores a sua obrigação de garantir um serviço público de rádio e televisão, sobretudo de televisão, com a qualidade que oferece aos outros portugueses que não vivem nesta região.

A responsabilidade é do Estado. A obrigação de o obrigar a cumprir este serviço é de todos nós e do Governo Regional. Não é só do Governo Regional, é do Governo Regional e de todos nós. E acho que é mais do que tempo de cada um cumprir esta obrigação.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é esta: o Sr. Secretário da Presidência há uma coisa de que não gosta, comissões de trabalhadores. É uma coisa que lhe provoca problemas, é algo que lhe provoca um grande, um gravíssimo problema.

Fala-se da comissão de trabalhadores da Base das Lajes, é uma coisa impossível! Fala-se da comissão de trabalhadores da RTP-Açores, pronto: fica logo enervado, não lhe reconhece qualquer tipo de credibilidade! Fala-se da comissão de trabalhadores da COFACO, também é algo impensável! Ou seja, comissões de trabalhadores para o Sr. Secretário da Presidência são algo que é de fugir, não têm credibilidade, não lhes reconhece nunca qualquer tipo de legitimidade e de representatividade. Nunca são representativas de nada e, portanto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse nada disso.

O Orador: Disse, disse! Disse e diz sempre. Comissões de trabalhadores, quando ouve a palavra comissão de trabalhadores vejo, pela sua postura, que fica logo e imediatamente agitado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade.

O Orador: É verdade e o senhor sabe que é verdade.

Agora veio aqui, fez ali um exercício de retórica tentando acalmar as coisas, colocando paninhos quentes e tal, mas a questão fundamental é esta: a RTP-Açores tem um problema grave de funcionamento e esse problema tem a ver com a falta de meios, tem a ver com a postura do Governo da República e tem a ver com a postura, também, do Governo Regional.

Em relação ao Governo da República e em relação ao Primeiro-Ministro, todos nós sabemos a sua apetência e a sua opinião em relação à liberdade de informação, que é muita, como se sabe. O Sr. Primeiro-Ministro, em relação àquelas que são as regras de uma informação livre, estamos conversados. Aliás, a partir do momento em que comecei a falar do Primeiro-Ministro José Sócrates, os senhores calaram-se imediatamente, porque ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Gostamos de o ouvir falar.

O Orador: ...sabem que é verdade e é um assunto que os deixa imediatamente nervosos. Os senhores sabem como é que o Partido Socialista, a nível nacional, está a lidar com a liberdade de imprensa.

Resumindo e concluindo, para não prolongar muito este debate, para o Sr. Primeiro-Ministro e para os socialistas a liberdade de imprensa tem estado altamente condicionada. Até em meios de comunicação social privados, quanto mais em meios de comunicação controlados pelo Estado! Quanto mais, controlados pelo Estado!

A questão aqui é o Governo Regional: qual é a postura do Governo Regional? É a mesma, é a mesma postura! Aliás, pertencem ao mesmo partido! Portanto, nesse sentido, a quem interessa...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vá com calma, Sr. Deputado! Tenha calma!

O Orador: ...uma RTP-Açores vulnerável? A quem interessa que tenha de pedinchar meios? A quem interessa isto? Ao Governo Regional, obviamente, porque são mais facilmente manipuláveis!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Os senhores não querem ouvir, mas já sabem que daqui vem sempre a verdade, a frontalidade. Os senhores, daqui desta bancada, podem sempre contar com frontalidade, podem sempre contar com aquilo que não querem ouvir, mas ouvem sempre.

Nesse sentido, quero dizer-vos que esta RTP, nesta situação lamentável em que se encontra, com falta de meios, com falta de orientação estratégica, a quem interessa? Ao Governo do Partido Socialista! Porque, se não interessasse, os senhores, que têm uma óptima relação com o Governo da República – aliás, eu estive no vosso congresso e o Primeiro-Ministro fez ali sete elogios consecutivos ao falar do líder socialista regional, que tem um enorme respeito, que é um dos grandes políticos portugueses, etc., etc., etc., foi realmente um espectáculo deprimente em relação ao auto-elogio entre ambos os líderes –, com essa influência obviamente que os senhores, se quisessem, já tinham resolvido o problema. Mas os senhores não querem. Ao PS Açores, ao Governo Regional, interessa uma RTP vulnerável, e para quê? Para ser mais facilmente manipulável! Acho que isto é absolutamente objectivo e é visível!

Deputado Francisco César (PS): Isso é insultuoso para os trabalhadores da RTP.

O Orador: É visível para todos os açorianos que tiverem a preocupação de analisar esta questão com objectividade.

Quero terminar esta intervenção dizendo-vos que eu, sim, fico muito preocupado quando vejo um comunicado – que valorizo, porque eu valorizo as comissões de trabalhadores, não é como o Sr. Secretário, que não pode ouvir falar em comissões de trabalhadores – que diz o seguinte: “Os Açores estão em risco de perder o seu canal de televisão. Em causa está a possibilidade de a emissão da RTP-Açores passar para Lisboa. Esta possibilidade foi admitida pelo Director, numa reunião geral de trabalhadores. Questionado na ocasião sobre a sua posição pessoal e institucional acerca do assunto, esquivou-se a dar uma resposta que o comprometesse”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não vai ler isso tudo?

O Orador: Não, não leio tudo. Esta parte chega, porque é escrita por pessoas responsáveis, que têm muitos anos na RTP. Pessoas que, evidentemente, defendem a liberdade de expressão, defendem uma RTP-Açores com condições, defendem uma RTP-Açores em defesa da autonomia.

O que releva daqui e deste tipo de situações é que, ano após ano – e termino já, Sr. Presidente –, é que fica visível a situação miserável em que está a RTP-Açores, em termos de recursos, em termos de projecção estratégica, até em termos de gestão. Fica visível e os senhores, o que fazem? Nada. Porquê? Não vos interessa, preferem uma RTP que possam dominar com facilidade. Por isso, querem uma RTP-Açores vulnerável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta minha intervenção por repudiar firmemente a forma como o Deputado Hernâni Jorge se referiu e as apreciações que fez à subcomissão de trabalhadores da RTP-Açores. Acho lamentável a forma como aqui foram feitas referências à subcomissão de trabalhadores da Rádio e Televisão Pública nos Açores.

Quero também dizer ao Sr. Secretário Regional da Presidência que as conclusões que o senhor tirou, em nome do Governo, são as vossas conclusões. Houve outras conclusões, que indicavam claramente que os acontecimentos à data condicionavam o exercício livre da profissão de jornalista da Rádio e Televisão Pública.

Depois, o Sr. Secretário Regional serviu-se aqui também de uma figura de guerrilha, que se instalava sempre uma situação de guerrilha à volta, ou por altura, das audições do Sr. Director da RTP. Bem, eu quero dizer-lhe o seguinte: este ano não houve guerrilha nenhuma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas há agora!

O Orador: Não, não! Aconteceu posteriormente. A audição do Director da RTP-Açores aconteceu há algum tempo, num clima onde não havia nenhuma guerrilha.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Há agora!

O Orador: Sr. Secretário, não havia guerrilha nenhuma, estava tudo bem.

Aliás, indo já para a audição, queria dizer o seguinte – já aqui foi referido e quero reafirmá-lo –: a audição do ano passado foi uma audição que teve características completamente diferentes da deste ano. No ano passado tínhamos um Director da RTP-Açores à defesa, que falou de muitos projectos e tentou atenuar, digamos, o clima de conflitualidade que na altura se vivia na RTP-Açores. Os projectos, nós ficámos sem os conhecer. Desde o ano passado até agora, a situação conflitual manteve-se, como é evidente, em estado latente e ela aí está a emergir novamente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal, está!

O Orador: Está! E está, Sr. Secretário Regional da Presidência, por vários motivos.

Já agora, gostava de utilizar uma situação que aconteceu julgo que já esta semana e que eu, por acaso estranhei. Até já tive oportunidade de comentar aí com alguns colegas deputados, nomeadamente colegas deputados de diferentes bancadas. Denota que, de facto, a RTP continua, apesar daquilo que o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Deputado Hernâni Jorge, embora o Deputado Hernâni Jorge, quando falou das melhorias técnicas, tenha tido a preocupação de dizer *tímidas* melhorias técnicas. O Sr. Secretário Regional da Presidência não utilizou, não foi por esse caminho e acentuou que, de facto, havia grandes melhorias técnicas. Mas eu gostaria de saber, porque não compreendi. Nisto também não vou tirar nenhuma conclusão, mas deixo à apreciação da câmara, para vermos o estado em que, eventualmente, a RTP-Açores está.

Na segunda-feira houve uma entrevista ao Sr. Presidente do Governo Regional, uma entrevista na RDP, na rádio. Entretanto, o Telejornal passou o som da rádio, dessa entrevista, com imagens que, suponho, seriam do congresso do fim-de-semana anterior. Eu vi o Telejornal e constatei isso. Achei profundamente deselegante, face ao Sr. Presidente do Governo Regional, fazerem uma coisa dessas. Mas, depois, pensei: “Bom, deve haver aqui algum problema técnico, de falta de meios; não havia meios, há sempre o problema dos meios na televisão; algum problema, enfim, em termos tecnológicos”. Depois, pensei também: “Não, é

capaz de não ter sido isso, isto foi mesmo uma má opção editorial”. Talvez tivesse sido uma opção e é legítimo.

Falta de meios ou opção editorial, ou, então, terá sido uma outra coisa qualquer. Resta saber, destas hipóteses e deste quadro que aqui se está a colocar. O que lhe digo é que eu estranho que aquilo tivesse acontecido.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Mas o que tem isso a ver? Eu não me estou a queixar de nada! O Sr. Secretário Regional já alguma vez me ouviu queixar da cobertura que a RTP, quer a rádio, quer a televisão, fazem? Nunca me queixei!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está a queixar-se agora!

O Orador: Não estou, não senhor! Eu até estou aqui, Sr. Secretário, a afirmar que considereei aquilo um acto de deselegância. Agora, deixo aqui estes cenários: foi falta de meios, a tecnologia não o permitia, ou foi uma opção editorial? Terá sido, eventualmente, uma outra coisa qualquer, porque eu ainda não vi o Partido Socialista dizer o que quer que fosse acerca disto. Gostaria de dizer que não me parece que, numa situação normal, o Partido Socialista tivesse ficado satisfeito com aquela situação.

Da audição do Sr. Director da Rádio e Televisão Pública dos Açores, como eu já disse, o clima este ano decorreu de uma forma completamente diferente. Vimos, como também já foi dito aqui, um director a colocar o que no ano passado era um mar de rosas, uma situação boa, de grande dinamismo, a apontar para o futuro, enfim, tudo isso; este ano não. Este ano, porque já não havia aquele clima que tinha sido criado à volta, o Sr. Director confessou-se à comissão, confessou as dificuldades, confessou o centralismo de Lisboa, confessou tudo isso. Para nós não é novidade.

O que a Representação Parlamentar do PCP lamenta e lamenta profundamente é que, do ano de 2009 para o ano de 2010, a essência do problema da RTP-Açores não tivesse sofrido nenhuma alteração. Eu não responsabilizo aqui, para que fique claro, directamente o Governo Regional, não responsabilizo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que é mau, Sr. Deputado!

O Orador: Não, Sr. Deputado! Vamos tratar destes assuntos seriamente, porque a RTP é um assunto demasiado sério para se fazer qualquer tipo de chacota à volta deste assunto.

Eu não responsabilizo, a responsabilidade é de nós todos. Todos nós temos consciência e, porque temos essa consciência, temos de agir! Temos consciência de que a RTP-Açores precisa de ser encarada pelo conselho de administração de uma forma diferente. Isto não é um centro dum qualquer distrito do continente português! Isto é um centro regional, que deve ser encarado como tal pelo conselho de administração da empresa!

Deputado Francisco César (PS): É pena que, a nível nacional, o seu partido não pense assim!

O Orador: Portanto, é necessário que nós façamos alguma coisa sobre isto! Porque nós estamos, no essencial, de acordo: no essencial, não deve ser privatizado; no essencial, não deve ser regionalizado; mas também, no essencial, o Centro Regional da RTP-Açores necessita de ser dotado de autonomia administrativa, financeira e editorial! Nisso, acho que estamos todos de acordo!

Estaremos todos de acordo e, se não estivermos, havemos de procurar, ou teremos de fazer um esforço para procurar um consenso, para que nos ponhamos de acordo e, daqui desta casa, saia uma iniciativa legislativa que ponha cobro a esta vergonha, à forma – esta, sim, centralista – como a empresa trata o Centro Regional da RTP-Açores! Isso é o que nós temos de fazer!

Fica aqui o desafio: ou o fazemos todos ou, então, se não o fizermos e se não encontrarmos um consenso, o PCP terá a iniciativa de propor uma iniciativa legislativa para pôr cobro a isto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o debate sobre a audição do Director do Centro Regional da RTP. Face à hora em que nos encontramos, vamos terminar os nossos trabalhos por aqui. Regressamos amanhã, pelas 10 horas da manhã, com o PTAP.

Muito boa noite e bom jantar.

(Eram 19 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*